

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Sociabilidade e Território de Um Assentamento Rural Próximo a Área
Urbana: Os Laços Entre o Assentamento Marapicu e o Bairro Aliança, RJ.**

Victor Tinoco de Souza

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**Sociabilidade e Território de Um Assentamento Rural Próximo a Área
Urbana: Os Laços Entre o Assentamento Marapicu e o Bairro Aliança, RJ.**

Victor Tinoco de Souza

Sob a Orientação do Professor Doutor

Luiz Flávio de Carvalho Costa

Dissertação de mestrado submetida como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais, do Curso de
Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Seropédica, RJ
2013

333.31098153 Souza, Victor Tinoco.

S729s

T

Sociabilidade e território de um assentamento rural próximo à área urbana: os laços entre o Assentamento Marapicu e o Bairro Aliança, RJ / Victor Tinoco de Souza, 2013.
147 f.

Orientador: Luiz Flávio de Carvalho Costa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 138-147

1. Assentamento - Teses. 2. Bairro – Teses. 3. Sociabilidade – Teses. 4. Território – Teses. I. Costa, Luiz Flávio de Carvalho. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

Victor Tinoco de Souza

Dissertação de mestrado submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, do Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20/08/2013

Luiz Flávio de Carvalho Costa. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo –
USP
(Orientador)

Paulo Roberto Raposo Alentejano. Doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ

Débora Lerrer. Doutora em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ

**In memória de
Luiz Fernando de Jesus trabalhador rural da Baixada Fluminense e militante da Reforma
Agrária no estado do Rio de Janeiro.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos assentados e assentadas de Marapicu, por me ensinarem a enxergar o mundo sob outras lentes.

Aos meus pais, Washington e Lia, por toda sua compreensão e apoio. E ao meu irmão Arthur e sua Noiva Jéssica.

Ao professor Paulo Alentejano e à Professora Débora Lerrer, pela participação na banca.

Ao meu orientador, Professor Luiz Flávio, por esses dois anos de orientação e a liberdade teórica que me foi dada.

Ao amigo Robledo Mendes, por toda sua contribuição durante o trabalho de pesquisa.

Aos meus colegas de turma de 2011 e aos amigos e colegas que fiz nas turmas de 2010 e 2012.

Um agradecimento especial aos meus queridos amigos Tiago Simões, Davi Silva e Fernanda Nagem, pela amizade e companheirismo no momento da escrita dissertativa.

Aos funcionários do CPDA e, especialmente, ao Marcos Porto, Silvia e Henrique, pelo auxílio e amizade nesses dois anos de mestrado.

Às minhas amigas, Monalisa e Dinameres, que mesmo na distancia do mundo são tão próximas.

À Jaqueline Peluzo e Paula Huf, pela amizade e companheirismo de todos os dias.

À professora Regina Célia de Matos, pela eterna amizade e ombro amigo de todos os momentos dessa vida.

E a todos que fizeram parte desse processo de forma direta e indireta.

Rio de Janeiro, 2013.

RESUMO

SOUZA, Victor Tinoco de. **Sociabilidade e Território de Um Assentamento Rural Próximo à Área Urbana: Os Laços Entre o Assentamento Marapicu e o Bairro Aliança**. 2013. 147p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2013.

O presente trabalho busca analisar as formas de sociabilidade na dinâmica territorial de um assentamento rural próximo à área urbana, tendo como objeto empírico o Assentamento Marapicu, Baixada Fluminense, Nova Iguaçu-RJ. Podemos observar que sua proximidade geográfica com o bairro Aliança gera um fluxo intenso entre o bairro e o assentamento, havendo casos em que alguns moradores do assentamento tornaram-se moradores do bairro, ou que moradores do bairro participam das atividades do assentamento. As formas de sociabilidade estabelecidas entre os assentados e moradores do bairro se dão através da rua, da escola, do posto de saúde e dos espaços religiosos, especificamente das igrejas protestantes. Entretanto, tais vínculos surgem a partir das relações de vizinhança, compadrio e parentesco, constituindo formas de sociabilidade multiterritoriais que transitam por diferentes esferas sociais tanto rurais quanto urbanas.

Palavras-Chave: Área Urbana, Assentamento, Bairro, Território e Sociabilidade.

ABSTRACT

SOUZA, Victor Tinoco de. **Sociability and Territory of a Rural Assentment Closed to the Urban Area: The Ties Between the Assentment Marapicu and the Neighborhood Aliança, RJ.** 2013. 147 p. (Master's degree in Social Sciences in Development, Agriculture, and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2013.

The following work has the intention to analyse the kinds of sociability of the territorial dynamics of one rural assentment close to the urban area, having empiric object the Assentment Marapicu, Baixada Fluminense, Nova Iguaçu-RJ. We can observe that the geographic proximity with the neighborhood Aliança create a intense flux between the neighborhood and the assentment, in some cases the assentment's people became a neighborhood' people, or the neighborhood's people participated of the assentment's activity . The kinds of sociability between the neighbors and the assentment's people, can be realised based in the street, the school, the hospital and the religious spaces, specifically of the Protestant's Churches. Furthermore, those links borned of the neighborhood relationship and relatives, creating kinds of sociability multiterritorials that trespass for different social circles as rural's as urban's.

Key words: Assentment; Urban Area, Neighborhood, Territory and Sociability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: ASSENTAMENTO MARAPICU E BAIRRO ALIANÇA.....	16
Figura 2: EMANCIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU.....	32
Figura 3: ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS OCUPAÇÕES DE CAMPO ALEGRE	46
Figura 4: ORGANIZAÇÃO ESPACIAL RECENTE DE CAMPO ALEGRE	47
Figura 5: ASSENTAMENTO MARAPICU DIVISÃO INTERNA.....	66
Figura 6: LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO MARAPICU E SEU ENTORNO	67
Figura 7: ENTRADAS PARA O ASSENTAMENTO MARAPICU.....	68
Figura 8:LOCALIZAÇÃO DO RIO CABUÇU E DO ASSENTAMENTO MARAPICU	74
Figura 9: O ENTORNO DO ASSENTAMENTO MARAPICU.....	106
Figura 10: BAIRRO ALIANÇA.....	107
Figura 11:BAIRRO ALIANÇA E ENTRADAS PARA O ASSENTAMENTO.	108
Foto 1: ENTRADA DO ASSENTAMENTO MARAPICU	69
Foto 2: VIA DO ASSENTAMENTO.....	70
Foto 3: VIA DO ASSENTAMENTO COM USO DE CASCALHO	71
Foto 4 CASAS DA ENTRADA DO ASSENTAMENTO:	72
Foto 5: RIO CABUÇU EM UM DOS LOTES DO ASSENTAMENTO.....	75
Foto 6: ASSEMBLEIA GERAL DO ASSENTAMENTO.....	81
Foto 7: ESTUFA DE MUDAS DO ASSENTAMENTO.	82
Foto 8: CASA DO SÍTIO DO SEU ISRAEL	83
Foto 9: RUA FORTUNATO.	109
Foto 10 : POSTO DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO BAIRRO ALIANÇA.	110
Foto 11: ESCOLA ESTADUAL DO BAIRRO ALIANÇA	111
Foto 12:ÔNIBUS BAIRRO ALIANÇA	112
Mapa 1:TOTAL DE CONFLITOS DE TERRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	25

Mapa 2: MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE	28
Mapa 3: TOTAL DE CONFLITOS PELA TERRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1980	29
Mapa 4: UNIDADES REGIONAIS DE GOVERNO	34
Mapa 5: LOCALIZAÇÃO DA ZONA RURAL MARAPICU	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH- Banco Nacional de Habitação

COHAB- Companhia de Habitação

CPT- Comissão Pastoral de Terras

CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação

EMATER- Empresa de Assistência e Extensão Rural

FALERJ- Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro

FITOCAM- Fitoterápicos de Marapicu

INCRA- Instituto de Colonização e Reforma Agrária

IPTU- Imposto Predial Territorial Urbano

ITERJ- Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro

ITR- Imposto Territorial Rural

MAST- Movimento dos Agricultores Sem-terra

MST- Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

NAF- Núcleo Agrícola Fluminense

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PMDB- Partido Movimento Democrático Brasileiro

PROCERA- Programa de Crédito Para Reforma Agrária

PT - Partido dos Trabalhadores

SEAF- Secretaria de Assuntos Fundiário do Estado do Rio de Janeiro

UAMCA- União das Associações Mutirão de Campo Alegre.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
-----------------	----

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO MARAPICU: A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E AS TRANSFORMAÇÕES DA BAIXADA FLUMINENSE E DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU.....	25
---	----

1.1-Um Breve Histórico das Transformações Socioespaciais da Baixada Fluminense e do Território de Nova Iguaçu: Do Fim dos Laranjais à Retomada das Zonas Rurais.	27
1.2 A História da Luta Pela Terra na Região da Baixada Fluminense: Um Recorte da Segunda Metade do Século XX.....	39
1.2.1- A Estruturação de Campo Alegre e a Atuação do governo Brizola.	44
1.3.1- A Formação de Novas Associações no Mutirão Campo Alegre	49
1.4 - A Construção Histórica da Formação Territorial do Assentamento Marapicu. .	52

CAPÍTULO II

DO LOCAL AO LUGAR: A VIDA COTIDIANA E AS FORMAS DE SOCIABILIDADE INTERNA DO ASSENTAMENTO MARAPICU.	60
---	----

2.1- Entendendo a organização interna do Assentamento Marapicu.....	65
2.1.1- Do Outro Lado do Rio	74
2.2- Identificando Espaços de Socialização: Uma Análise Sobre a Política Interna e a Identidade Coletiva no Assentamento Marapicu	79
2.3-“Cada um por si e Deus por todos”: Ação e Oração	87
2.4- Sociabilidade e Trabalho	93

CAPÍTULO III

ONDE COMEÇA O ASSENTAMENTO E TERMINA O BAIRRO?	103
--	-----

3.1- O Entorno	106
----------------------	-----

3.2- O Que Se Entende Por Assentamento e Bairro?.....	113
---	-----

3.3- As Relações de Sociabilidade entre “Assentamento” e “Bairro”	119
---	-----

3.4- Tão Próximos, Mas, ao Mesmo Tempo, Tão Distantes.....	126
--	-----

3.5-Os Assentados e os “Ditos donos da área”	129
--	-----

Conclusão	133
-----------------	-----

Referências	138
-------------------	-----

INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais são territórios construídos através do processo de luta, sendo uma espacialidade onde há um encontro de diferentes biografias que vão criando seus próprios símbolos, suas próprias identidades e suas próprias significações coletivas na reconstrução de seus espaços de vida, nos quais interagem representações e sentimentos dos mesmos entre si e com o mundo.

Desta maneira, o assentamento é um universo propício ao encontro de inúmeras formas de interações sociais, que são elementos que compõem o processo de formação destes territórios. Nestes configuram-se formas de sociabilidade que surgem através de diferentes feixes de relações (de trabalho, família, amizades ou até mesmo conflitos internos) e de espaços sociais que possibilitam a construção da sociabilidade destes grupos.

Os assentamentos desenvolvem espontaneamente formas de solidariedade como: troca de serviços, compras de equipamentos e grupos de vizinhos. Essas formas se expressam nas dinâmicas religiosas, nos bares, nas escolas que partem de seus diferentes contextos sociais, se encontram e começam a partir da construção do processo de luta pela terra, na vivência do acampamento até culminar no acesso ao lote.

Os processos de constituição dos territórios dos assentamentos rurais configuram-se também em áreas da periferia urbano-metropolitana onde há um avanço da urbanização. Muitas vezes são localidades em que a luta se deu por atores de origem urbana que pretenderam e pretendem defender o acesso a uma parcela de terra e ao mesmo tempo com interesses de permanecer próximos às áreas urbanas. Essas ações também são compostas por atores que saíram do campo e quiseram retornar, mas mantendo o interesse de se localizarem próximos às áreas urbanas.

No entanto, o objetivo dessas ocupações se passava e ainda se passa pelo interesse na busca pelo maior acesso aos direitos básicos (educação, saúde etc.) e, ao mesmo tempo, mantendo a dinâmica de suas atuações em diferentes atividades tanto como agricultores quanto como trabalhadores urbanos.

Esse processo fica bem claro quando em exemplos como do estado do Rio de Janeiro, particularmente no recorte histórico dos anos 1980, em que a natureza de sua problemática agrária estava intimamente relacionada ao processo de urbanização (NOVICKI, 1994). O perfil dos integrantes das ocupações de terra no estado se caracterizava por trabalhadores da periferia metropolitana, que territorializaram a luta pela terra em áreas próximas aos serviços urbanos e as suas moradias.

Partindo do exemplo acima, é possível explorar o universo social dos assentamentos rurais próximos às áreas urbanas, particularmente dentro de uma realidade periférica do espaço metropolitano, cujo campo se confunde com a cidade, onde as lógicas de uso do solo são tanto urbanas quanto agrícolas e as identidades de trabalhadores rurais e urbanos misturam-se, fundamentalmente, de acordo com os interesses dos atores sociais.

Com isso, mergulhamos em um universo de interações sociais que transita entre múltiplos territórios, dada a proximidade em termos geográficos do que se delimita como rural (vide o assentamento) e o que se concebe como área urbana, em uma divisão político-administrativa (como a unidade bairro).

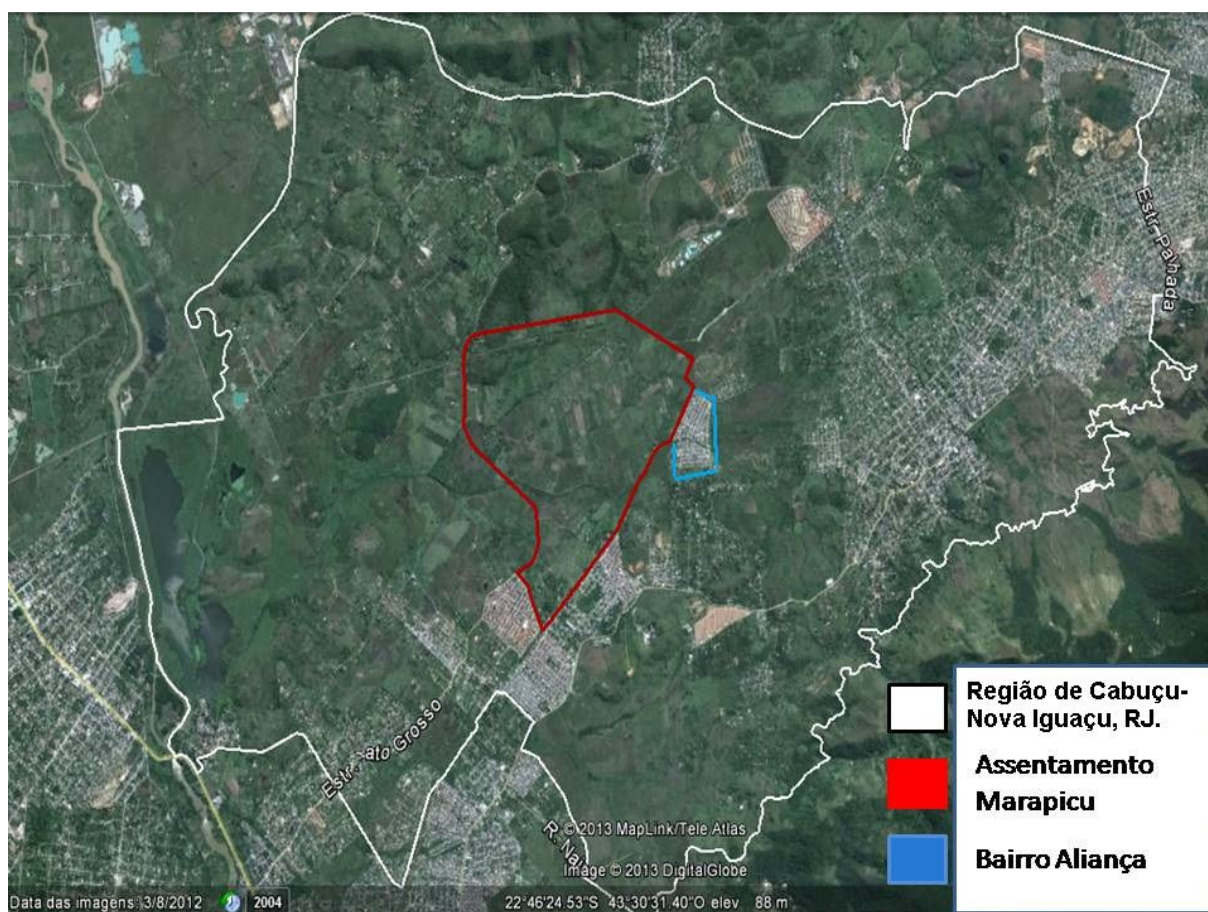
No entanto, as preocupações não são as definições de urbano e rural, mas as formas de sociabilidade que se configuram territorialmente dentro dessa proximidade com a área urbana, buscando analisar as formas de sociabilidade do assentamento rural estudado frente a essa proximidade geográfica com o espaço urbano.

Neste sentido, o objeto de pesquisa são as formas de sociabilidade na dinâmica territorial de um assentamento rural próximo à área urbana, tendo como objetivo principal analisar as formas de sociabilidade que se configura na dinâmica territorial de um assentamento rural próximo da área urbana.

O objeto empírico desta pesquisa é o Assentamento Marapicu. Ele é constituído por 92 famílias, localizado no município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense¹, parte integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, constituindo uma das principais áreas de conflitos de terra e onde foi territorializada grande parte da luta dos movimentos sociais do campo no Estado do Rio de Janeiro na década de 1980. A Baixada é uma das Regiões do Estado Rio de Janeiro de maior adensamento urbano, pois é produto do processo de crescimento da metrópole fluminense. A figura 1 demonstra a área do Assentamento Marapicu e o Bairro Aliança:

¹ A Baixada Fluminense é composta por 13 municípios (Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados, Belford Roxo, Japeri, Paracambi, Magé, Guapimirim, Seropédica e Itaguaí.). (FUNDAÇÃO CIDE, ANO 2011).

Figura 1
ASSENTAMENTO MARAPICU E BAIRRO ALIANÇA



Fonte: Google Earth, 2013. Adaptado pelo autor.

O Assentamento surge nos anos de 1980, na região administrativa de Cabuçu, município de Nova Iguaçu, sendo fruto das ocupações Campo Alegre², que deu início a vários outros assentamentos no Estado do Rio de Janeiro, não só ao longo dos anos de 1980, mas também no início dos anos de 1990, e mais especificamente na Região da Baixada Fluminense e Norte Fluminense.

Marapicu recebeu a titulação das terras pela Prefeitura de Nova Iguaçu no segundo semestre do ano de 2012, quando 55 famílias foram beneficiadas pela regulamentação fundiária. Atualmente encontra-se na implantação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), uma parceria entre o INCRA e a EMATER. Espacialmente já está ordenado em lotes de três hectares; cada qual contém uma casa construída pelas famílias

² Campo Alegre foi resultado da atuação do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) e da Comissão Pastoral de Terra (CPT-RJ) na década de 1980, sendo uma das principais ocupações de terra do período.

ocupantes. Cada quadra desses lotes recebe o nome dos primeiros ocupantes do Assentamento. Outro elemento importante é a existência de uma genealogia junto às famílias ocupantes pelo fato de já encontrarmos filhos e netos dos primeiros acampados e outros indivíduos, que no decorrer do processo histórico do Assentamento assumiram lotes repassados ou abandonados por ocupantes anteriores.

O que se observa em Marapicu é que houve uma sobreposição do perímetro urbano da cidade de Nova Iguaçu sobre seu território nos anos de 1990, aonde os governos municipais deste período não vinham reconhecendo esses territórios rurais. No governo de Lindbergh Farias (2005 a 2010) é que são novamente reconhecidas as zonas rurais do município de Nova Iguaçu, no Plano Diretor de 2008. A regulamentação fundiária em Marapicu teve uma peculiaridade que foi a titulação das terras dada pela prefeitura em parceria com o INCRA, passando o Assentamento a ser reconhecido como uma política de reforma agrária municipal.

Especificamente em Marapicu, o que chama a atenção é a sua proximidade com o Bairro Aliança, como mostra a figura 1. Há um fluxo intenso entre “Bairro”³ e “Assentamento”, havendo casos em que alguns moradores do Assentamento tornaram-se moradores do “Bairro”. Desta forma, pode-se deduzir que há uma forte relação entre esses dois territórios, construindo múltiplas identidades, que são de moradores do Bairro e assentados, misturando-se e diferenciando-se de acordo com o espaço social no qual atuam cotidianamente.

Os processos identificados dentro desta relação são as formas de sociabilidade que se estabelecem entre os assentados e moradores do Bairro, através da rua, do mercado, da escola, do posto de saúde e de espaços religiosos (especificamente das igrejas protestantes). Tais vínculos surgem a partir das relações de vizinhança, compadrio e parentesco, pelo motivo de que muitos dos sujeitos que compõem o Assentamento morarem em outras áreas ao redor e alguns no Bairro. Desta forma é desenvolvida uma ampla rede de sociabilidade entre os diferentes sujeitos destes territórios.

A partir dessas análises, dialogando com os objetivos propostos, surge como questão central que guiou essa dissertação, a pergunta: Como se configuram as formas de sociabilidade dentro da dinâmica territorial de um assentamento rural próximo à área urbana? E as seguintes questões secundárias decorrente das analisadas ao longo da pesquisa: Como essa proximidade com o Bairro intensifica ou desagrega a sociabilidade interna do

³ Os termos Bairro e Assentamento são conceitos nativos colocados pelos próprios assentados, que identificamos através dos trabalhos de campo. Utilizaremos estes termos durante todo o trabalho como formas de identificação dos espaços estudados.

Assentamento? De que maneira o Assentamento e o Bairro se aproximam e se diferenciam em suas relações de sociabilidade?

Para responder toda essa problematização utilizou-se de uma base teórico-metodológica que dialogasse espaço, tempo e relações sociais, formando um conjunto analítico que teve como aporte categorias como território, espaço, sociabilidade, etc., em um contínuo diálogo entre teoria-empíria.

A base de análise se ancora no conceito de território, que constitui um elemento de grande importância na reflexão crítica da problemática elaborada, pois é uma categoria que detém uma amplitude nas análises das ciências sociais e, principalmente, na Geografia.

O território é um conceito central e tem como essência fundamental as relações de poder, ou melhor, o espaço geográfico sobre relações de poder, apropriação e dominação dos grupos sociais sobre o espaço geográfico. Para isso, o trabalho tem como apoio Souza (1995) e Haesbaert (2004), autores que trabalham a partir de uma perspectiva integradora, isto é, quando são articuladas as múltiplas dimensões que compõem as categorizações do conceito de território (político, econômico, cultural, etc.).

Dessa forma, Souza (1995) conceitua território como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p.78), em que para análise a qual pretendemos elaborar, nos instrumentaremos da percepção de território na dimensão político-administrativa, no sentido do papel do “Estado”, no caso, o Município de Nova Iguaçu, no ordenamento territorial municipal, determinando as zonas rurais que o compõem. Por outro lado, utilizou-se de uma perspectiva simbólico-cultural quando se referiu às ações dos assentados de Marapicu, em uma projeção de um território constituído a partir de suas representações simbólicas culturais, que se apresentam através do jogo entre a identidade de sem terra, assentado e morador do Bairro.

Nesse sentido, foram trabalhadas duas dimensões do território frente à apropriação espacial por meio das relações de poder: a projeção institucional, que denominamos acima como política administrativa, e a partir da apropriação ou dominação do espaço geográfico pelo movimento social em Marapicu. Esta projeção se configura dentro do âmbito simbólico-cultural em que o território é um produto das relações sociais estabelecidas no espaço de acordo com o tempo.

Como ferramenta dessas interpretações que se configuram a partir do jogo de identidades que surgem da dinâmica dos atores sociais que constituem Marapicu, nos apoiamos em Haesbaert (2004), através de sua concepção de multiterritorialidades, detendo um sentido “de uma consciência multi ou pluriescalar, com múltiplos espaços de referência

identitária” (p.359), quando podemos compreender as diferentes territorialidades que se configuram tanto no Assentamento quanto no Bairro.

Outra categoria utilizada dentro das reflexões da pesquisa é o termo socioespacial, cunhado por Souza (2006), como forma de compreensão de que o espaço geográfico não é simplesmente um receptáculo dos processos sociais.

Entendendo essa categoria analítica como compreensão de uma dimensão da sociedade concreta, em que o espaço é um produto, condição e meio para reprodução social, mediante a sua produção dentro das múltiplas dimensões que abarca, não sendo uma dimensão a partir, mas sim, uma base ligada diretamente à produção e reprodução da vida social de maneira concreta. Com isso, o termo socioespacial relaciona as bases da realidade social em uma perspectiva espacial.

Já a concepção de sociabilidade, para reflexão sobre as relações que se constituem tanto internamente quanto externamente no Assentamento Marapicu, é a compreensão de ser um conjunto de atitudes e comportamentos, sentimentos, atitudes e representações compartilhadas que conduzem e mantêm as interações sociais (RUSCHEL, 2010).

O pensamento de Simmel (2010) é uma referência fundamental para estruturação da categoria sociabilidade, pois ele a observa como um instrumento essencial para o entendimento das formas sociais, em que descreve e indica os elementos que acionam e impulsionam a materialização da própria existência do social, que “estaria oferecendo e apresentando a metamorfose que recai sobre o processo, a operação existente entre a dimensão individual e a própria formatação da sociedade” (ALCÂNTARA JÚNIOR, 2005, p.33).

Simmel entende o processo de formação da sociedade como um conjunto de interações de indivíduos que formam uma unidade. Essas interações surgem sempre através de impulsos e da busca de determinadas finalidades, que emergem a partir de instintos eróticos, impulsos religiosos, de ataque, de ajuda e outros mais que fazem com que o ser humano tenha uma relação de convívio, de diferentes maneiras uns com os outros, contra os outros, exercendo assim, efeito sobre os demais e afetando a si mesmos.

O autor coloca três elementos fundamentais na sua construção, que seriam: forma, conteúdo e materialização no processo, sendo que este último se dá nas dinâmicas das estruturas sociais observadas. O conteúdo e a materialização são “tudo que existe nos indivíduos e nos lugares concretos de toda realidade histórica” (SIMMEL, 2010, p.65), sendo tudo que está presente nos indivíduos de modo a receber os efeitos sobre os outros e transmiti-los.

A *sociação* é o processo de estabelecimento de laços entre os indivíduos, que assume diferentes formas e são as “mútuas determinações e interações dos elementos pelos quais se constrói uma unidade” (idem, p.65), entendendo desta maneira as formas como enquadramentos da vida social, que interagem dentro de diferentes interesses e finalidades.

A percepção de sociabilidade elaborada por Simmel foi usada, na presente dissertação, como um “tipo ideal”, pois sistematiza a compreensão sobre o processo observado dentro das dinâmicas territoriais dos indivíduos que compõem o Assentamento Marapicú e sua íntima relação com o Bairro Aliança, ao mesmo tempo em que sua análise possibilita outras referências sobre as formas de sociabilidade.

Com isso, este trabalho dissertativo se utiliza desse conceito para analisar as práticas que se efetuam a partir da dimensão territorial e das redes de interações entre os indivíduos que compõem os feixes de interações internas do Assentamento e aquelas que se estendem ao Bairro, construindo formas de sociabilidades que se configuram dentro de um jogo de multiterritorialidades, de assentados e de moradores do Bairro. Assim, a sociabilidade, nesta dissertação, é uma categoria chave que possibilita entender as conexões entre domínios tão diferentes da vida cotidiana (MOTA, 2005)

O estudo se focou em três formas de sociabilidade que se constituem dentro do que podemos compreender como processo de *sociação*, que seriam: as formas de sociabilidade religiosa, de trabalho e vizinhança; elementos identificados durante os trabalhos de campo. Foram essas formas de sociabilidade que se apresentaram como traços que compõem os laços de maior intensidade da realidade estudada.

A dimensão cotidiana foi trabalhada a partir de Martins (2010) através do livro “A Sociabilidade do Homem Simples”, em que o autor auxilia no entendimento da produção da vida cotidiana e as relações de sociabilidade, em uma reflexão sobre o processo de modernização e a reprodução da vida social dos diversos atores frente à lógica do capital.

O trabalho de Castro (1994) traz a abordagem das relações sociais e culturais no universo dos assentamentos rurais, que foi usada, na presente dissertação, nas indagações sobre sociabilidade nos assentamentos rurais, principalmente do Rio de Janeiro. A autora deu uma perspectiva de observação da construção das identidades nos assentamentos, onde as transformações identitárias são constantes dentro de um grupo social heterogêneo; que assume em um primeiro momento uma figura de sem-terra e pós-conquista a de assentado. Promovendo uma perspectiva de observação das construções coletivas que se passam no processo de luta até a conquista da terra. Castro (1994) dá um aporte teórico sobre o desenvolvimento de uma unidade interna e indentitária de acampado para assentado,

perpassando pelas diversas biografias que compõem o grupo social que irá se estabelecer como assentado.

Já Leite *et al* (2004), traz em suas análises os universos sociais que compõem os assentamentos nas diferentes dinâmicas do espaço rural brasileiro, especificamente na investigação sobre as formas de sociabilidade que se configuram nesses territórios.

Santos (2005) é a base para fundamentação das análises sobre o processo de urbanização e metropolização da escala regional e nacional, demonstrando o quanto o rural vem sendo concebido como agrícola, partindo do entendimento do processo de modernização do espaço agrário brasileiro, combinado com o crescimento da urbanização das diferentes regiões que compõem o território nacional.

Este mesmo autor, também, é um alicerce para a construção da definição de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações. Situando junto ao processo de urbanização que se desenvolve na realidade do campo brasileiro e como forma de analisar a realidade de Marapicu. Não como um pano de fundo da construção das formas de sociabilidade, mas como um dos elementos tanto como condicionador, como meio e produto destas interações em suas diferentes escalas local-global.

Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa são de base qualitativa, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com 7 famílias assentadas, de um universo social de 55 famílias que receberam a titulação das terras. Dessas 7 famílias, 2 moram no Assentamento, 2 moram no Bairro e 3 moram nos bairros ao redor do Assentamento. Também foram realizadas entrevistas com as lideranças antigas e atuais do Assentamento. Junto à população do Bairro foram entrevistadas as responsáveis pela escola estadual da região e os responsáveis pelo Posto de Saúde da Família local. As entrevistas se estenderam às pessoas ligadas aos órgãos e organizações que participam junto ao Assentamento. Muitas dessas entrevistas auxiliaram na montagem do panorama das dinâmicas territoriais e do processo de formação do Assentamento. Elas consistiam em conhecer a história de Marapicu, as biografias dos entrevistados, identificação da localidade de onde moram ou moravam, identificação dos conflitos internos e externos do Assentamento e do Bairro e a compreensão, pelo menos parcial, da trama de relações de sociabilidade dos atores envolvidos em seus diferentes contextos.

Para manter o sigilo e respeito aos relatos dos indivíduos entrevistados durante todo o texto dissertativo, adotou-se a denominação ENTREVISTADO A, ENTREVISTADO B, ENTREVISTADO C, etc. conforme foi solicitado por algumas das lideranças, para manter a segurança dos mesmos e por haver muitos relatos de violência e de conflitos locais.

Grande parte da documentação usada foi retirada do Núcleo de Movimentos Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, de onde se extraiu entrevistas de lideranças de Campo Alegre e Marapicu do período da ocupação, documentações dos programas federais da época e das diferentes organizações que atuavam e atuam junto aos movimentos sociais do Campo na Baixada Fluminense. Essas entrevistas e documentos auxiliaram a presente pesquisa na montagem do panorama histórico-geográfico da área estudada, dentro recorte temporal dos anos de 1950 até os anos 2000. A Prefeitura de Nova Iguaçu disponibilizou alguns mapeamentos e a documentação referente à titulação das terras. Porém, a Prefeitura não detinha a documentação e os dados disponíveis sobre a formação da Região de Cabuçu e dos processos de loteamentos dessa localidade.

Não foi possível acessar a documentação sobre o Assentamento Marapicu nos Órgãos competentes. Alguns diziam não possuir a documentação requerida pelo pesquisador e outras situações, como a greve do ano de 2012, inviabilizaram o acesso dentro de alguns arquivos do INCRA, ITERJ e Caixa Econômica Federal. No entanto, o INCRA disponibilizou o cadastro de famílias de Marapicu, com os nomes dos beneficiários dos projetos de assistência e extensão rural do Governo Federal. Isso possibilitou conhecer e mapear algumas famílias que moram ou não dentro do Assentamento e identificar alguns laços de sociabilidade dentro das entrevistas.

A dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo teve como objetivo analisar os processos que levaram à construção dos conflitos de terra na Baixada Fluminense, mais particularmente no município de Nova Iguaçu, almejando a compreensão do contexto histórico-geográfico do Assentamento Marapicu. Alentejano (1997) é um autor importante na elaboração do capítulo, pois constrói abordagens sobre os assentamentos rurais na dinâmica do espaço agrário fluminense, analisando-os através do prisma das relações urbano e rural. O autor salienta que uma das particularidades que marcam o processo de luta pela terra no estado é o forte caráter urbano dos sujeitos que compõem os assentamentos, quando o autor analisa a forte presença da pluriatividade dentro dos assentamentos de reforma agrária como um traço marcante das dinâmicas territoriais dos assentamentos do Estado do Rio de Janeiro, particularmente os localizados no espaço metropolitano do Rio de Janeiro.

Grynzspan (1987) traz a história das lutas dos posseiros nos anos de 1950 na Baixada Fluminense, analisando os diferentes atores envolvidos nesses conflitos, como o PCB e a Igreja Católica. Utilizou-se a construção de Baixada Fluminense elaborada por esse autor, que montou uma delimitação do espaço regional conhecido como Baixada Fluminense, através de reportagens de jornal da época dos conflitos de terra que marcaram a Região,. Já Novick

(1992) é base para o entendimento do surgimento de Campo Alegre e, principalmente, do papel do governo Brizola no processo de luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro em uma abordagem que compreende toda construção de uma estrutura de regulamentação fundiária e de reforma agrária no estado.

Simões (2007) observa os processos que levaram à atual configuração territorial do município de Nova Iguaçu, suas fragmentações e a formação da organização regional da Baixada Fluminense.

O segundo capítulo tem por objetivo analisar as formas de sociabilidades que se dão na dinâmica interna do Assentamento Marapicu, como: os espaços sociais que levam o surgimento de sociabilidades entre os diferentes atores que compõem a “comunidade” assentada e as influências dos fatores externos na dinâmica local. Para entender esses processos foram utilizadas as abordagens sobre os conceitos de *Lugar*, de autores como Carlos (2007), Massey (2000), Santos (2008), pois trabalham com uma condição da relação global-local universal e particular. Já Romano (1994) foi utilizado para compreender os feixes de relações dentro do universo social dos assentamentos de reforma agrária. E o trabalho de Castro (1994) para o entendimento da construção da identidade de assentado.

O terceiro capítulo busca analisar as relações de sociabilidade e territoriais entre assentados de Marapicu e a área urbana, mais especificamente, o recorte do Bairro Aliança, abrangendo os laços construídos entre assentados e moradores do Bairro. Foram constituídas como base do desenvolvimento do capítulo as abordagens de Candido (1971) e Queiroz (1973) para o entendimento sobre vizinhança e território, através dos Bairros Rurais Paulistas. O trabalho de Park (1979) sobre vizinhança é uma das formas mais capilares de sociabilidade na vida cotidiana e Elias e Scotson (2000) para abarcar a relação entre grupos estabelecidos e a diversidade de atores sociais que se inserem na vida cotidiana desses grupos, auxiliando no entendimento das relações entre assentados e moradores do Bairro.

A presente dissertação é um desafio de analisar as relações socioespaciais que se configuram através da proximidade entre assentamentos rurais de reforma agrária e as áreas urbanas da periferia urbano-metropolitana, especificamente as questões de sociabilidade que se constituem entre os moradores de áreas urbanas e os assentados e de compreender a proximidade geográfica como elemento de complexificação das relações dos assentamentos com o espaço urbano, permitindo a “construção de fluxos e redes que integram espaços e lugares dando novos significados à terra e novos contornos à relação entre rural e urbano” (SAUER, 2010, p.62).

O tema também se justifica pelo fato de se demonstrar como um desafio de pensar de maneira integrada as questões que aferem ao meio rural e ao meio urbano, de como as identidades se aproximam e se distanciam de acordo com os interesses objetivos e subjetivos no processo de construção de laços dos atores sociais que atuam dentro deste contexto.

Esta pesquisa, portanto, propõe uma análise da vida cotidiana que compõe as realidades sociais e espaciais dos assentamentos rurais, em especial aqueles localizados próximos à área urbana, que é o caso do Assentamento Marapicu e o Bairro Aliança, por serem estes espaços concebidos pela divisão político-administrativa municipal, onde os laços rurais e urbanos constituem formas de sociabilidade multiterritoriais, que transitam por diferentes esferas sociais.

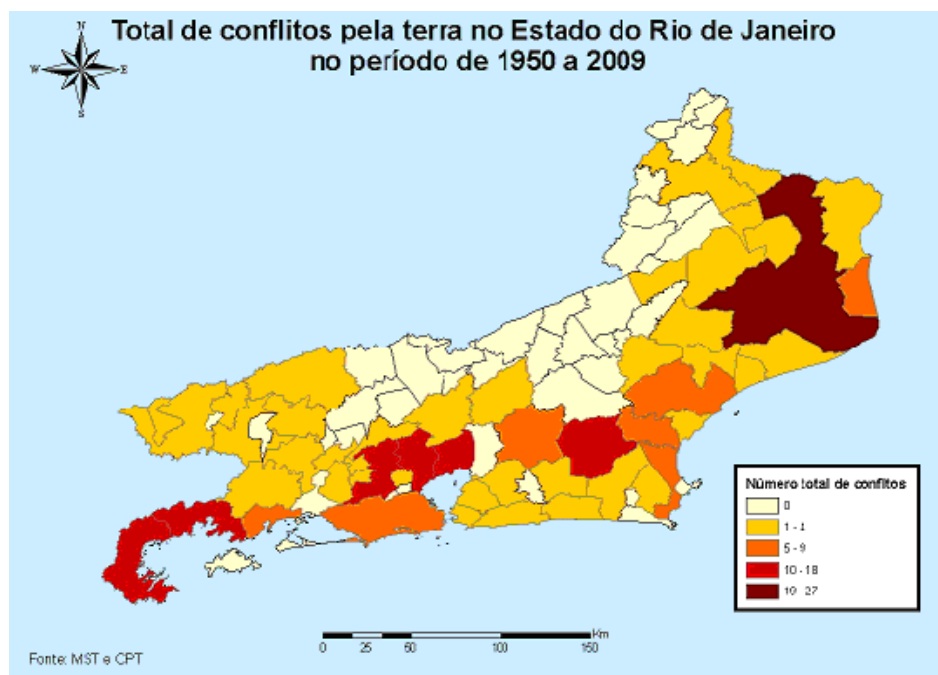
CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ASSENTAMENTO MARAPICU: A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E AS TRANSFORMAÇÕES DA BAIXADA FLUMINENSE E DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU.

A luta pela terra no estado do Rio de Janeiro, principalmente na Baixada Fluminense, se caracteriza como um conflito gerado pela imposição da lógica de desenvolvimento urbano-industrial que foi implementado no estado, estando fortemente atrelado ao processo de urbanização. Em outras regiões do estado, como o Norte Fluminense, a luta se deu na ocupação de usinas canavieiras.

Há promoção de um discurso que prega que a agricultura fluminense se configurou e ainda se configura como decadente, perdendo espaço para a industrialização, para as atividades comerciais e de serviços que são resultantes de uma densa urbanização. Percebendo que a luta pela terra assumiu diferentes facetas e sempre esteve presente nas diversas regiões, como demonstra o Mapa 1:

Mapa 1
TOTAL DE CONFLITOS PELA TERRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(1950-2009)



Fonte: Alves & Nunes (2010).

No Mapa 1, é possível visualizar a espacialização dos conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro no período de 50 anos, em que os mesmos ganharam diferentes roupagens e orientações de acordo com as conjunturas políticas de suas épocas, tanto na dinâmica nacional como na local.

O espaço agrário fluminense aponta, em sua história, para uma grande concentração de terras e para um elevado índice de espaços improdutivos. (ALENTEJANO, 1998).

Grande parte das lutas pela terra tem como cenário o que hoje conhecemos como Região Metropolitana do Rio de Janeiro, se concentrando na sub-região da Baixada Fluminense, mais especificamente, no município de Nova Iguaçu. Os conflitos no estado do Rio de Janeiro ocorreram nos anos de 1950, na Baixada Fluminense, e foram retomados nos anos de 1980 e, nos anos de 1990, as lutas com maior intensidade se concentraram no Norte Fluminense, em ocupações de antigas usinas de cana-de-açúcar.

O processo de luta se dá de maneira localizada dentro do espaço metropolitano, partindo da forte centralidade do município do Rio de Janeiro e seu crescimento urbano, que se expande até suas periferias, onde há uma grande densidade de terras improdutivas, representando toda uma estrutura fundiária voltada para a especulação imobiliária e para a implementação industrial.

Dessa forma, esse capítulo tem como objetivo analisar os processos que levaram à construção dos conflitos de terra na Baixada Fluminense, mais particularmente no município de Nova Iguaçu, de forma que haja a compreensão do contexto histórico-geográfico do Assentamento Marapicu.

Construir uma análise sobre a Baixada Fluminense é caminhar através de diferentes tramas de relações entre urbano e rural, o que envolve inúmeras transformações econômicas, sociais e espaciais ao longo de sua história, que assume papel de destaque nas lutas sociais como uma região geopolítica estratégica para a classe política estadual.

Faz-se uso da categoria região em diferentes projeções que se deram de acordo com a necessidade da elaboração dos processos observados.

Nesse sentido, nos focamos em três dimensões fundamentais que foram propostas nos estudos de Grynzspan (1987), que apresenta a Região da Baixada Fluminense nas décadas de 1950 e 1960 de acordo com as suas representações em jornais da época.

Outro entendimento do conceito de região apresentado por Grynzspan (1987) é a de que ela foi elaborada pelo estado do Rio de Janeiro, que se subdivide em regiões político-

administrativas. A área de estudo é contemplada na Mesorregião Metropolitana, entendida como uma microrregião da mesma.

A terceira categorização de região empregada no texto é referente a Campo Alegre, e foca em um sentido de localização e extensão de determinadas características físico, sociais, econômicas e políticas. (HAESBAERT, 2011). Essas características delimitam a área onde o conflito se deu principalmente nos anos de 1980, e que tem permanecido com uma caracterização histórica dos conflitos de terra no estado.

1.1. Um Breve Histórico das Transformações Socioespaciais da Baixada Fluminense e do Território de Nova Iguaçu: Do Fim dos Laranjais à Retomada das Zonas Rurais.

A Baixada Fluminense⁴ se configura como periferia da cidade do Rio de Janeiro, atualmente constituída por 13 municípios, conforme ilustra a Figura 3. Historicamente, é uma região de altos índices de conflitos sociais, urbanos e rurais.

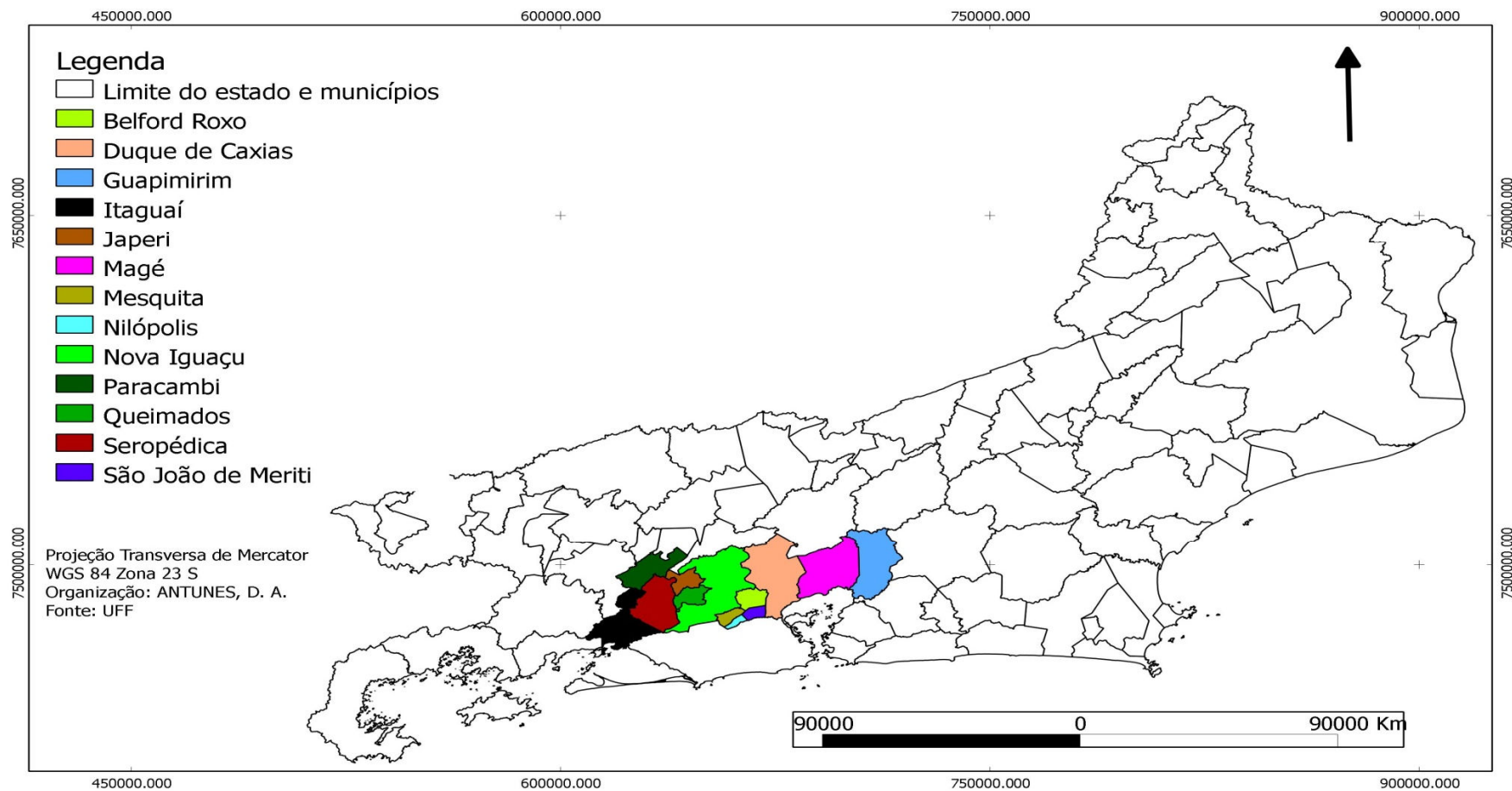
⁴ Segundo a definição do estado do Rio de Janeiro do ano de 2008, compreende-se por Baixada Fluminense o seguinte: “Sob o ponto de vista geográfico, a expressão Baixada Fluminense, muito comum no estado do Rio de Janeiro, corresponde a todas as superfícies planas e de baixas altitudes que se estendem desde a linha de costa até as falésias dos Tabuleiros (no Norte Fluminense) e até as encostas das Colinas e Maciços Costeiros (que antecedem, na direção do interior, as escarpas da Serra do Mar), além de acompanharem os vales fluviais que penetram muitos quilômetros para o interior. São planícies – ou baixadas – que recebem inúmeras denominações locais: Baixada dos Goytacazes ou Campista, Baixada dos Rios Macaé e São João, Baixada da Guanabara e Baixada de Sepetiba.

Essa expressão é utilizada sob os enfoques político-institucional - para o planejamento e as ações de governo - e histórico-cultural, que se baseia na formação social da área. No primeiro caso, por exemplo, o Governo do Estado, em 2005, segundo a SEDEBREM - Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana -, considerava como da Baixada Fluminense os seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

No segundo caso – o enfoque mais comum –, a composição é menos numerosa, tendo sido adotada oficialmente até o início da década de 1990, conforme se pode constatar no Programa de Ação Integrada da Baixada Fluminense – PAI, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional – SEDUR, de maio de 1990. Esta composição prende-se à história da conquista, ocupação e evolução social e econômica de parte da Baixada da Guanabara, isto é, da periferia da cidade do Rio de Janeiro, constituída pelos atuais Municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti. Na realidade, até poucos anos atrás (antes das recentes emancipações), eram os Municípios de Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti, para onde se dirigiram grandes massas de população pobre provenientes do núcleo metropolitano ou de fluxos migratórios de fora da região metropolitana, principalmente do antigo Estado do Rio de Janeiro. Nestes Municípios, houve um crescimento demográfico acelerado a partir, principalmente, da década de 1950. No entanto, este crescimento se deu sem as necessárias condições de saúde, educação, saneamento, moradia e infraestrutura urbana. Além disto, a população permaneceu dependente do mercado de trabalho concentrado na cidade do Rio de Janeiro, gerando um movimento pendular diário entre a metrópole e sua periferia. Por isto, esses municípios são denominados “municípios dormitórios”.”

Mapa 2
MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE (COMPOSIÇÃO OFICIAL)

MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE



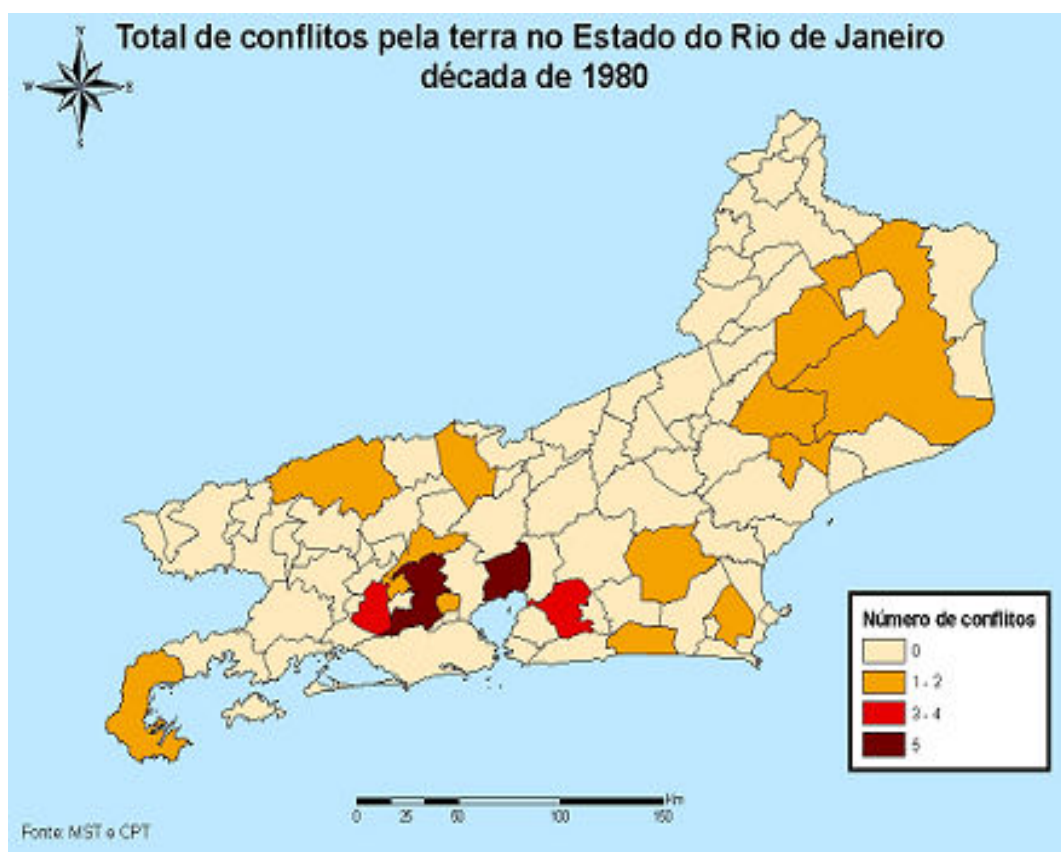
Fonte: Universidade Federal Fluminense, 2012.

O processo de constituição da Baixada Fluminense é intrínseco ao processo de formação territorial do município de Nova Iguaçu. Anteriormente toda a região fazia parte do município de Iguaçu, e foi a partir deste último que outros municípios se emanciparam. Iguaçu foi o nome dado ao atual município de Nova Iguaçu até o ano de 1916.

Originalmente ocupada, principalmente, pela etnia tupinambá, a região da Baixada Fluminense foi um lugar de passagem durante os ciclos econômicos do açúcar, do ouro e do café.

Durante o século XVII, os engenhos de açúcar e aguardente possibilitaram o surgimento de vilarejos. No final do século XIX e início do século XX, com o declínio da produção de café, implantou-se a citricultura na região.

Mapa 3
TOTAL DE CONFLITOS PELA TERRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1980



Fonte: Alves & Nunes (2010).

Mediante ao Mapa 3, pode-se observar os conflitos de terra no recorte histórico dos anos de 1980, tendo como principal área de conflito o município de Nova Iguaçu. O antigo município de Iguaçu foi se fragmentando com as emancipações ao longo das décadas de 1940 e 1990. Seus principais núcleos eram o que hoje conhecemos como os municípios Duque de Caxias e Nova Iguaçu, sendo este último também o distrito sede.

A atual configuração do território Iguaçuano se deu a partir de 1939, quando ocorreu um tardio processo de urbanização. No período de 1920 a 1940, a maioria dos distritos de Iguaçu já se encontravam em franco processo de incorporação à metrópole carioca.

O tardio processo de urbanização do distrito sede se deu pela consolidação da economia agrícola voltada para o cultivo da laranja, que gerou uma grande barreira à urbanização neste período, e depois como um grande facilitador (SIMÕES, 2007).

A crise dos laranjais teve seu início a partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial, quando as exportações das laranjas entraram em um colapso, ocasionado pela dificuldade de exportação para outros países. Isto se deu devido ao fato de os navios frigoríficos, que eram internacionais, não aportarem mais no porto do Rio de Janeiro. No final da guerra, o governo brasileiro proibiu a exportação da laranja por causa da praga que tomou conta dos laranjais.

Nesse momento, o processo de loteamento começa a ganhar força na dinâmica territorial do município de Nova Iguaçu, ocorrendo um *boom* de loteamentos. O avanço dos loteamentos se deu nas áreas de laranjais devido à queda econômica da atividade, promovendo um intenso processo de urbanização e um “notável crescimento demográfico, constituindo uma das mais marcantes expansões urbanas da cidade” (OZÓRIO, 2007).

O cultivo da laranja atraiu um grande número de trabalhadores migrantes para Nova Iguaçu, para trabalhar no campo. Com a crise dos laranjais, grande parte dessa população sofreu com a perda de empregos, e muitos assumiram outras funções e começaram a ocupar terras na região.

O *boom* dos loteamentos, combinado com a expansão industrial no estado do Rio de Janeiro e sua capital, promoveu um grande fluxo de migrantes nordestinos, que se direcionaram para Nova Iguaçu em busca de melhores condições de vida e emprego.

O município de Nova Iguaçu atraiu migrantes com o cultivo da laranja, com a demanda de trabalhadores para o campo e, mais tarde, com o *boom* de loteamentos nesse município e a

expansão industrial na capital devido à especulação imobiliária na mesma, tornou-se mais barato morar em uma cidade próxima do que na própria cidade do Rio de Janeiro.

Essa situação configurou a cidade de Nova Iguaçu e outros municípios da Baixada Fluminense a serem considerados como “cidades dormitórios”, em que grande parte da População Economicamente Ativa trabalha na cidade do Rio de Janeiro. Este movimento populacional é um dos fatores que levou ao surgimento de loteamentos para além das localidades dos laranjais e efetivou o surgimento de bairros no município devido à intensa demanda por moradia.

Nova Iguaçu viveu e ainda vive um processo de loteamento em sua dinâmica territorial; surgiram inúmeros bairros e regiões no município, onde os lotes se constituíram como um processo de remoção da atividade agrícola municipal, arruinando-a e dividindo-a em lotes, a fim de serem comercializados individualmente (SOUZA, 1992).

Outro processo de transformação espacial em Nova Iguaçu, que marcou a construção da organização regional da Baixada Fluminense foram as emancipações dos distritos, que ocorreram nos anos de 1940 e nos anos de 1990.

As emancipações no município de Nova Iguaçu produziram grandes perdas em termos de arrecadação de impostos e de áreas estratégicas, como o Parque Industrial de Queimados e Belford Roxo. A partir da Figura 2, podemos visualizar a evolução do processo de fragmentação do município de Nova Iguaçu.

Figura 2:
EMANCIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU



Fonte: Atlas escolar da Cidade de Nova Iguaçu, 2004.

A Figura 2 mostra o desenvolvimento do movimento de emancipações que ocorreu em Nova Iguaçu, tendo o seu ápice nos anos de 1990, quando surgiram cerca de quatro novos municípios, que saíram do território iguaçuano.

Essas localidades, em sua maioria, são áreas pobres, sem infraestrutura básica, que, por meio das emancipações, tentam ter maiores investimentos e autonomia de recursos, os quais ficavam vinculados ao distrito sede, no caso, Nova Iguaçu.

Para conseguir frear esses movimentos emancipatórios e conter as perdas, não somente territoriais, mas também de arrecadação, a prefeitura de Nova Iguaçu elaborou uma ótica de ordenamento territorial que divide o município em Unidades Regionais de Governo (URG).

As URGs funcionam como micro unidades regionais que têm por objetivo principal dificultar que os distritos alcancem os requisitos necessários para aprovação de um processo de emancipação. Para que o processo de emancipação ocorresse, seria necessário que as URGs se unissem para encaminhar um projeto em conjunto, sendo uma medida desarticuladora para os movimentos emancipacionistas da Baixada Fluminense, pois obriga essas unidades regionais a

construírem identidades territoriais conjuntas. Isso geraria uma disputa e uma série de conflitos que inviabilizam a ação (SIMÕES, 2007).

Mapa 4
UNIDADES REGIONAIS DE GOVERNO



Fonte: Atlas escolar da Cidade Nova Iguaçu, 2004.

O Mapa 4 demonstra a atual configuração do território iguaçuano com a delimitação das URGs, que ainda são consideradas mesmo após a revisão do plano diretor da cidade de 2008. Essa representação da organização territorial de Nova Iguaçu foi mantida no plano diretor vigente desde 2008.

As URGs são os primeiros passos elaborados para uma nova visão de cidade que se instaurou com o governo Nelson Bornier (PMDB), eleito prefeito em 1996, que implantou essas mudanças no plano diretor do ano de 1997.

As medidas político-administrativas sobre o território iguaçuano não param somente com o ordenamento configurado pelas URGs. O plano diretor de 1997 determinou que, no município, não houvesse mais espaços rurais e, de maneira direta, extingue-os e delimita todo o território municipal como urbano. Essa concepção é vista, na definição do plano, segundo o:

Artigo 8º - O Perímetro Urbano compreende todo o território da Cidade de Nova Iguaçu, coincidindo os seus limites territoriais com os consignado no Decreto - lei nº 1.056, de 31 de dezembro de 1943, e nas Leis nº 1.773, de 21 de dezembro de 1990, nº 1.902, de 18 de dezembro de 1991 e nº 2.209, de 30 de dezembro de 1993.

Essa deliberação é uma ação da prefeitura para ampliação da arrecadação de impostos, já que os espaços rurais pagam o Imposto Territorial Rural (ITR), que é um imposto federal que se direciona para o Ministério da Agricultura. Com dada determinação, o imposto que passou a ser cobrado em todo o município foi o Imposto Territorial Urbano (IPTU) de arrecadação para os cofres municipais.

No zoneamento político, econômico e ecológico proposto no plano, as áreas rurais são delimitadas como fazendo parte de um Cinturão Verde, composto por sitiantes e pecuaristas, categorizando essas atividades como agricultura urbana:

Artigo 10º - As Zonas de Transição (Cinturão Verde) compreendem as áreas do território onde se encontram presentes atividades agrícolas e pecuárias de pequena escala, formada basicamente por sítios e chácaras de lazer, sendo caracterizada por uma ocupação de baixa densidade e de edificações dispersas.

Todavia, essa conceituação não é adequada para a dinâmica territorial iguaçuana, pois há movimentos sociais do campo territorializados, atividade agrícola de forte produção na região dos maciços. Entretanto,

a maior parte destas terras destina-se a funcionar como reserva de valor, aguardando uma transformação do uso do solo ou a passagem de rodovias que valorizem as áreas e tornem a sua venda rentável, até porque a legislação mais rigorosa tem inibido a formação de loteamentos populares nesta área, embora existam alguns de caráter clandestino e irregular. Com isso, a população rural

local foi praticamente extinta, seja pela expulsão, seja pela sua conversão em trabalhadores urbanos, e os poucos que resistem, em geral, praticam a pluriatividade (SIMÕES, 2007, p.244).

Este autor traz o olhar sobre o forte processo de especulação dentro do território municipal, pois as áreas que são determinadas como rural atualmente ainda são estratégicas para o governo do município, pois estão localizadas dentro das zonas de expansão urbana ou próximas às áreas de preservação ambiental, como a do Tinguá e do Gericinó-Mendanha nas vertentes norte e sul do município.

Com o ordenamento territorial homogeneizado sobre o território como urbano, a diversidade de atores sociais rurais e os conflitos pela terra existentes territorialmente no município são desconsiderados. Com isso, desarticula-se o desenvolvimento da agricultura e a possibilidade de inserções de políticas específicas para esses grupos sociais, principalmente por parte da esfera federal.

Grande parte de projetos para agricultura familiar e do reconhecimento de Assentamentos de Reforma Agrária existentes em Nova Iguaçu só podem receber a titulação de terras se estiverem em perímetros rurais, como determina a legislação federal. Assim, o ordenamento territorial atuou retardando o andamento da regulamentação e da inserção de projetos para essas localidades.

Nelson Bornier representou a inserção de um modelo de cidade empresa na gestão de Nova Iguaçu, em que perseguia a lógica de desenvolvimento implementada na cidade do Rio de Janeiro a partir dos anos de 1990, pautada em uma gestão empresarial que compreende que cada cidade deveria buscar seu potencial, transformando-se em uma cidade competitiva que assumiria um protagonismo econômico.

Dessa maneira, Nova Iguaçu deixa de se colocar como município e adota a denominação de cidade de Nova Iguaçu, estabelecendo um caráter de modernidade e desenvolvimento que se propunha enquanto projeto.

Para Ozório (2007), a gestão Bornier tinha como um dos seus objetivos desenvolver Nova Iguaçu como centro metropolitano comercial, logístico-industrial e de lazer na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Foi desenvolvido um Plano Estratégico dentro desses objetivos, que visavam tornar a cidade mais atrativa e competitiva para investidores e para os agentes de gestão territorial que produzem e consomem nesse espaço.

Já em 2004, uma nova proposta para Nova Iguaçu se apresenta na eleição de Lindbergh Farias, candidato eleito pelo PT, que adotou como modelo de gestão da cidade a negociação e a participação das organizações políticas e sociais. Para muitas das avaliações como as de Ozório (2007) e Simões (2007) sobre o governo de Lindbergh Farias (2005-2010), sua gestão teve como principais pontos o reconhecimento das demandas dos movimentos sociais e a ênfase na educação e na cultura.

No entanto, a gestão de Lindbergh Farias manteve a visão de uma cidade empreendedora e centro metropolitano frente ao Rio de Janeiro. Essa perspectiva se passou dentro de uma ótica ligada a uma visão social em que a cidade foi sede de encontros que se focavam nas demandas sociais como: “O encontro de Fé e Política”, em 2007, e os “Fóruns Mundiais de Educação”, em 2007 e 2008.

Nessa gestão, as demandas dos movimentos sociais ganharam força e espaço de reconhecimento por parte do poder local, de maneira que o Plano Diretor foi revisto e os espaços rurais extintos em 1997 novamente inseridos no “mapa” de Nova Iguaçu. O Plano Diretor de 2008 define as zonas rurais como:

Artigo 54º - Constitui Zona Rural a parcela do território municipal não incluída na Zona Urbana, destinada às atividades primárias e de produção de alimentos, bem como as atividades de reflorestamento, de mineração, de agropecuária e outros, desde que aprovadas e licenciadas pelo órgão municipal de meio ambiente.

Mediante o artigo, fica explícita uma diversidade de atores sociais que compõem esses territórios, e diferentes concepções de meio rural que se apresentam na delimitação dessas zonas.

Concomitantemente, há uma política do Plano Diretor atual de conter a especulação imobiliária, ou melhor, conter a expansão urbana, associada a ações de caráter compensatórias para as populações que trabalham dentro do que se determinou como rural, e as áreas de reservas ecológicas (Gericinó –Mendanha e Tinguá) passam a ser vistas como patrimônio do município. Outro fator que não pode deixar de ser abordado é a proximidade das zonas rurais com o que se determina zona urbana, pois são espaços que se caracterizam “pelo compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos do solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos” (SPOSITO, 2006, p.121).

Uma política da Prefeitura é ordenar o espaço urbano a partir de uma regularização fundiária, motivada pela proximidade entre as zonas urbanas e rurais. Dessa forma, podemos compreender que a proximidade dessas zonas é fruto do processo de urbanização/metropolização, marca fundamental da Baixada Fluminense nas últimas décadas.

No entanto, por mais que reconheça as zonas rurais, a Prefeitura ainda não detém políticas eficazes voltadas para um processo de desenvolvimento do meio rural local. Uma dessas poucas ações foi a implementação de feiras para os agricultores, distribuídas pela cidade. A feira agroecológica ocorre uma vez por semana no bairro do centro e dela participa uma parcela dos produtores de agricultura familiar da cidade.

Por outro lado, o Plano Diretor atual revela-se contraditório pelo fato de que recria as zonas rurais e, ao mesmo tempo, favorece outras políticas públicas como o Arco Metropolitano que será construído sobre algumas dessas mesmas zonas rurais.

Algumas dessas macro-políticas de cunho urbano industrial, como o Arco Metropolitano trazem um discurso de favorecimento à agricultura, no sentido do escoamento da produção. No entanto, estas obras impõem uma nova dinâmica territorial e a necessidade de realocações habitacionais, sobretudo nas zonas rurais.

Não obstante, podemos perceber que ficam claras algumas marcas do grande adensamento urbano e da sub-urbanização que tomaram conta do(s) espaço(s) rural(is) desta região, de modo que algumas atividades ditas “rurais” (ou de caráter agrícola) se desenvolvem em espaços reconhecidos como dentro do perímetro urbano.

Nesse sentido, tal processo de ocupação do território – tanto metropolitano como em sua escala intra-urbana – contribuiu para a conformação de uma cidade com padrões de ocupação desiguais. Abriga, assim, um forte centro de comércio e serviços com equipamentos, melhores níveis de urbanização e alguma verticalização, caracterizando-se pela vitalidade do mercado imobiliário. Ao mesmo tempo, conta com uma grande região periférica carente de equipamentos públicos e infraestrutura, formada por loteamentos e moradias precários implantados de forma fragmentada, além da questão rural, a partir dos enfoques agrário, agrícola e ambiental, historicamente construídos no município e na região.

1.2. A História da Luta Pela Terra na Região da Baixada Fluminense: Um Recorte da Segunda Metade do Século XX.

O recorte de 1950 a 1964 é um momento histórico marcado pela emergência do campesinato como ator político nas lutas sociais brasileiras. Esse ator se expressa dentro da região da Baixada Fluminense na figura do posseiro.

Pode-se entender esse período como um momento histórico social em que as lutas camponesas se inserem com grande força no cenário nacional, com a emergência de diferentes formas de conflitos no campo, contendo a presença de trabalhadores agrícolas, lavradores e camponeses, que reivindicavam um conjunto de demandas, organizando-se através de sindicatos, ligas, uniões e outras formas de organização.

Foi um período marcado pelo avanço na luta da consolidação dos direitos dos trabalhadores rurais e do reconhecimento destes por parte do Estado. Ganham destaque os debates e disputas acerca da questão da reforma agrária e também as discussões relacionadas ao papel e lugar do trabalhador do campo no desenvolvimento nacional.

Os conflitos na área de estudo têm suas origens atreladas a obras públicas do governo federal nos anos 30 e 40, que teve como produto a valorização das terras. Dessa forma, o conflito se constituiu a partir dos lavradores que já estavam estabelecidos nessa região, conhecidos como posseiros, e os falsos proprietários de terra, identificados como grileiros, que se utilizavam de documentação de posse falsa e dos despejos junto à população que ocupava as terras. O interesse maior dos grileiros não se voltava para a produção agrícola, mas para a especulação imobiliária, com o loteamento das terras para venda.

A grande luta dos posseiros era contra os despejos, que se caracterizavam dentro do universo das representações dos lavradores como uma forma de corte definitivo com a terra. Eles tinham medo de não conseguirem se estabelecer em outra localidade.

Dentro da dinâmica do estado, o despejo era visto como uma prática ilegítima e injusta contra os lavradores que haviam desbravado as terras. Nesse sentido, o debate na Baixada Fluminense se passa dentro de um arranjo socioespacial de uma localidade de frente de expansão, como podemos ver até os dias de hoje, sendo áreas novas em que os interesses da especulação imobiliária são de maneira avassaladora dentro dessa região.

Quando refletimos sobre as particularidades da luta pela terra na Baixada Fluminense, nos deparamos com um problema que se configura dentro do âmbito nacional no recorte histórico nos anos 50 e 60, que seria a questão da permanência na terra como um das bandeiras fundamentais da reforma agrária. Essa permanência se caracterizava como uma forma de manter o trabalho construído e, principalmente, de manter acesso a um meio de produção e geração de riqueza e possibilidade de uma vida mais digna.

É desse processo que se criam as condições iniciais para a mobilização e a organização dos lavradores no estado do Rio de Janeiro, tendo como base de articulação e representação desses atores sociais as associações de lavradores. A mais importante associação criada foi a FALERJ (Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro).

A FALERJ articulava o processo de resistência e até mesmo o processo de ocupação de novas áreas, centrando suas ações dentro da categoria políticas dos posseiros, também conhecidos como lavradores sem terra, atuando estrategicamente na Baixada Fluminense para expandir para o resto do estado. Grande parte de suas orientações estavam atreladas aos quadros partidários do PCB.

Muitas das lideranças dos posseiros já haviam tido uma vivência no meio urbano e nas organizações operárias, tendo, dessa forma, grande aproximação com o Partido Comunista.

Um processo que se constituiu em caráter nacional e que se configurou a nível estadual foi a disputa pelo papel de porta-voz dos camponeses. Nesse sentido, o Governo Roberto Silveira, no ano de 1960, cria a FLERJ (Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro), como uma forma de cooptação da luta dos posseiros frente à FALERJ e o PCB.

Essas ações de cooperação do movimento se constituem por meio das estratégias, como o Plano de Colonização e de Aproveitamento de Terras Devolutas e Propriedades do Estado, a partir do qual a FLERJ teria uma inserção maior junto ao movimento dos posseiros tanto da Baixada Fluminense quanto do resto do estado.

Assim, as disputas entre as entidades se tornaram intensas, com estratégias e tentativas de neutralização mútuas, tentando deslegitimar as ações de seus opositores frente ao campesinato. Essas competições trouxeram uma variedade de grupos para junto da luta pela terra, não sendo mais a bandeira predominantemente da esquerda, por causa da inserção de outros setores de direita e centro nesse contexto, como forma de angariar e ampliar suas forças políticas dentro do estado, afirmando e ascendendo lideranças políticas para ganhos eleitorais.

Um fator que nos chama a atenção, a partir de Grynszpan (1987), é terem acontecidos poucos casos de inserção das Ligas Camponesas dentro do estado do Rio de Janeiro, de maneira até mesmo desconhecida, em que começaram a surgir nos primeiros anos de sua formação, mas que não conseguiram se desenvolver dentro do estado fluminense. Mesmo não conseguindo se desenvolver no estado, as Ligas foram exemplos essenciais para as organizações que atuavam no campo fluminense.

O grupo que ganha força nesse momento em termos regionais é o do deputado federal Tenório Cavalcante, que construiu sua liderança no município de Duque de Caxias, tendo como práticas a violência e o clientelismo. Ele constitui no ano de 1962 uma forte aproximação junto aos lavradores durante sua campanha ao governo do estado, passando a dar apoio às mobilizações e às ações dos camponeses, se colocando como um dos porta-vozes dos trabalhadores do campo fluminense.

Há um quadro político em que várias organizações disputam pelo controle das lutas camponesas, o que gerou uma intensificação no avanço da construção do movimento. Em contrapartida, houve fragmentação interna do movimento, devido à radicalização do processo de disputa entre as organizações, em que muitas reivindicações dos movimentos mediante os grupos ultrapassaram o seu conteúdo programático (GRYNSZPAN, 1987).

Em primeiro momento do presente capítulo, foi tratado um lado do processo de resistência na luta pela terra. Outra dimensão a ser abordada é a das estratégias constituídas pelos posseiros contra o processo de despejos.

Uma das principais ações nesse sentido foram as ocupações de terras em áreas de conflito entre posseiros e grileiros. As organizações reuniam lavradores de diferentes lugares para promover ocupações nessas localidades e indo para novas terras que estavam sendo griladas.

Quando se iniciava a tentativa do despejo, a estratégia adotada era afirmar que eram posseiros antigos, uma forma de burlar o processo de despejo: na perspectiva de obter controle da terra, utilizava-se a usucapião. Trata-se de uma luta que se dá através do uso da legitimidade da posse da terra apoiado na legislação da época, pautada dentro do caráter das instituições que promovem o processo de mediação e mobilização como forma de construir pressão e, especialmente, resistir aos processos de grilagem de terras que marcaram esses conflitos.

A luta pela terra na Baixada Fluminense traz em seu cerne um conjunto de interesses que se dividem dentro da resistência e dos inimigos dos movimentos. A ação dos grileiros se passa

pelos interesses especulativos que se dão pelo próprio processo de urbanização regional, que se desenvolve dentro de inúmeros conflitos, associando-se a interesses políticos locais na forma de mediações do processo de luta. Os posseiros emergem dentro desse conflito como uma expressão do campesinato, que assume uma série de agregados dentro dessa categoria política como forma de se inserirem na luta pela terra, tanto na permanência quanto no acesso, sendo uma identidade flexível, havendo casos de arrendatários e meeiros assumirem a identidade de posseiros como forma de terem direito ao acesso à terra.

O conflito pela terra nessa região configura-se essencialmente pela permanência na terra, uma luta contra a expulsão, contra o despejo, resistindo aos interesses dos grileiros. No entanto, ocorreu uma intensa disputa dentro do território estadual, pelo controle dos movimentos, por diversas organizações que se desenvolveram ao longo do processo de luta. Constituindo uma diversidade de interesses, tanto políticos quando eleitorais, que pretendem arrebatam as lutas camponesas para interesses escusos.

Muitas dessas lutas foram reprimidas durante os anos da Ditadura Militar ou omitidas pelos registros históricos. O regime ditatorial instaurado em 1964 perseguiu e impôs restrições ao exercício político das lideranças sindicais, obrigando-as a entrar na clandestinidade, desta maneira, desarticulando as mobilizações em prol da luta pela terra em todo o âmbito nacional.

Algumas áreas no estado do Rio de Janeiro foram desapropriadas e devolvidas pelo governo militar, pois estes se consideravam como seus legítimos donos (MACEDO, 2009). A justificativa era de que essas localidades seriam urbanas e, por isso, impróprias para o alouçamento de assentamentos rurais.

A Baixada Fluminense continuou sendo umas das áreas de maior densidade de conflitos de terra dentro do estado. Houve uma retomada significativa do processo de mobilizações, principalmente por antigas lideranças, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, com o processo de anistia e abertura política do Estado brasileiro, em que dadas lideranças voltaram a atuar.

No entanto, a figura do posseiro ao qual se vê de acordo com o histórico da luta observado nos anos de 1950 e 1960 passa a ter de um perfil urbano dos atores das ocupações de terra, formado por trabalhadores assalariados, desempregados, “biscateiros” etc.

O ressurgimento das lutas dentro da região da Baixada Fluminense, no processo de abertura política dos anos de 1980, tem por base a retomada das lutas por parte de antigas

lideranças sindicais que retornaram ao estado ou que saíram da clandestinidade. Essas lideranças detinham todo um conhecimento e estratégias de mobilização e articulações para poder negociar com o Estado e um forte apoio da Igreja Católica.

Nesse mesmo período, ocorreu no ano de 1982 a eleição de Leonel Brizola para governador do estado do Rio de Janeiro, que apoiou e auxiliou as ocupações de terra no estado. Ele já havia tido a experiência nos anos de 1950 e 1960, quando fora governador do Rio Grande do Sul, apoiando as demandas do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra).

O processo de retomada das lutas na Baixada Fluminense teve como base a fundação do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) em 1978, tendo o apoio da Igreja Católica (CEDI), que começou a organizar as ocupações de terra na região no período de 1978 e 1980. Muitas das famílias que ocuparam esses imóveis haviam sido expulsas dessas localidades após o golpe de 1964 (NOVICK, 1995).

A primeira ocupação com o apoio do governo Brizola se dá em agosto de 1983, quando 72 famílias ocuparam um imóvel em Xerém (Duque de Caxias). A maior ocupação se deu em janeiro de 1984. Organizada pelo NAF, em conjunto com a Comissão Pastoral de Terras (CPT), mobilizou um total de 600 famílias em uma área de 3.500 hectares no município de Nova Iguaçu.

A ocupação ocorreu em uma antiga fazenda de citricultura, transformada nos anos 1950 pelo processo de loteamento urbano que marcou o município durante muitos anos. Alguns dos empreendimentos imobiliários urbanos não conseguiram vingar e cederam espaço para a grilagem de terra e com o uso específico para criação de gado.

Essa região dentro no município de Nova Iguaçu, que em seguida com o processo de emancipações também se tornou parte do município de Queimados, é denominada Campo Alegre.

Campo Alegre é uma das principais localidades em que o processo de territorialização da luta pela terra no estado originou outros assentamentos de reforma agrária na Região da Baixada Fluminense e no estado. Grande parte das famílias que compunham a ocupação de Campo Alegre era constituída por trabalhadores expulsos de outras áreas agrícolas do estado, moradores da periferia urbana que se encontravam dentro de uma lógica de trabalho informal, e outros casos de trabalhadores formais.

Campo Alegre foi o principal espaço de luta nos anos de 1980, no estado do Rio de Janeiro. O mesmo foi o lugar que ocorreram as primeiras iniciativas de formação do MST (Movimento Sem Terra) no território fluminense. Essa ocupação expressa a questão agrária do

estado do Rio de Janeiro e sua principal particularidade, no caso, da luta pela terra na Baixada Fluminense, que é a forte proximidade com às áreas urbanas.

1.2.1. A Estruturação de Campo Alegre e a Atuação do governo Brizola.

A origem da ocupação de Campo Alegre se passa pela articulação da NAF, CPT, sindicato de trabalhadores rurais de Nova Iguaçu e por participantes de ocupações rurais de Duque de Caxias, Belford Roxo, e de uma localidade denominada de Nova Aurora, em Itaguaí.

De acordo com Macedo (2009), a ocupação Campo Alegre tinha por objetivo se configurar como uma ação de fins de reforma agrária, mesmo tendo caráter urbano pelos usos da terra, e especialmente por parte dos ocupantes. Havia extrema heterogeneidade entre as origens das famílias que, em sua maioria, detinham um caráter urbano, como descrito anteriormente.

Essa ocupação ocorreu de modo diferente das anteriores, pois as “famílias costumavam ocupar a área a ser reivindicada de uma só vez” (Idem, 2009) e, a partir desse momento, optou-se por ocupar por etapas. Isto foi ocasionado pela grande extensão da área ocupada, sendo a primeira em um lugar denominado Cruzeiro ou, como muitos colocavam de acordo com as bibliografias analisadas, “Acampamento”, por ter sido a primeira área de acampamento.

No Cruzeiro, teve início toda a estrutura organizacional do movimento. Foi construída a grande barraca onde funcionava a cozinha coletiva e, no seu entorno, foram feitas barracas menores. O objetivo principal dentro da ocupação era sobreviver, resistir na área de maneira a consolidar o movimento territorializado.

Uma das principais formas de resistência, que podemos observar, foi o Mutirão, em que um conjunto de tarefas imprescindíveis eram feitas de maneira coletiva, como desmatamentos, limpeza e aração das terras, construção de moradias, cozinha, vigilância etc.

Macedo (2009) descreve que as estruturas das barracas eram feitas de bambu e cobertas de lona preta e, no momento em que se juntava um número significativo de famílias reunidas no Cruzeiro, formava-se uma nova ocupação de outras glebas dentro da Região de Campo Alegre.

Cada gleba ocupada recebia uma denominação de “regional”, em que havia um coordenador e uma comissão de trabalho que formavam um mutirão.

Quando as famílias ocupavam essas áreas, elas formavam um acampamento com uma barraca destinada para cada família. Em um segundo, se dividia a área em lotes de entorno de três

hectares, medidos pela “corda” ou pelo “barbante” (como explicitados em algumas entrevistas). Em seguida, as famílias eram direcionadas para o seu lote, onde construíam uma nova barraca e davam início ao trabalho agrícola.

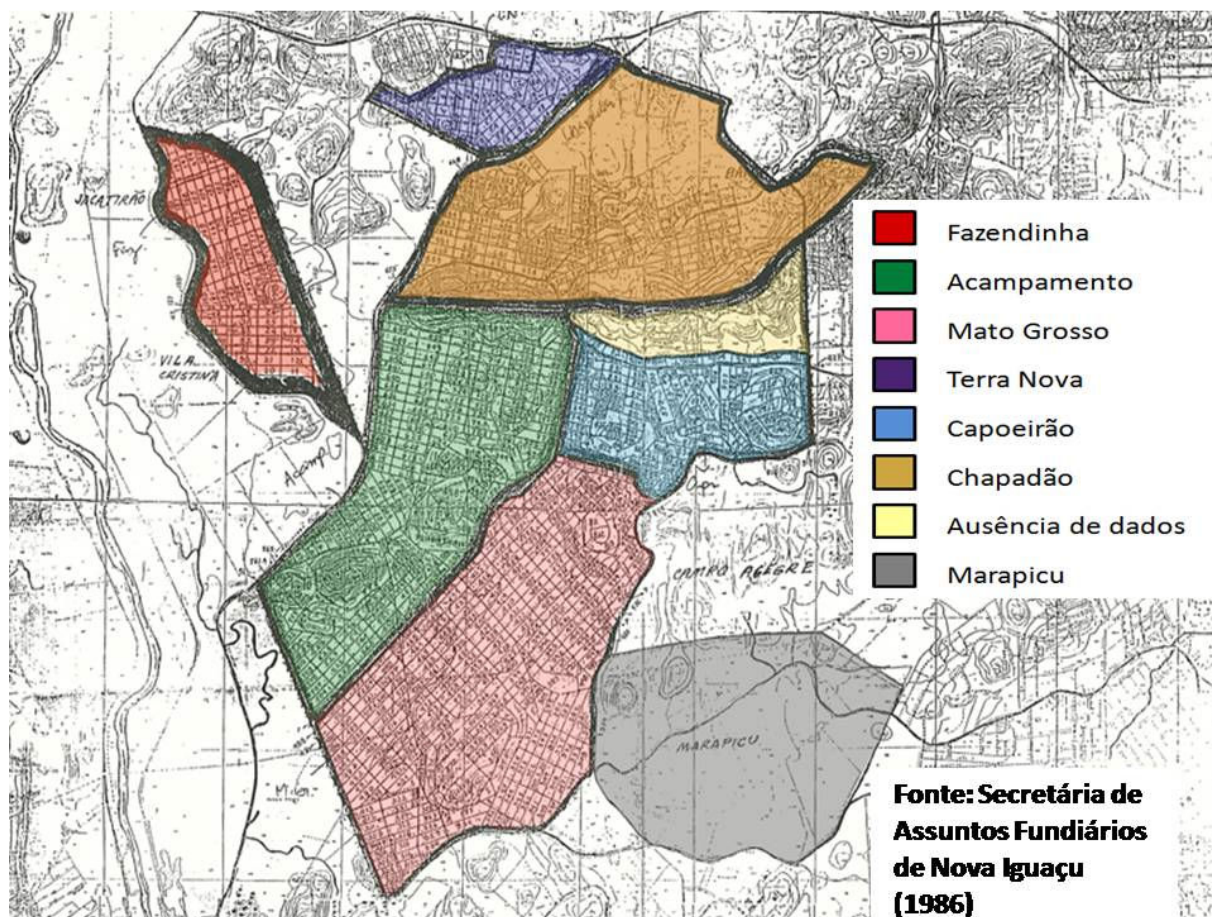
Ao todo, foram ocupadas e construídas sete regionais em Campo Alegre, que foram: Cruzeiro, Capoeirão, Chapadão, Fazendinha, Marapicu, Mato Grosso e Terra Nova, conforme mostra a Figura 3.

Os coordenadores das regionais mantinham como lógica política uma centralidade na figura do Presidente da Associação. O primeiro deles foi Laerte Bastos, antiga liderança sindical na Baixada Fluminense, que detinha grande poder de mobilização dentro do movimento. Ele e Oswaldo Oliveira, liderança rural da Baixada, nesse período, foram uns dos delegados e coordenadores do MST no estado do Rio de Janeiro.

A Figura 3 demonstra a divisão das regionais de Campo Alegre, em que havia uma proximidade muito grande entre elas em áreas bem delimitas pelo movimento. Outro fator que auxilia a entender o processo de luta nessa localidade é a sua geografia, que se configurou pela questão do acesso aos meios de transporte e pelo fato de estarem próximos aos espaços urbanos já existentes. A Figura 4, abaixo, demonstra a atual organização espacial da Região de Campo Alegre. Algumas das regionais não estão mais presente no território do Município de Nova Iguaçu, pois as regionais-Fazendinha, Chapadão e Terra Nova- encontram-se dentro do território do Município de Queimados, que se emancipou de Nova Iguaçu em 1990-Ver a Figura 2.

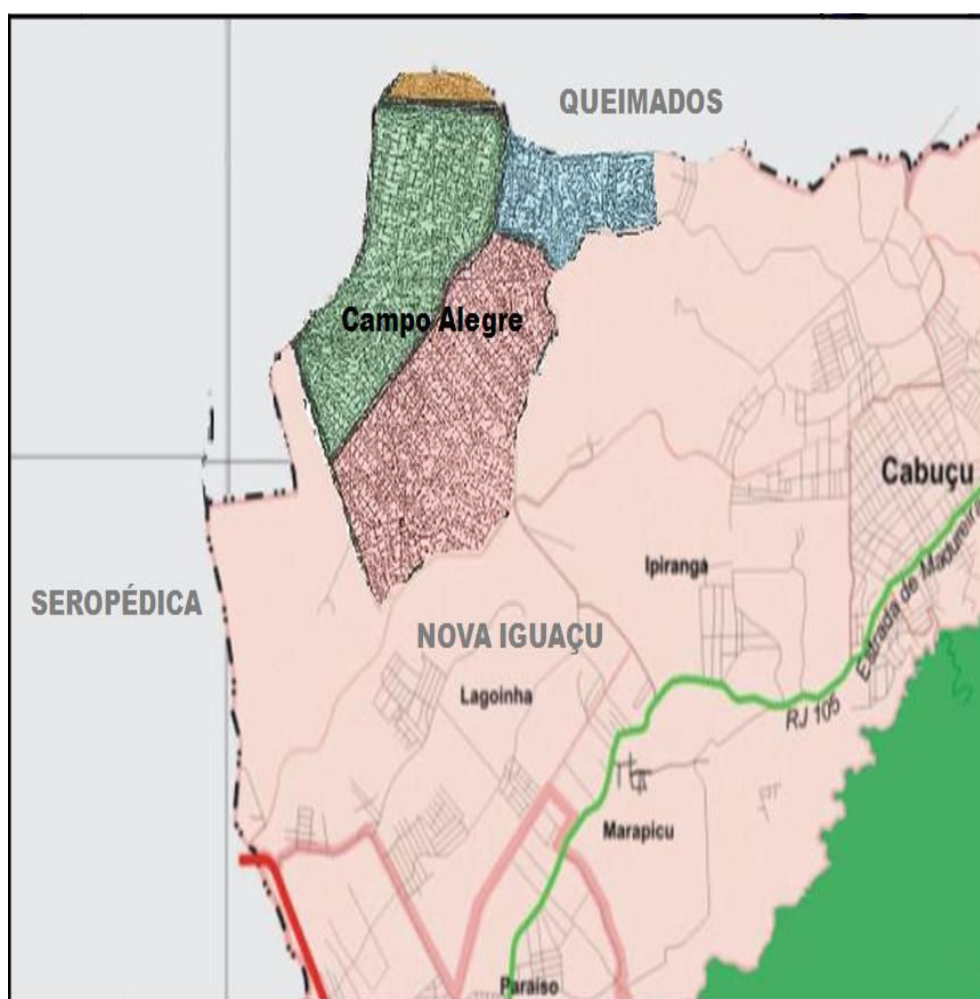
O processo de desapropriação foi feito pelo governador Brizola, logo depois de uma manifestação do movimento no palácio Guanabara (sede do governo fluminense), em que foi “assinada em cima de uma batata”. Esse decreto foi a primeira medida de desapropriação executado pelo governo do estado, tendo por objetivo equacionar os conflitos junto aos movimentos de ocupação de terra.

Figura 3
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS OCUPAÇÕES DE CAMPO ALEGRE



Fonte: ITERJ, 1986

Figura 4
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL RECENTE DE CAMPO ALEGRE.



Fonte: Atlas escolar de Nova Iguaçu, 2004.

O governo estadual, dentro da lógica federativa brasileira, não tinha poder de execução de desapropriação para fins de Reforma Agrária, tal ação só poderia ser feita através da esfera federal. Todavia, empregando um decreto de lei federal, o Governo Brizola declara Campo Alegre como uma área de utilidade para fins de desapropriação.

Com a assinatura do decreto de desapropriação, houve o reconhecimento das demandas, dando legitimidade ao movimento sem terra, dando início a um alto grau de mobilização em Campo Alegre para planificação e produção. Já por parte do governo, tomava-se as primeiras

medidas de legalização e técnicas que visavam a estruturação e desenvolvimento produtivo do assentamento (NOVICKI,1992).

O governo estadual não tinha uma organização político-administrativa contundente e também não havia uma proposta de Reforma Agrária. As desapropriações foram sendo feitas de maneira independente do governo federal, através de maneiras alternativas, como relatado acima.

Brizola apoiou as ações de forma articulada, dando apoio estrutural, contendo a violência por parte dos grileiros e mantendo a segurança das ocupações com a atuação da Polícia Militar.

Em um primeiro momento, o governo Brizola engajou três secretarias de estado, para trabalhar e organizar as demandas e ocupações dos movimentos: secretarias de Justiça e Interior, Trabalho e Habitação e Agricultura e Abastecimento. Estas secretarias, de maneira geral, implementaram programas de caráter emergenciais e inovações institucionais que, segundo Oliveira (2008), revelaram-se como políticas inconsistentes nas dinâmicas dos conflitos do estado, e demonstraram os interesses antagônicos envolvidos na questão agrária fluminense.

O governo estadual, para articular e organizar de maneira mais ativa criou a secretaria de Assuntos Fundiários, para tutelar os conflitos de terra, trazendo destaque para a questão fundiária do estado, em que a mesma passou a ser uma questão politicamente estratégica para base política Brizolista.⁵ As ações da política brizolista auxiliaram as lutas de maneira direta na permanência dos acampados nas áreas ocupadas, fornecendo condições para que o movimento tivesse um impulso maior na retomada da luta fundiária no estado, tanto de caráter rural quanto urbano.

Por outro lado, o caráter assistencialista de suas políticas auxiliava em um processo de centralismo junto às lideranças, não dialogando com os coletivos e sim com seus líderes, em um processo de cooptação, ampliando o poder e o papel dessas figuras na dinâmica comunitária e, de certa forma, assumindo uma orientação das distribuições políticas dos recursos e promovendo o esvaziamento político das organizações sociais.

⁵ Com a eleição de Moreira Franco em 1986, de base conservadora, a questão agrária perde seu caráter estratégico dentro do governo estadual. Nesse período o governo, passou a utilizar a repressão como principal forma de gestão dos conflitos fundiários dentro do estado. Percebeu-se um grande enfraquecimento político das secretarias responsáveis pela questão fundiária. A volta do governo Brizola em 1990 não gerou alterações no cenário estabelecido, uma vez que este se encontrava atrelado aos setores conservadores. No governo Marcelo Alencar, eleito no ano de 1994, numa tentativa de solucionar os problemas específicos do estado fluminense, uma vez que havia sobrecarga e o INCRA não estava conseguindo resolvê-los, foi criado o ITERJ, que passou a ser o responsável pela execução da política fundiária no estado. Entretanto, os “assentamentos precisam passar pelo reconhecimento do INCRA, que faz algumas exigências ao órgão estadual como, por exemplo, que os assentamentos não tenham origem urbana” (OLIVEIRA, 2008, p.94), sendo uma ação política contraditória da realidade socioespacial do nosso estado e, principalmente, caracterizando-se como uma das ações para inibir e desarticular a legalização das áreas de ocupação.

Como será visto à frente, essa centralidade dada às lideranças causou em Campo Alegre o processo emancipatório das regionais, que deu início à fundação de associações nas regionais. Essas mantiveram uma relação direta com a Associação do Mutirão, tendo uma representação direta com o governo, mas o presidente do Mutirão se tornava o coordenador de todas as associações.

1.3- A Formação de Novas Associações no Mutirão Campo Alegre

As associações na região de Campo Alegre começam a surgir devido ao centralismo das lideranças eleitas para presidir a Associação do Mutirão de Campo Alegre, promovendo uma distribuição desigual e agenciando um aparato político para regionais de maior visibilidade, no caso a regional Cruzeiro, localidade central na região. Esse andamento começa a se dar no ano de 1987.

Conforme o levantamento realizado junto ao Núcleo de Movimentos Sociais/UFRRJ, esse processo de formação de outras ações nas regionais se deu, como uma das lideranças nos coloca, que:

As associações surgiram até em função de ter uma defesa contra as ações do Basto. Não no sentido de separar, fazer essas separadas. Mas, quer dizer, ter comandos dentro das regionais até pro Bastos não poder chegar numa região e estar mandando... e estar desalojando as pessoas e tá vendendo os lotes. Então, a ideia inicial foi essa aí, nunca se faz as associações pensando em separar do mutirão, mas de frear uma ação do Bastos.

Tal afirmativa demonstra a centralidade e o aparato político instituído na associação, onde uma das lideranças, como João Bastos, cunhado de Laerte Bastos, que comandavam as ocupações de terras, determinava as distribuições de lotes nas regionais. Essas determinações começaram a promover contestações junto a esse poder da associação.

A fala acima demonstra que o processo de construção de associações em Campo Alegre era uma tentativa de romper com esse centralismo político. Outra liderança à qual tivemos acesso às entrevistas coloca que:

Na época, foi muito importante porque era só o presidente do Mutirão; então, tudo que vinha só vinha para área aonde o cara era eleito, então ficou um exemplo na época, só lá pra baixo, ali pro Cruzeiro.(.....)O primeiro a fazer foi a

Mato Grosso; foi o Severino o primeiro a fazer a divisão; ele criou a associação Mato Grosso, então obrigou as outras a casa um a tomar uma decisão que dividindo assim, quer dizer que estava dividido.... praticamente o presidente do Mutirão mandava em tudo, mas cada lugar já tinha um administrador. Mas o presidente que mandava tudo parou e pode ser coordenador de tudo para assinar essas coisas todas; mas a associação, como se diz... tem seu método, ela resolve os seus problemas... cada um tem seu maquinário, cada um tem o seu zelo, cada um tem as suas forças.

Esse depoimento demonstra o processo e o interesse de construção de novas associações, de maneira que cada regional sai de uma centralização administrativa, para que cada uma tenha as suas próprias demandas e possa coordenar as estruturas locais.

O “desmonte” de Campo Alegre, como nos foi posto por uma das lideranças entrevistadas, se deu quando o governo federal disponibilizou um programa de crédito rural específico para Reforma Agrária denominado PROCERA (Programa de Crédito Especial de Reforma Agrária). A maior parte dos investimentos do programa, no caso de Campo Alegre, foi em benefício da área do Acampamento, como uma estratégia centralizada por parte das lideranças, que se configurava como associação central de toda a região.

As exigências do programa eram de que os beneficiários teriam que estar organizados de maneira institucional. Para tanto, a liderança de Campo Alegre toma a frente e monta um estatuto da Associação de Moradores, de maneira a controlar todas as outras regionais e que ainda se caracterizava em uma lógica de coordenação.

A partir disso, como vimos nas falas acima, deu-se início um processo de organização das regionais em prol da construção de suas associações. A articulação e a unidade política foram sempre elementos que marcaram essa região para romper com o centralismo e manter uma unidade. De maneira a poderem participar de outro projeto, construíram a UAMCA (União das Associações de Campo Alegre), constituída pelos representantes das regionais.

A UAMCA era composta por três representantes de cada regional, que organizavam a participação política e representativa de cada uma, de modo coletivo, partindo da articulação das associações que surgiram nesse contexto de “reformulação” das organizações de Campo Alegre. A união das Associações foi uma articulação entre as regionais que mudou a razão social da associação para “Mutirão de Campo Alegre”. Isso só aconteceu após conseguirem destituir o presidente, na tentativa de ampliar a representação regional e as demandas coletivas.

Também se iniciou um processo de disputa política entre as lideranças, fragmentando o movimento. Esse “racha” político se deu com a saída do “Bastos” da presidência da associação e pelo fato de ele ter sido derrotado na eleição da cooperativa da ocupação, que se chamava COAMCA.

Assim, começaram disputas sobre o poder de mobilização da população nas regionais, o “Bastos” era uma figura de extremo carisma e forte capacidade de mobilização, como os entrevistados descreveram. Essa capacidade o possibilitou mobilizar um número significativo de famílias nesse momento, conseguindo que houvesse um desligamento delas do movimento que emergia frente a essas lideranças.

A principal ação de confronto político dentre as lideranças de Campo Alegre ocorreu quando foi fundada a Associação de Moradores de Campo Alegre. Evidenciando uma clara disputa pela representação política e pelo comando da luta pela terra na localidade, o presidente dessa associação foi o “Bastos”.

Uma das lideranças de Marapicu colocou que a criação da Associação de Moradores foi uma ação de enfrentamento e contraposição às articulações que fizeram que surgisse a UAMCA. No entanto, essa articulação foi o que deu início a uma desmobilização e o “desmonte” da mobilização de Campo Alegre, houve um “racha” entre as lideranças que descaracterizou o todo do movimento, e que se desdobrou em uma disputa política pelo controle da luta.

Quando referencia-se a um “desmonte”, faz-se no sentido do projeto político original que se construiu em Campo Alegre, de acesso à terra e construção da cidadania. O surgimento de outra associação frente à União das Regionais e começa promover um novo arranjo político interno, não somente à comunidade, mas junto à representação, junto ao poder público de maneira que, em algumas situações, não se sabia qual era o interlocutor do movimento.

Com o passar dos anos, a falta de credibilidade das lideranças, a falta de renovação do movimento levou a um processo de desmobilização e perda de espaço político de Campo Alegre. A própria titulação das terras até o atual momento não foi regularizada pelo estado do Rio de Janeiro, devido à ocupação ter se dado em uma área urbana, que tinha como objetivo ser loteada. A falta de titulação se combina com a falta de mobilização e interesse político da esfera estadual, se configura em trama complexa para um projeto de desapropriação complexo.

Atualmente, Campo Alegre se encontra como uma das zonas rurais de Nova Iguaçu, participando diretamente da luta pela retomada das mesmas, ainda sofrendo com o forte processo

de urbanização e desarticulação interna, mesmo assim é um movimento apoiado pelo MST-RJ e que busca manter certo grau de produção agrícola. Campo Alegre representou e ainda representa a oportunidade de retorno à área rural de trabalhadores com experiência urbana, que as buscaram não com a intenção de recriar um “modo de vida camponês”, mas de alcançar uma alternativa de sobrevivência mais estável, conciliando o trabalho agrícola com outras atividades ou rendas.

Nos anos de 1950, as lutas pela terra emergiram da transformação das áreas de agricultura em espaços de moradia e indústria, intensificados pela grilagem e pela especulação imobiliária. A luta nos anos de 1980 é fruto da continuidade desse processo, em que os conflitos são levados a frente por atores produzidos pela industrialização e pela urbanização e sofreram com as suas consequências em suas diferentes realidades.

1.4. A Construção Histórica da Formação Territorial do Assentamento Marapicu.

O Mutirão de Marapicu é produto da ocupação das fazendas Boa Vista e da Adutora, que faziam parte da área delimitada pelo decreto do governo Brizola de desapropriação junto à Região de Campo Alegre no ano de 1984.

A ocupação se deu no dia 31 de março de 1985, por um conjunto de 110 famílias, que eram um excedente de Campo Alegre. Tais ações se deram de maneira pacífica nas fazendas e não sofreram perseguições. Em sua maioria, os ocupantes da terra se caracterizavam com perfil dos sem-terra da região Campo Alegre, que seria de trabalhadores urbanos sem experiência com a terra, desempregados e migrantes de áreas rurais que encontraram nas ocupações uma possibilidade de conquista da terra.

Na localidade onde ocorreu a ocupação Marapicu, já se encontrava construído um conjunto habitacional pela COHAB (Companhia Habitacional) no início dos anos de 1980, que foi invadido pela população que morava nas redondezas, sem estrutura urbana básica. Esse conjunto se denomina como Bairro Aliança, e não havia nenhuma relação com o movimento de ocupação de terras que estava em vigência naquele momento.

As terras diferentemente das áreas das regionais de Campo Alegre não se encontravam dentro do processo de desapropriação do estado do Rio de Janeiro, pois estavam sob propriedade do BNH (Banco Nacional de Habitação). Dessa forma, as terras eram propriedade federal e o poder de execução estadual não pode ser feito para fins de Reforma Agrária.

O movimento de Marapicu teve que mudar sua esfera de diálogo, tendo saído do poder estadual e indo para o federal. As primeiras indagações sobre essa negociação foram de um posicionamento do BNH de vender as terras para os ocupantes de forma que cada um pudesse comprar os seus lotes.

Houve uma negativa do movimento de ocupação de Marapicu, pois o objetivo era que as terras tinham que ser dadas para Reforma Agrária. Foram longas as negociações, até que, em 1986, com a extinção do BNH, a questão foi transferida para a Caixa Econômica.

As negociações se dirigiram junto ao INCRA. Seu superintendente regional na época foi bem receptivo à luta e atuou junto às negociações com o BNH e, em seguida, com a Caixa Econômica Federal. Já as lideranças de Campo Alegre, segundo os relatos de ocupantes da época, se mostraram distantes e desinteressadas na luta de Marapicu. O posicionamento era a favor de que as famílias saíssem da área por causa do impasse, já que, no movimento Campo Alegre, havia uma forte articulação política com o governo Brizola, em que a estratégia política era de que as terras teriam que ser dadas pelo governo estadual.

Houveram tentativas junto ao estado para que se comprasse as terras de Marapicu do BNH e promovesse a construção de uma agrovila. No entanto, a iniciativa foi fracassada devido ao desinteresse das lideranças de Campo Alegre, que desarticulavam dadas iniciativas.

Contudo, o governo Brizola não deixou de auxiliar a luta com o sistema de assistência, mesmo de maneira precária, às famílias que foram à ocupação Marapicu. Para resolver esses conflitos internos frente ao impasse da questão fundiária de Marapicu, suas lideranças decidiram romper com Campo Alegre, em sentido de ruptura de representação política. Assim, em 1985, criou sua própria associação “Associação Mutirão de Marapicu”, para ter um marco jurídico próprio e não ser refém dos interesses das lideranças do “Acampamento”.

Os entrevistados mencionam que foi um rompimento em nível de representação junto às negociações fundiárias e que, em nível de articulação política, mantiveram-se sempre próximos e atuantes na região. Algumas das lideranças de Marapicu foram figuras de intensa atuação na UAMCA, atuando diretamente na construção da representação política da região, nas elaborações e buscas de projetos, junto aos governos estadual e federal para investimentos na agricultura.

Com o surgimento da Associação Mutirão Marapicu, deu-se início à estruturação dos coletivos e à produção agrícola da ocupação. Quando ocorreu a entrada na terra, uma das primeiras iniciativas do movimento foi dividir a área em lotes de três hectares para cada família.

A princípio, muitos dos ocupantes moveram-se de maneira individual e suas famílias só foram meses depois.

A primeira direção da associação tinha grande preocupação com os repasses de lotes. Desta forma, elaboraram controle e fiscalização sobre essa questão, de maneira a manter a luta e impedir a venda de terras da ocupação, tanto para grilagem como para outros fins. A associação mantinha aproximadamente dez lotes como áreas coletivas, de modo a desenvolver cursos de formação e projetos para a comunidade, mantendo, assim, a unidade interna para manter a luta e a permanência na terra.

Durante todo um período, especificamente, nos primeiros anos de ocupação, Marapicu foi uma das principais áreas produtoras de quiabo do estado, se destacando como uma potencial área de investimento para a agricultura. Os principais projetos que se inseriram em Marapicu nos primeiros anos de ocupação foram os projetos de fim social do governo federal, que auxiliaram a infraestrutura agrícola local, com a compra de equipamentos individuais, como coletivos (trator). Em seguida, receberam por meio de sua vinculação à UAMCA investimentos do PROCERA e, em seguida, do ACRA, todos ainda na década de 1980.

O processo de desarticulação interna de Marapicu começou no final dos anos de 1980, quando ocorreu uma sucessão de outro grupo político na associação. Esse grupo orientou as demandas para outras diretrizes que se diferenciavam do projeto construído originalmente, no período em que surgiu o movimento de ocupação e que fundou-se a associação. As atuações desse grupo se deram de maneira a liberar o repasse de lotes e o pouco interesse na busca pela regulamentação fundiária junto aos órgãos responsáveis. Aos poucos, o sentido mobilizador da comunidade foi se perdendo, dando lugar a uma desmobilização da comunidade.

A primeira e mais significativa perda para os entrevistados que se encontravam em Marapicu naquele momento foi o repasse dos lotes que pertenciam à associação. Assim, perdia-se os principais espaços de socialização da comunidade, perdendo o sentido coletivo e aumentando a rotatividade, deixando de lado toda uma história de luta.

Nessa mesma época, surge um problema referente à regulamentação fundiária de Marapicu. O processo jurídico que estava encaminhado para ser assinado pelo Presidente da República e, assim, regulamentar a área enquanto assentamento de Reforma Agrária República desapareceu tanto do INCRA quanto do BNH, no caso, a Caixa Econômica Federal. A problemática perdurou até meados da década de 1990, quando uma nova diretoria assumiu a

associação e saiu em busca da documentação junto aos arquivos do extinto BNH e do INCRA, encontrando o processo e suas delimitações sobre as questões que cercavam a regulamentação da área.

Essa conjuntura se dá em um período de intenso processo de emancipações e perdas fiscais para o município de Nova Iguaçu, que levaram a lógica da gestão municipal a optar por uma alternativa urbana de arrecadação. Assim, Nelson Bornier, mediante o plano diretor, determina todo o território de Nova Iguaçu como urbano, apoiado no crescimento urbano e nas áreas novas a serem exploradas com a cobrança do IPTU. Tal determinação político-territorial desarticulou o processo de assentamento, impedindo a titulação das terras, pois estas só seriam transformadas em assentamentos de Reforma Agrária se estivessem dentro de um perímetro rural.

No decorrer dos anos, a complexidade da regulamentação se aprofundou cada vez mais entre as esferas governamentais, principalmente federal e municipal. A prefeitura cobrava o IPTU da Caixa Econômica Federal, já que estavam sobre sua propriedade as áreas onde se encontrava a ocupação que tinha por objetivo se tornar assentamento de Reforma Agrária.

Dada situação começa a mudar com a eleição de Lindbergh Farias como prefeito de Nova Iguaçu. No ano de 2004, ele assume o compromisso de recriar as zonas rurais do município, regulamentando as terras de Marapicu de maneira a torná-lo um assentamento rural municipal.

A construção das zonas rurais emerge no novo plano diretor do município no ano de 2008 uma nova dinâmica ao território do município de Nova Iguaçu. Reconhecendo as demandas e necessidades dos movimentos sociais rurais dessa localidade. Esse reordenamento territorial possibilitou a regulamentação fundiária do Assentamento Marapicu, formando entre as diferentes esferas governamentais e da sociedade civil. Isso se configura através do acordado entre as famílias de Marapicu, INCRA e Prefeitura que a titulação seria dada pelo município e contaria com o reconhecimento e o apoio técnico e financeiro do INCRA. Além da inclusão das zonas rurais, a prefeitura promoveu a isenção do IPTU em débito por parte da Caixa Econômica, para que se pudesse ser liberada regulamentação fundiária da área, em que o valor girava entorno de cem mil reais devido ao acúmulo dos anos que se deram o impasse da transformação do município totalmente como urbanizado.

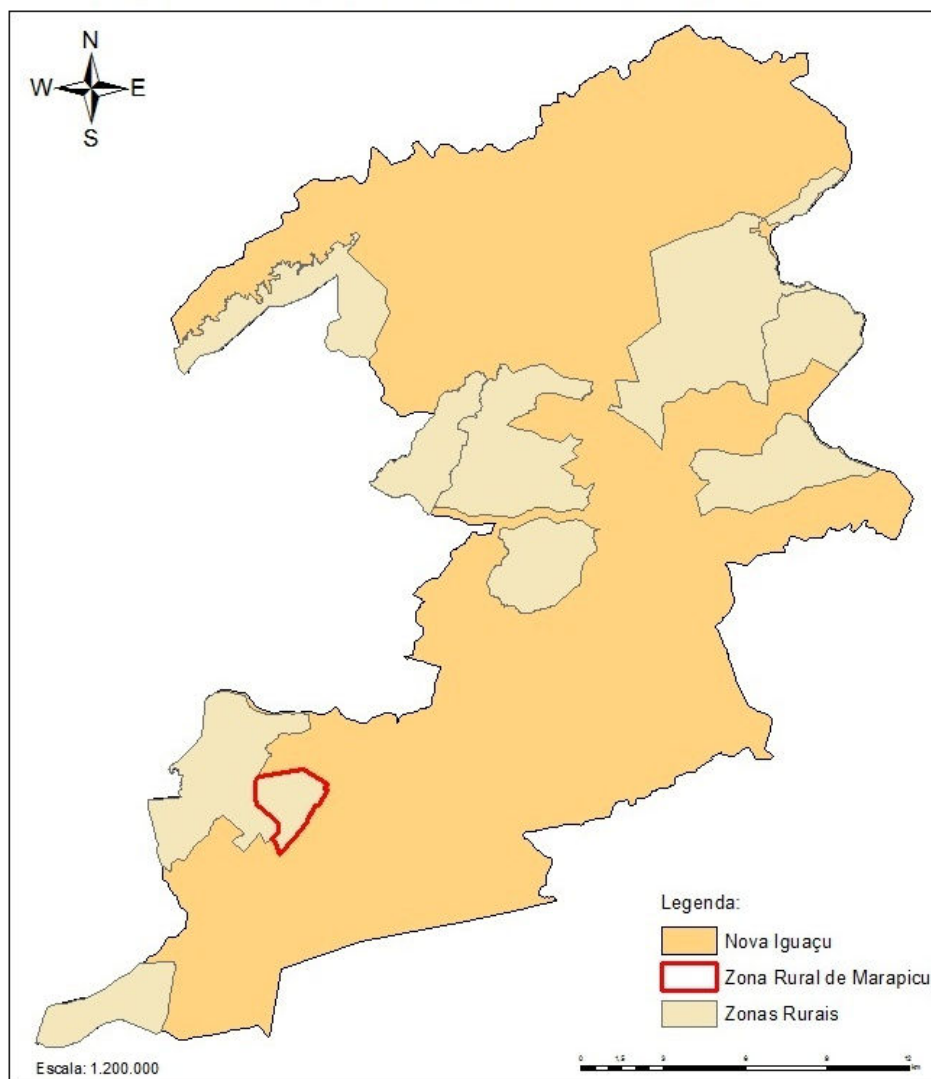
A burocracia da prefeitura e a falta de corpo técnico qualificado fizeram com que os andamentos do processo de regulamentação fundiária fossem atrasados e, mais uma vez,

perderam uma série de investimentos orçamentários, junto às políticas tanto para Reforma Agrária quanto para Agricultura Familiar.

Mesmo com todas essas dificuldades, as famílias de Marapicu começaram a se organizar em torno de um caráter produtivo agroecológico, participando da escolinha agroecológica. Esta era uma iniciativa da EMATER-RJ e CPT, e teve como base o “Brizolão” do Bairro Aliança durante alguns anos. De lá, a escolinha foi para o centro da cidade.

A longa jornada pela titulação das terras termina no ano de 2012, na gestão da substituta de Lindbergh Farias na prefeitura, Sheila Gama. Esta executa os processos de regulamentação fundiária de 55 famílias do assentamento, com uma atuação direta da secretaria municipal de Meio Ambiente e Agricultura do Município, onde houve a inserção de um corpo técnico qualificado e consciente às demandas da agricultura familiar do município e sensíveis às lutas de Marapicu.

Mapa 5
LOCALIZAÇÃO DA ZONA RURAL MARAPICU.



Fonte: Adaptação de dados da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, ano 2008.

O Mapa 5 ilustra a localização de Marapicu no ordenamento Territorial do Município junto às diferentes zonas rurais. Na proposta de regulamentação das terras, a prefeitura criará um assentamento Municipal de Reforma Agrária. No entanto, esta se mostra insipiente, pois não havia políticas por parte do município para o desenvolvimento e estrutura do assentamento e manutenção das zonas rurais.

A responsabilidade da prefeitura de Nova Iguaçu junto ao Assentamento é ainda muito precária, pois não há políticas específicas para zonas rurais, nem uma política efetiva que apoie o desenvolvimento da agricultura familiar de maneira a abastecer a população no geral ou parte dela. Para que se possa dar início ao Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), o Assentamento se prepara para receber investimentos do Governo Federal. O desafio se torna maior com as condições socioespaciais, em que se encontra a área do Assentamento.

Deve-se destacar o papel de um grupo de técnicos que atuavam nos movimentos sociais da Baixada Fluminense, que se inseriram na secretaria municipal de Meio Ambiente e de Agricultura, cujo papel foi fundamental para regulamentação e titulação das terras junto à prefeitura. Muitos desses técnicos são figuras que não pertencem ao quadro de funcionários efetivos do município, e desempenharam papel de extrema importância no processo de regulamentação, pois, junto às lideranças de Marapicu, conseguiram promover e desenrolar a luta das famílias, atuando de maneira significativa e dedicada.

Compreendendo essas ações que representam um conjunto de articulações de solidariedade e luta junto à Articulação Agroecológica do Rio de Janeiro, foi sua atuação junto à Ferinha da Roça, atuando como produtores e lideranças do movimento agroecológico no município. A atual configuração política de Marapicu conta com grupos de extensão rural que têm a assistência técnica da EMATER-RJ e apoio de projetos da AS-PTA, de fomento a agroecologia e desenvolvimento da agricultura familiar.

No assentamento, existem três grupos de extensão rural que atuam de maneira contínua: o Grupo de Floresta, que atua no processo de formação dos assentados para a construção e desenvolvimento de produtos agroecológicos e agroflorestais; o Grupo FITOCAM (Fitoterapicus de Marapicu), que trabalha na formação da comunidade junto à atividade fitoterápica para fins domésticos e comerciais; e o Grupo de Apicultores.

Marapicu elabora um conjunto de articulações políticas com outras organizações, outros movimentos e entidades de luta pela justiça social que transcende as questões das delimitações entre urbano e rural.

As principais problemáticas que marcam o território de Marapicu é a poluição dos rios próximos (Ipiranga e Iguaçu) pelo lançamento de esgoto das casas do Bairro Aliança, a expansão do lixo urbano nos lotes e terras muito degradadas.

Outro fator que devemos levar em consideração é a falta de infraestrutura, como água, saneamento e luz, que só chegam ao Bairro Aliança, deixando o território do assentamento excluído de infraestrutura básica, e ainda em seu entorno podemos encontrar uma Área de Proteção Ambiental da Serra de Madureira.

De todo modo, podemos notar que o Assentamento Marapicu é uma expressão das contradições entre urbano e rural, pelo fato de ocorrer um choque entre os interesses entre o capital imobiliário, colocado pela prefeitura, e a existência de movimentos sociais rurais dentro do território municipal.

Nos movimentos sociais rurais, as famílias buscam por uma vida digna, mediante estratégias para continuar resistindo com suas particularidades e singularidades que marcam a questão agrária, e as problemáticas da urbanização dentro do contexto metropolitano do estado do Rio de Janeiro e dos desafios políticos da Reforma Agrária nas diferentes escalas governamentais.

Essa busca se configura territorialmente dentro das escalas do espaço urbano e do espaço metropolitano, construindo representações da luta e da resistência que transitam entre o urbano e o rural, entre cidade-campo, demonstrando que o espaço vive um eterno devir, um eterno processo de transformação, atrelado a múltiplas escalas de ação, nas quais “urbano e rural fundem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas particularidades” (RUA, 2006).

As dimensões do espaço geográfico são apropriadas na luta pela terra a partir de diferentes estratégias que se utilizam do espaço como um instrumento político fundamental para a continuidade e construção da luta de diversas formas de sociabilidade entre os atores sociais.

No próximo capítulo, a base será a compreensão das formas de sociabilidade e as identidades que se constituem na dinâmica interna do assentamento Marapicu. Busca-se perceber as transformações internas, os processos externos e suas implicações na construção de sociabilidades entre as famílias assentadas, observando as formas de sociabilidade que se dão entre eles, tendo por base as entrevistas feitas durante as incursões de campo.

CAPÍTULO II

DO LOCAL AO LUGAR: A VIDA COTIDIANA E AS FORMAS DE SOCIABILIDADE INTERNA DO ASSENTAMENTO MARAPICU

*Nasci em tempos rudes
Aceitei contradições
lutas e pedras
como lições de vida
e delas me sirvo
Aprendi a viver.*

Cora Coralina

No capítulo anterior, o foco foi construir um panorama histórico-geográfico sobre a formação do assentamento Marapicu. Observamos o processo sobre o prisma da produção espacial da região da Baixada Fluminense, o Município de Nova Iguaçu e os conflitos de terra que marcaram essa localidade no decorrer da segunda metade do século XX.

O objetivo deste segundo capítulo é analisar as formas de sociabilidades que se dão na dinâmica interna do Assentamento, como os espaços sociais que levam o surgimento de sociabilidades entre os diferentes atores que compõem a “comunidade” assentada e as influências dos fatores externos na dinâmica local. Esses processos podem ser explicados mediante a categoria *Lugar*, que é a porção do espaço apropriável à vida, apropriada através do corpo, dos sentidos de pertencimento. O lugar se faz referente ao vivido, ao imediato, não se prendendo a si mesmo, mas a uma interação direta com as diferentes escalas (Global-Regional-Local).

Carlos (2007) percebe o *Lugar* como mundo do vivido, onde há simultaneamente uma multiplicidade de espaços sociais que se justapõem e interpõem-se no cotidiano. A autora traz a categoria lugar como um campo analítico que revela o modo em que se é produzida a existência social dos seres humanos. E, tendo como base que cada *Lugar* é produto de um conjunto de variáveis internas e externas em que a organização da vida depende desses fatores em qualquer realidade socioespacial para existir. Santos (2008) mostra que essa relação é uma teia de objetos e ações com causas e efeitos que interagem atingindo as variáveis existentes. O externo pode se internalizar ou não na dimensão interna, construindo diferentes formas de relações sociais nas diversas escalas espaço-temporais que se expressam no cotidiano. Não podemos entender o interno como uma mera contraposição ao externo, mas como um conjunto de relações entre o

interno e o externo que se dão através de uma constelação particular de relações sociais, que se encontra em um *locus* particular.

Dada projeção nos leva à concepção de Massey (2000) na qual o lugar é um momento articulado de relações e entendimentos sociais, de experiências, vivências e visões de mundo. Ela elabora uma conceituação de *Lugar* cada vez mais aberto a uma interação entre o global e o local. Essas interações não se limitam ao movimento dos atores em suas escalas de ação; articulam entre lugares e escalas de diferentes origens, histórias e geografias que as compõem a partir da intensidade dos fluxos sociais e de um conjunto de diversas relações entre os atores.

O conjunto de relações é produto de processos históricos que se dão no sentido individual e universal, que produzem a realidade da vida cotidiana de maneira contínua e descontínua, com atividades e relações que se efetuam em um dado espaço e tempo. Com isso, podemos ver o *Lugar* como o particular, o diferente, o singular, mas, mesmo assim, como parte da totalidade que produzem e reproduzem o mundo, em suas variadas expressões de estruturas de organizações sociais, políticas e econômicas que se encontram na vida cotidiana.

A compreensão dos processos de formação do território de um assentamento de Reforma Agrária perpassa pela teia de relações que o compõe, que são diversificadas e complexas, produzem diferentes formas de sociabilidade em seu interior e se relacionam diretamente com o exterior, em um trânsito entre espaços e temporalidades. Para se pensar essa dinâmica, tem-se que olhar o assentamento como um espaço social marcado pelo conflito, que possui uma temporalidade própria, como qualquer lugar nesse sentido, mas que a formação territorial se desenvolve mediante uma diversidade de atores sociais com diferentes trajetórias de vida que se encontram em uma identidade comum, que é de ser sem terra.

Dentro dessa pesquisa, quando nos referimos a esses atores sociais, não estamos trabalhando com grupos que buscam a mera sobrevivência, mas falando de populações que lutam por um projeto de vida (MARTINS, 2010). Esse projeto vai muito além de acesso à terra; ele busca a conquista da cidadania e de seus plenos direitos. Os desejos e sonhos encontram-se realizados com a conquista da terra; então, vem a segunda etapa, que é a vida cotidiana no assentamento. Nesse momento, começam a aflorar novos interesses dentro do grupo, de maneira a surgirem forças individualizadas, que são as estratégias individuais de reprodução familiar ou o fortalecimento do coletivo de atores que compõem o assentamento.

O processo de assentamento das famílias implica em uma nova forma de organização territorial, em que cada uma delas recebe uma parcela do território, promovendo também novas formas de organizações sociais, de solidariedade, formação de grupos diferenciados e conflitos internos. A constituição dos assentamentos provoca uma trama de relações que se formam mediante a trajetória individual e coletiva, criando e recriando um conjunto de vínculos sociais grupais que promovem o nascimento de redes de sociabilidade e identidades coletivas que se reconhecem como assentados e assentadas (PIMENTA, 2006).

Essa transição da identidade coletiva de acampado para assentado traz consigo uma variedade de elementos que se inserem dentro da vida cotidiana, que não se encontravam anteriormente, como o surgimento de novos conflitos sociais com a atuação de novos atores em cena, na mediação e no dia a dia do assentamento. As formas de sociabilidade e redes que fazem parte da dinâmica territorial são produtos de um emaranhado de relações sociais entre os indivíduos e os espaços sociais onde ocorrem tanto internamente quanto externamente ao assentamento. Essas se estabelecem de maneiras diversas na lógica territorial do assentamento, partindo do interior das famílias, assim como do associativismo, das relações de vizinhança, religiosa e das manifestações culturais (CASTRO, 1995).

Romano (1994) argumenta que elas são produtos de princípios orientadores, que partem das origens étnicas, religiosas, familiares, que irão delimitar e demarcar os grupos sociais e constituir uma identidade coletiva na vida cotidiana do assentamento, a partir das interações dos feixes de relações que se dão no encontro das diferentes trajetórias que conduzem as contraposições entre individualismo e coletivismos. Esse autor menciona elementos que serão úteis para o entendimento das formas de sociabilidade que se apresentam no assentamento Marapicu. Propõe-nos observações sobre os principais pontos que tocam as dimensões que produzem a realidade dos assentamentos, bem como as lutas e conflitos no interior do assentamento, as diversas trajetórias, orientações religiosas, técnicas, frente a um perfil totalmente heterogêneo de ator social e, mais especificamente, as continuidades e descontinuidades dessas lógicas de organização social, que vão sendo desenvolvidas ao longo da formação do assentamento e suas transformações no decorrer do tempo.

Para tanto, tem-se como base duas projeções: a formação do assentamento e sua organização interna, tendo em vista um mapeamento das redes de sociabilidade que ali se

configuram. Alguns pontos do primeiro capítulo serão retomados por serem fundamentais para a compreensão da organização interna e das formas de sociabilidade hoje vigentes em Marapicu.

No entanto, a base da compreensão do atual arranjo social que marca o assentamento passa pelos eventos que marcaram a história da formação e da organização interna. Santos (2006) interpreta os eventos como momentos, fatos que modificam e transformam os objetos, que dão novas características à organização cotidiana ali mesmo onde estão. Ainda segundo o autor anteriormente citado, essas transformações estão atreladas a variáveis que vão depender da duração e da amplitude do evento, sendo produzidos de maneiras individualizadas, finitas, sucessivas, que vão se estendendo uns sobre os outros e participando uns dos outros e vão construindo um contínuo movimento de transformação. Para o entendimento desses eventos e os processos que se desencadeiam mediante ele, como novas organizações sociais, é necessário observar as origens das variáveis envolvidas em suas produções e os impactos de sua realização na dinâmica cotidiana. Então, nesse capítulo serão analisados esses eventos e seus impactos na dinâmica cotidiana da organização social que rege o território de Marapicu.

O primeiro ponto a salientar é a condição desses assentados: marcados pela sua origem rural deslocaram-se para uma área urbana, mais precisamente, para uma periferia metropolitana, travando uma luta pela terra. Ou seja, é a condição de pessoas cujas trajetórias fizeram o caminho tenso do rural para o urbano e do urbano para o rural. Um traço marcante nos assentamentos do estado do Rio de Janeiro e, particularmente, em Marapicu, é o fato de existirem sujeitos sociais de origem urbana que, até a conquista do lote, nunca tiveram nenhuma inserção no trabalho na terra. Outro ponto, que terá maior ênfase no terceiro capítulo, é a forte relação com o Bairro Aliança, pela proximidade geográfica, e laços construídos entre assentados e moradores do Bairro, pois o mesmo precede o assentamento e muitos dos moradores mais antigos deste bairro acompanharam de perto a ocupação e outros, anos depois, também se juntaram ao movimento.

Os eventos que chamaram atenção no processo histórico sobre a organização interna do assentamento são referentes às primeiras organizações políticas que ocorreram na ocupação, como a lógica coletiva desenvolvida no modelo de mutirão, que foi aos poucos se perdendo no imaginário das famílias assentadas, devido ao fim das áreas destinadas para esses objetivos.

O fim desses espaços sociais foi promovido por uma diretoria na associação que não tinha a percepção de um ideário coletivo junto ao movimento. Essa perda de espaços coletivos se deu quando esse grupo sucessor repassou os lotes que ficavam sob responsabilidade da associação do

Assentamento, que tinham por objetivo inicial serem espaços de socialização e formação coletiva. Com isso, houve perdas de espaços de sociabilidades que teriam possibilitado o encontro entre os assentados e a adesão a cursos de formação política e técnica em favor da comunidade. Começa aí desmobilização do movimento que originou Marapicu. Outro evento importante foi a retomada da associação, já na década de 1990, por um grupo mais comprometido com a luta e com um projeto coletivo, formado por antigas lideranças, famílias da época da ocupação e novos participantes do movimento. O mesmo período foi marcado por significativas e inúmeras complicações conjunturais que reformularam o dia a dia e o campo de representações do território, no sentido, da insegurança.

Os acontecimentos que marcaram esse momento foram: a forte violência que marcou a toda região da Baixada Fluminense, onde o crime organizado se alojou com força, e também o fim das zonas rurais, fato que desarticulou e impediu a titulação das terras.

Chama a atenção à violência de que tragicamente as famílias foram vítimas, como: roubos da produção agrícola, assaltos, sequestros, desaparecimento de pessoas, agressões; enfim, todas as formas de abusos contra as famílias moradoras do Assentamento de Marapicu. Os conflitos ocasionaram medo na organização interna do movimento, pois as agressões não eram individuais, e atingiam a unidade familiar como um todo, como em determinados casos que foram relatados pelos assentados entrevistados.

A intensa violência que se instaurou foi um dos elementos que causaram a saída de muitas famílias, que não somente trabalhavam, mas também tinham o sítio como espaço de moradia. Com isso, muitos saíram em direção aos bairros ao redor, outros abandonaram os lotes, ou diminuíram sua presença na vida social e cotidiana de Marapicu.

Esses foram alguns dos eventos que se configuraram como fatores para o reordenamento de toda dinâmica interna do Assentamento, e que construíram novas formas de sociabilidade em seu interior, estas que estiveram presentes e ainda se apresentam contínuas e descontínuas em todo o processo de formação territorial. O foco do presente estudo estará nas três formas de sociabilidade mais evidentes no Assentamento Marapicu, que são: as atividades religiosas, de lazer e de trabalho, construídas na comunidade por meio da atuação de mediadores, como é o caso dos cursos de formação. Mantendo um foco maior no curso de formação FITOCAM, pelo fato de ser um grupo de maior expressão nos relatos dos entrevistados e que mantém mobilização de grande parte da comunidade.

No próximo subcapítulo, será feita a análise sobre a configuração interna do Assentamento Marapicu, com enfoque na configuração territorial, nos espaços sociais que surgiram durante os anos e algumas expressões de identidade presentes nos assentados.

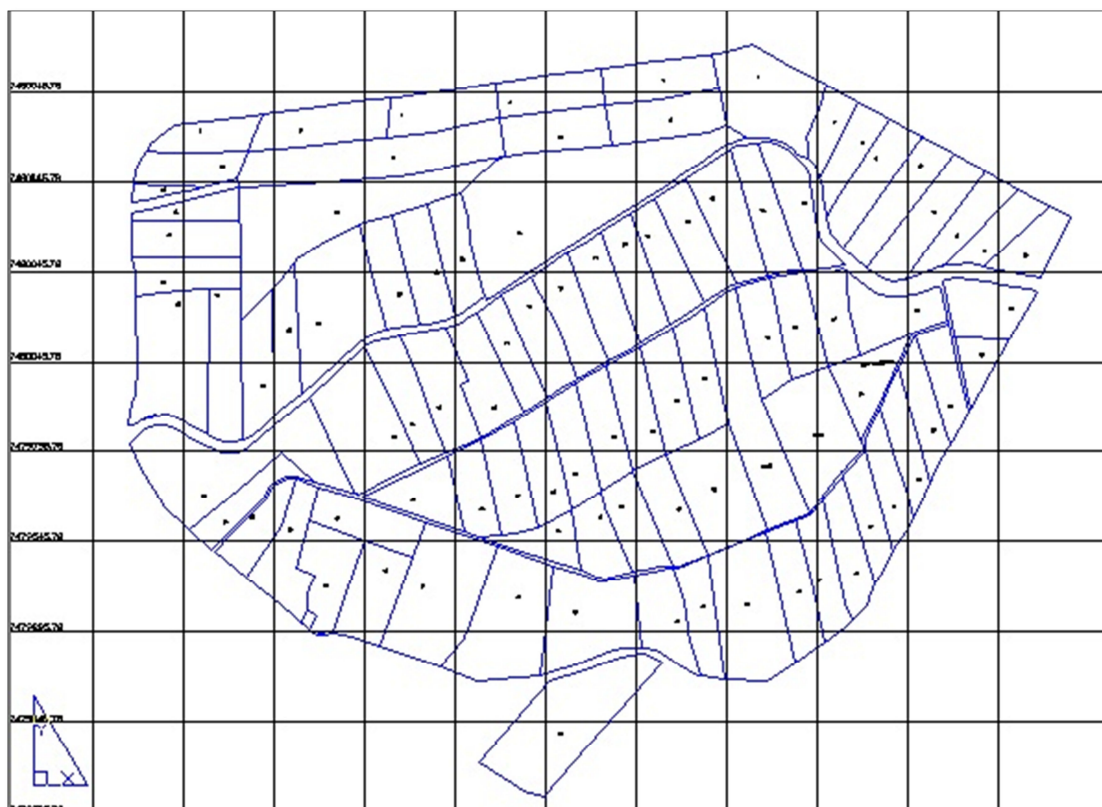
2.1. Entendendo a organização interna do Assentamento Marapicu

Para entender a organização interna do Assentamento Marapicu, é importante saber que a formação desse território aconteceu no período de sua ocupação em meados dos anos 1980, quando houve uma divisão de lotes pelas primeiras famílias.

O Assentamento Marapicu conta atualmente com 92 famílias; dessas, 55 receberam o título de proprietários da terra, concedidos pela Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu; as outras se encontram com problemas de cadastramento ou não entregaram a documentação. Somente seis famílias efetivamente moram e trabalham em seus lotes, o restante das famílias assentadas mora nos bairros ao redor do Assentamento e vivem de uma diversidade de atividades econômicas. Identificou-se duas famílias que moram no Bairro Aliança.

A **Figura 5** representa o ordenamento territorial do Assentamento Marapicu. Esta figura é usada pela prefeitura de Nova Iguaçu para fins de regulamentação fundiária. A divisão ficou oficialmente delimitada de acordo com a figura que mostra a divisão de lotes existentes no Assentamento, onde cada família tem um lote de três hectares.

Figura 5
ASSENTAMENTO MARAPICU - DIVISÃO INTERNA.



Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu, 2012.

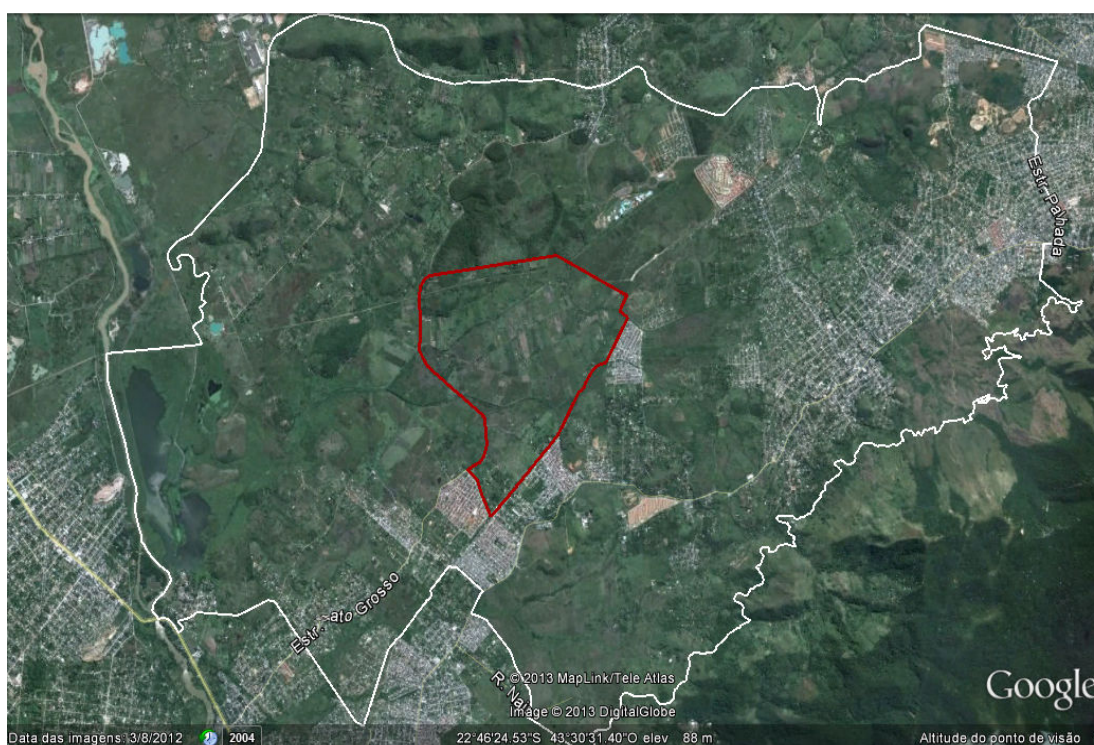
O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) deve tomar algumas ações referentes ao plano de desenvolvimento do assentamento; no entanto, há dificuldades devido aos trâmites burocráticos junto ao governo federal. O papel do INCRA frente ao Assentamento Marapicu é de reconhecê-lo como assentamento de reforma agrária para que possa ter acesso aos programas de crédito e assistência técnica do governo federal.

Marapicu ficou delimitado como zona rural do município de Nova Iguaçu, cercada por alguns bairros que fazem parte da Unidade Regional de Governo (URG) Cabuçu. O Assentamento é cortado por dois rios, o Ipiranga e Cabuçu, o que provoca uma separação entre algumas famílias, sobretudo pelo Cabuçu, que se configura como uma barreira geográfica, como será visto à frente.

Existem duas entradas para o Assentamento no sentido de quem vem pelo Bairro Aliança. Há também entrada pela estrada do Mato Grosso e as próximas a Campo Alegre, mas estas são totalmente desestruturadas, sendo, muitas vezes, terrenos vazios ou entres os lotes.

A Figura 6 nos mostra o contorno do Assentamento e sua proximidade com a área urbana, assunto que será mais bem tratado no terceiro capítulo.

Figura 6
LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO MARAPICU E O SEU ENTORNO.



Fonte: Google EARTH, 2013.

Na Figura 7, estão ilustradas as duas principais entradas do Assentamento. Em ambas, os assentados têm que adentrar o Bairro Aliança para que possam chegar aos seus lotes; no entanto, há diferenças entre elas: a principal está no interior do Bairro e a outra está localizada paralela ao mesmo, como podemos observar na imagem. A entrada principal está na Rua Fortunato, que é a principal área de circulação e comércio. Já a entrada do outro lado do rio está situada em uma localidade mais periférica, de difícil acesso.

Figura 7
ENTRADAS PARA O ASSENTAMENTO MARAPICU



Fonte: Google Earth, 2012. ADAPTADO PELO AUTOR.

A principal entrada do Assentamento se encontra no Bairro Aliança, na Rua Fortunato, que é a entrada principal por causa da proximidade e por apresentar melhor estrutura, conforme mostra a Foto 1. Como se pode observar, as condições da entrada são precárias; muitos dos assentados relataram que, nos períodos de chuva, há grande dificuldade de se entrar e sair, por causa de alagamentos e lamaçal.

Foto 1
ENTRADA DO ASSENTAMENTO MARAPICU.



Entrada Principal do Assentamento Marapicu, Nova Iguaçu, RJ, 2012. Fotografia V. Tinoco

As dificuldades existem devido à falta de infraestrutura que marca as zonas rurais de Nova Iguaçu, de maneira geral. Ainda que o Bairro Aliança tenha recebido asfaltamentos entre 2005 e 2008 e alguma estrutura de saneamento básico e regularização da energia elétrica, os problemas são persistentes. Os serviços de água, esgoto e energia elétrica não existem na área do assentamento; ademais, agrava os problemas a poluição que o esgoto doméstico provoca no lençol freático, comprometendo a retirada de água do subsolo por meio de poços.

No ano de 1997, a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu realizou obras para compactação do solo e abriram algumas vias de acesso dentro do assentamento. Estas ainda existem, mas encontram-se em estado precário e sempre em péssimas condições em dias de chuva, como podemos observar na Foto 2.

Foto 2
VIA DO ASSENTAMENTO



Vias de Acesso do Assentamento Marapicu,, Nova Iguaçu, RJ, 2012. Fotografia de V. Tinoco.

A Foto 2 demonstra as condições de uma das vias internas do Assentamento pós-chuvas. Uma das estratégias dos assentados para melhorar a circulação da comunidade e deslocamento da produção é colocar cascalhos nas vias, como expresso na Foto 3. Mesmo assim, a circulação durante e após os dias chuvosos são difíceis devido aos alagamentos, pois a área é uma planície de inundação, e demora alguns dias para baixar a água e secar a lama.

Foto 3
VIA DO ASSENTAMENTO COM USO DE CASCALHO



Via de Acesso do Assentamento Marapiu com uso de Cascalho, Nova Iguaçu, RJ, 2012. Fotografia de V. Tinoco.

As más condições de acesso dificultam o contato e a vivência entre os assentados durante o dia-dia, a circulação é extremamente complicada, tanto para o trabalho, quanto para participação nas questões coletivas da vida cotidiana.

O interessante é que, na zona rural Marapicu, é possível encontrar famílias que promoveram ocupação próxima à entrada do Assentamento. Esta ocupação é do início dos anos 2000; se caracteriza como estritamente urbana, pois esse grupo não trabalha com atividade agrícola. Essa ocupação está na faixa de terra que era cortada pela linha de trem da Fazenda Marapicu, existente no final do século XIX e início do século XX. A regulamentação fundiária dessas famílias se encontra em processo de legalização e em diálogo com a prefeitura e o governo do estado, por se trata de ocupação urbana.

Essas pessoas são oriundas do Bairro Aliança e ocuparam essa área de maneira desordenada, onde teve como contenção dessa expansão o Assentamento, por causa da delimitação territorial e o controle das lideranças sob esse avanço do Bairro. A ocupação encontra-se localizada na entrada principal junto ao Bairro (Rua Fortunato), como é possível observar na Foto 4.

Foto 4
CASAS DA ENTRADA DO ASSENTAMENTO



Casas da entrada do Assentamento Marapicu, Nova Iguaçu, RJ, 2012. Fotografia de V.Tinoco.

Ainda na Foto 4, visualiza-se uma das casas que se encontram na entrada do Assentamento. As condições de moradia são precárias, e com um número de pessoas que ultrapassam quatro pessoas por casa.

Nessa comunidade, que ocupou a entrada do Assentamento, encontra-se também uma igreja de denominação evangélica, com participação diversa e membros ativos. Não foi possível saber em entrevistas se membros do Assentamento participam, pois os entrevistados não tiveram certeza, muitos com hipóteses de não ocorrer participação, a princípio.

O contato do pesquisador com essa comunidade da entrada do Assentamento, não foi bem sucedido. Seus moradores olharam com desconfiança e foram arredios. Por isso, procurando respeitar o sentimento dessas famílias, mantivemos certa distância delas. Eles se mostraram arredios por verem alguém diferente e pensaram que o pesquisador fosse algum grileiro, representante da prefeitura- sempre ficando evidente o medo da remoção de suas casas.

É perceptível a relação de vizinhança que se construiu entre as famílias de assentados que moram nos primeiros lotes do Assentamento. Há uma mudança na paisagem, pelo fato de que, de

um lado, existe ocupação urbana e, do outro lado, sítios de assentados da reforma agrária e um distanciamento político em suas vivências. No lote próximo das famílias da entrada do Assentamento, há uma construção de sociabilidade das vizinhanças e um distanciamento das lutas frente à participação política do Assentamento. Não existe participação dessas famílias nos processos políticos e formativos do Assentamento.

Percebeu-se junto às lideranças e aos entrevistados que sempre há convite para participação das famílias da entrada do Assentamento nas questões coletivas do mesmo, mas nunca a efetiva participação dessa comunidade, nem em nível formativo (cursos de formação) nem de participação na Associação de Moradores de Marapicu.

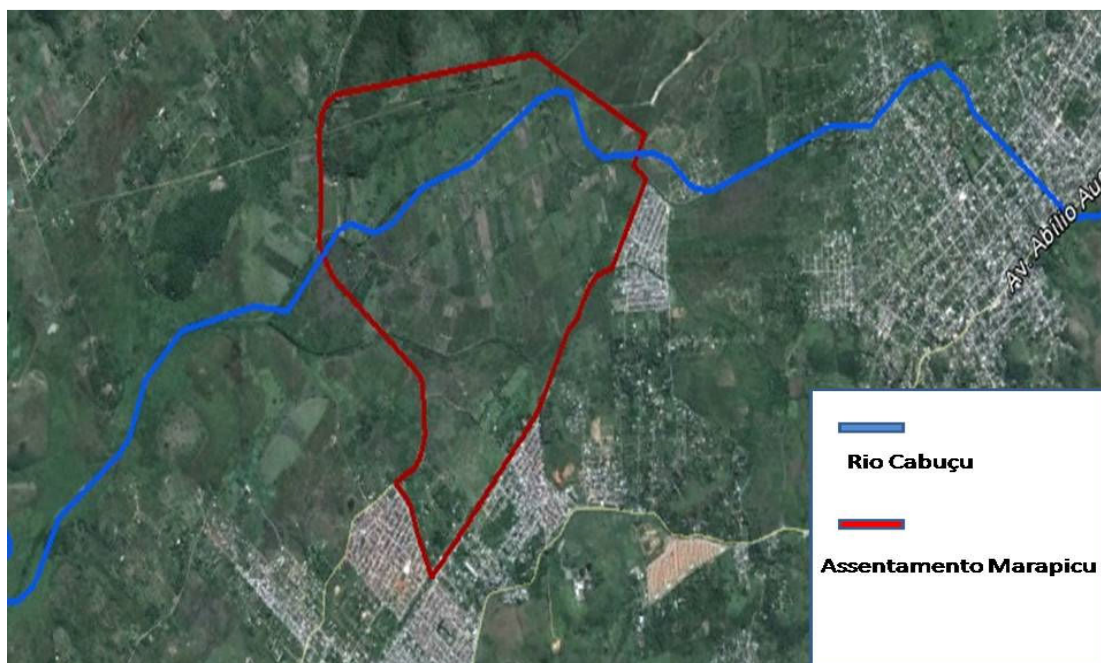
Mesmo estando na base territorial do Assentamento, ocorre distinção dessas famílias com a comunidade do Assentamento. As relações mais fortes de sociabilidade se dão com as duas famílias vizinhas que moram na entrada do assentamento.

Na próxima subunidade, será tratado outro ponto chave da vizinhança: veremos o papel do rio Cabuçu nas relações de sociabilidade internas do Assentamento.

2.1.1. Do Outro Lado do Rio

O Assentamento Marapicu é cortado por dois rios, o rio Ipiranga e o Cabuçu. Ambos cortam o Bairro Aliança e o Assentamento; suas condições encontram-se em estado precário, há poluição e degradação das margens. A Figura 8 mostra o curso do rio Cabuçu e a Figura 9, a condição em que ele se encontra em frente de um dos lotes do Assentamento.

Figura 8
LOCALIZAÇÃO DO RIO CABUÇU E DO ASSENTAMENTO MARAPICU



Fonte: Google Earth, 2013. Adaptado pelo autor.

Foto 5
RIO CABUÇU EM UM DOS LOTES DO ASSENTAMENTO.



Rio Cabuçu, Nova Iguaçu, RJ, 2012. Fotografia de V.Tinoco.

O rio Cabuçu é uma barreira geográfica na organização espacial do assentamento; em certos lotes ocupados e produtivos, os assentados mencionam as pessoas da outra margem como “o povo do outro lado do rio” ou “o povo do lado de lá”.

A população acessa seus lotes pela entrada a montante do rio Cabuçu, como visualizamos pela Figura 7, e tendo uma visualização através das Figuras 8 e da foto 5 tanto do rio em sua extensão pelo assentamento e de suas condições ambientais vistas de um dos lotes. Por mais que não seja um rio de grandes dimensões marginais, há dificuldade de atravessar de um lado para o outro, pelo fato de não haver pontes ligando esses dois lados.

Ainda que seja um rio estreito e de pequeno volume d’água, há muita dificuldade de atravessá-lo sem pontes. Alguns assentados o fazem por meio de pontes improvisadas ou pedras de alguns trechos no leito do rio; fazem-no principalmente aqueles situados no lado a montante, os mais interessados em atravessá-lo, em busca de serviços (comércio, religião, lazer etc.), quais

sejam, as famílias do “outro lado do Rio”- denominação que será usada durante o texto para se referir à essas famílias do outro lado do rio Cabuçu.

A única ponte de acesso que possibilita uma travessia mais segura do rio Cabuçu está localizada no Bairro Aliança; na entrada a montante, por ela, as famílias do “outro lado do Rio” têm o principal acesso, diferentemente das famílias que moram no interior de Marapicu. A maior parte das famílias que tem lote do “outro lado do Rio” moram nos bairros ao redor; somente uma família mora durante a semana no lote e nos fins de semana volta para casa. As outras apresentam uma descontinuidade na vivência nessa área, que seria o abandono de lotes e repasses, isso como parte também da lógica geral dos assentados de Marapicu.

Atualmente, área “do outro lado do Rio” mantém uma produção contínua no entorno de dois lotes, tanto para o mercado quanto para o próprio consumo. São interessantes as formas de sociabilidade dessas famílias: não que o rio seja um determinante geográfico para o distanciamento das famílias, mas se coloca como uma barreira, que faz com que o contato seja menor. O contato entre os atores da comunidade não se dá estritamente pela relação de vizinhança entre os lotes, mas pela vivência cotidiana com os cursos de formação, as reuniões da Associação de Moradores e o principal espaço de circulação para ambos, que é o Bairro Aliança que, nesse sentido, se configura como um espaço do encontro entre essas famílias.

Nem todas as famílias “do outro lado do Rio” participam dos cursos ou das reuniões da associação. Das famílias do “outro lado do Rio”, somente uma tem participação efetiva nas atividades sócias e políticas do dia a dia. O mais perceptível nesse arranjo de relações das famílias “do outro lado do Rio” é o grau de vizinhança junto à população do Bairro, justamente pela maior acessibilidade e proximidade que se compõe entre eles e essa parte do Bairro. Isso também acontece porque alguns moram no Bairro ou mantém laços de amizade, compadrio e religioso com os diferentes grupos sociais que também moram e trabalham no Bairro Aliança.

No entanto, nas entrevistas feitas com um dos assentados dessa área, ele mencionou que mora no Bairro há mais de vinte anos e que está no Assentamento em torno de treze anos e que somente foi conhecer o “outro lado do Rio” quando recebeu a possibilidade de ter um lote, como se pode perceber em sua fala: “Olha, eu só vim conhecer isso aqui, quando eu ganhei o lote. Antes eu só conhecia a parte de lá, da Rua Fortunato. Isso aqui eu nem fazia ideia.” (Entrevistado D).

Essa fala demonstra que havia desconhecimento por parte da população do Bairro da área do “outro lado do Rio”, pois essa se apresenta mais distanciada, por estar localizada em uma parte paralela ao Bairro. Outros moradores do Bairro podem ter tido contatos com famílias que anteriormente estiveram em algum lote dessa área; no entanto, pelas histórias coletadas e discursos dos entrevistados, estes não souberam falar sobre as famílias anteriores dessa área. Já as lideranças mencionaram que sempre foi uma área de alta rotatividade das famílias, tanto no repasse quanto na venda de lotes.

Hoje, as famílias que “vivem” nessa localidade já se encontram mais fixadas por um tempo maior; pode-se encontrar famílias que indicaram outros parentes para que pudessem acessar os lotes. Assim, identifica-se uma rede familiar que se configura nessa área. No entanto, é a forte relação com o Bairro nessa área que expressa os feixes de relações sociais. Há uma relação de sociabilidade muito forte mediante laços de vizinhança.

As relações de vizinhança e o parentesco estão presentes. Há parentes que moram no Bairro Aliança que ajudam ou trabalham nos lotes de seus familiares; outros mantêm, como observado em campo, como espaço de diversão nos fins de semana e para cuidar de animais que ficam no lote familiar. Dessa relação com o Bairro, tem-se o exemplo do assentado (Entrevistado D), que é um morador antigo do Bairro e que sempre esteve próximo do assentamento, mesmo antes de receber seu lote. Ele carrega um conjunto de representações sociais e laços com os dois territórios, transitando entre essas duas dinâmicas territoriais de maneira a construir diversas formas de sociabilidade entre esses territórios. Percebe-se que os laços de vizinhança com o Bairro são maiores, justamente, porque esse ator é conhecido no mesmo.

Muitos dos seus vizinhos sabem onde fica o seu lote, se constata em campo. Algumas pessoas no Bairro foram perguntadas sobre onde se encontrava o lote do “Irmão” e respondiam localizando-o e dizendo se ele se encontrava ou não. A inserção de pessoas do Bairro no Assentamento amplia os laços de vizinhança, parentesco, amizade que transcendem essas duas espacialidades. Essas interações acarretam ampliação desses laços e do conhecimento da vida cotidiana e do relacionamento dessas diferentes realidades.

Há famílias do “outro lado do Rio” que têm a vontade de ampliar os contatos e laços da comunidade do Assentamento em geral; pretendem estruturar espaços sociais que possam receber atividades da Associação nessa área do Assentamento ou dos cursos. Essa iniciativa representa uma proposta que busca diminuir aquilo que o distanciamento promove para alguns, que é o

desconhecimento sobre os que moram e habitam do outro lado do Rio Cabuçu. Tal empreitada é das famílias “do outro lado do Rio”, que mantém uma participação efetiva na vida política e social do Assentamento, atuando junto aos grupos de formação e à representação política do Assentamento frente à Associação.

Outras interpretações podem ser tiradas sobre a mobilização dessas famílias, de que há poucos espaços sociais os mesmo não são bem distribuídos no Assentamento, o que ainda se encontram em processo de construção dentro da dinâmica territorial, promovendo, assim, a necessidade de emergência de novos espaços de socialização que contemplem de uma boa infraestrutura. Muitos dos existentes hoje no Assentamento são cedidos por alguns assentados por terem melhor localização para o acesso. Já os que estão em construção se apresentam como proposta ou mediante projetos junto aos mediadores.

Buscou-se nessa subunidade compreender um dos lugares que compõe o Assentamento, as diferentes geografias de uma realidade. Os relatos mostraram que a organização socioespacial propicia maior interação com a área urbana, pois há lugares que interagem mais com o “Bairro Aliança” do que com a comunidade assentada em sua dinâmica cotidiana. Isto se dá devido a sua localização e possibilidade de acesso que propicia proximidade maior ao Bairro. Essa questão se configura como produto da falta de infraestrutura interna no Assentamento; não há uma ponte que ligue a população “do outro lado do rio” às outras partes do Assentamento, fato que inviabiliza maior integração da comunidade.

Existem relatos de acidentes de pessoas que tentaram atravessar o rio e de reclamações da distância a se percorrer para ir ao outro lado do Assentamento.

O objetivo é mostrar que existe relatividade dos processos, ocasionados por essa barreira que o rio se tornou. Há um desconhecimento e um distanciamento de ambos os lados do rio. Em nenhum momento se quer colocar que há uma determinação para tal construção entre a população do “outro lado do Rio” e comunidade assentada. Por mais próximo que pareçam os lotes ao lado do rio, as relações entre cada lado são distanciadas devido ao rio que os corta. Com isso, os fluxos desses atores se convergem para outras direções onde o acesso e o contato são mais fáceis.

Nesse sentido, o Bairro Aliança se configura como lugar de moradia e também como lugar de passagem e encontros das famílias que fazem parte do Assentamento Marapicu. O outro lado do rio é um exemplo das diferentes geografias internas do Assentamento, que é um dos lugares onde se pode perceber as relações de próximo, mas ao mesmo tempo, distante, motivado

pelo rio Cabuçu como um fator que limita o contato entre as famílias que residem em margens opostas.

A seguir, serão identificados os principais espaços sociais dentro da dinâmica territorial, com o objetivo de melhor compreender as condições desses lugares de encontro e, principalmente, de sua importância na construção da sociabilidade interna da comunidade assentada em estudo.

2.2. Identificando Espaços de Socialização: Uma Análise Sobre a Política Interna e a Identidade Coletiva no Assentamento Marapicu

Nessa unidade, pretende-se identificar alguns dos principais espaços de socialização das famílias do Assentamento. No entanto, primeiramente, é necessário identificar os principais agentes de organização social do território: um deles é a Associação Mutirão de Marapicu, que existe há mais de vinte anos.

A Associação Mutirão de Marapicu tem o papel principal de organização e representação, política e de atuação coletiva das famílias do Assentamento. Atualmente, sua diretoria atua nas demandas da luta pela terra e na mediação de projetos. O grupo que se encontra à frente da Associação está em torno de 15 anos na participação da luta e na organização interna da vida política e social. É um grupo político forte e extremamente ativo nas demandas internas e nas atividades de articulações externas em conjunto aos mediadores e outros grupos ligados à agricultura familiar, agroecologia, gênero e trabalho rural.

A atuação se dá centrada na figura da Presidente da Associação que, pela ausência de novos atores e desmobilização, é obrigada a continuar para que a luta não seja perdida e abandonada. Não se apresentam grupos oposicionistas a essa direção. Há uma grande satisfação da comunidade pela atuação e representação desse grupo político - não que isso descarte o conflito interno, mas se entende como a ordem que se estabelece politicamente, motivada por uma grande dificuldade em renovação dos quadros e da representação política dentro do Assentamento.

Em uma visão geral, esse processo se configura em grande parte das zonas rurais da Baixada Fluminense, pelo fato da desmobilização, desinteresse político e a falta de perspectiva de

melhoria de vida na visão de alguns atores. Esse grupo político assumiu a liderança do Assentamento para manter a luta após anos de um processo de desestruturação interna da organização política de Marapicu.

Essa mesma diretoria, mesmo tendo tido mudanças e perdas de importantes parceiros, suportou momentos de extrema tensão política, como o fim das zonas rurais de Nova Iguaçu, as contínuas ameaças de despejo e principalmente as retaliações do crime organizado em um determinado momento da história da luta pela terra. Eles são os sujeitos que mantiveram as estruturas e as bases históricas da luta pela terra e, principalmente, a continuidade da mesma em diferentes momentos conjunturais que marcaram a história de Marapicu, re-encontrando documentos antes perdidos, negociando com a Prefeitura, INCRA, EMATER e outros agentes de questão fundiária, assistência e extensão rural.

A atuação desse grupo se passa por inúmeras dimensões da vida cotidiana, participando dos projetos de saúde da família, de incentivos à produção agroecológica e à comercialização da produção na “Ferinha da Roça” no centro de Nova Iguaçu. São atores extremamente participativos na comunidade assentada, o grupo muito miscigenado, tendo muitos que moram no bairro e alguns que moram no Assentamento. Os encontros acontecem continuamente nos diferentes projetos citados e nas reuniões da associação.

As reuniões da Associação, suas diferentes assembleias e os encontros dos cursos de formação compreendem espaços de socialização do Assentamento. Elas assumem um papel na sociabilidade interna do mesmo, que “contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações” (COMEFORD, 1989). As reuniões da Associação ocorrem de maneira mensal, sempre pela parte da manhã. Durante a reunião, são colocadas em pauta as principais demandas da comunidade, a organização de documentação para os que ainda estão irregulares no processo fundiário e projetos de cadastramento de assistência técnica do INCRA.

Foto 6
ASSEMBLEIA GERAL DO ASSENTAMENTO



Convocação para Assembleia geral da Associação do Assentamento Marapicu, Nova Iguaçu, RJ, 2012. Fotografia de V. Tinoco.

A Foto 6 mostra uma das chamadas para a Assembleia da Associação de Marapicu. Nesse, já se coloca na sede, como forma de retomada desse espaço como lugar de encontro da comunidade. A convocatória é colocada no posto da entrada principal do Assentamento.

A sede da Associação se encontra depredada pela falta de verba para manutenção e os seguidos assaltos a levaram a um sentido mais literal de abandono por parte das famílias, mas acontecendo um movimento de colocação das lideranças de retomada desse espaço como um dos lugares de encontro da comunidade.

Esse movimento de re-estruturação dos espaços sociais da comunidade vem sendo desenvolvido junto aos projetos elaborados em parceria com algumas instituições de extensão rural como a AS-PTA e a EMATER. A principal, em nível territorial do Assentamento, foi a estufa de mudas coletivas, com objetivo de diminuir o custo da comunidade nas compras de sementes e mudas. Logicamente, trata-se de uma estratégia que leva a construção coletiva e ampliação dos laços comunitários e sociais, assim se tornando um espaço de relações de sociabilidade entre as famílias e os indivíduos, de forma geral, de todos que fazem parte do Assentamento.

Foto 7
ESTUFA DE MUDAS DO ASSENTAMENTO.



Estufa de Mudanças do Assentamento Marapicu, Nova Iguaçu, RJ, 2012. Fotografia de V. Tinoco.

A estufa ainda não está em funcionamento. As famílias e indivíduos interessados em participar desse espaço coletivo passam primeiro por um processo de preparação e organização sobre como lidar com a estufa e as sementes que irão ser postas à disposição. Essas iniciativas se integram aos cursos de formação como o FITOCAM, de Florestas e o grupo de Apicultores, que passam suas atividades de uma metodologia de trabalho de produção individual para uma visão coletiva e comunitária para o trabalho conjunto que será feito no novo espaço. Os cursos ainda serão mantidos em outros sítios que foram cedidos como espaços por seus proprietários para que ocorressem atividades, bem como as de formação.

A maioria das reuniões acontece no sítio do “Seu Israel”. Esse espaço apresenta melhor estrutura para receber o coletivo; há cadeiras e bancos para acomodar as pessoas e ele possui uma área mais arborizada, o que o torna um lugar agradável, conforme ilustra a Foto 8.

Foto 8
CASA DO SÍTIO DO SEU ISRAEL.



Casa do Sítio do Seu Israel no Assentamento Marapicu, Nova Iguaçu ,RJ, 2012. Fotografia de V.Tinoco..

O sítio é referência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e assume um papel importante em Marapicu, por ser um lugar de referência na construção de uma consciência de agricultura alternativa e familiar, onde acontecem boa parte das atividades do Assentamento.

A produção desse sítio é totalmente agroecológica e voltada para o mercado municipal e ele é um dos principais fornecedores agroecológicos do Assentamento e da Baixada Fluminense. A referência do sítio do “Seu Israel” se dá pela forte participação nos cursos de formação e encontros agroecológicos e, por isso, recebe muitas visitas de entidades e pessoas com interesse em conhecer as atividades realizadas em sua propriedade.

Com isso, observa-se que trata-se de um lugar no interior de Marapicu que ganhou maiores conotações interna e externamente e assume caráter de referência para as famílias que ali moram e para outros produtores, ativistas e organizações envolvidas com as demandas e projetos alternativos para a agricultura familiar, reforma agrária e agroecologia.

Tais ações levam a uma maior divulgação da luta e das condições de reprodução da vida em Marapicu, observando esse assentamento como uma das áreas de resistência da luta pela terra, e também como modelo de produção agroecológica dentro de um ambiente desprovido de

condições básicas. Serão destacados alguns dos lugares de encontro da comunidade de Marapicu para compreensão dos espaços de sociabilidade, onde há a formação de laços entre os assentados e o desenvolvimento de uma identidade coletiva.

A construção de uma identidade coletiva é complexa em qualquer assentamento de reforma agrária, devido à diversidade de atores, mas, em Marapicu, a baixa participação das famílias na vida social do mesmo e as contínuas mudanças que o marcaram durante os anos dificultam a formação de um ideário coletivo, partindo de uma diversidade de fatores que levaram a diferentes arranjos da vida social. Foras às relações citadas, pode-se citar também como fatores que dificultam a formação de uma unidade o seguinte: a contínua saída de pessoas de seus lotes, abandono ou repasse, um principal deles a venda e a presente incerteza da permanência na terra, que atormentaram grande parte das famílias, o medo do despejo e da violência que marcaram a vida do Assentamento em uma determinada época.

Tantas mudanças que ocorreram sucessivamente não permitiram construir uma unidade coletiva e cultural ampla com os mais novos atores que se inseriram em lotes vendidos ou concedidos. Isso também se associa ao desinteresse, das antigas e novas famílias de Marapicu, em participar das questões coletivas e de outros espaços do mesmo gênero.

Quando questionados sobre identidade sem-terra/assentados para os entrevistados, notou-se que parte não se posicionava como assentados, mas como agricultores familiares. Um deles mencionou que: “Aqui pode ser de Reforma Agrária, mas nós somos da Agricultura Familiar e de produção agroecológica”. A afirmativa mostra que a presença da identidade agricultor familiar é bem mais forte que uma condição de assentado de Reforma Agrária ou de ocupante. Ao mesmo tempo, há cultura de que não se pode “plantar bem de raiz”, que seriam árvores de maior estrato arbóreo, as casas também, motivadas pela possibilidade de serem despejados, por causa da longa espera da regulamentação.

Assim, são colocadas duas dimensões identitárias, que seriam a de um agricultor consolidado, voltado para produção familiar e inserido a um mercado, mas que ainda está preso a questões da posse da terra, onde se mantém como um posseiro, nesse caso, como um ocupante da terra, tendo o medo de serem removidos de seus lotes.

Outros entrevistados mostraram que, a princípio, não se identificavam com a luta pela terra ou com a figura de sem-terra, mas, quando começaram a participar das atividades do

Assentamento, ter acesso aos cursos de formação e à universidade, começaram a compreender a realidade e a si mesmos.

Antes eu nem gostava dessa história de ser sem terra e dos sem terras. Mas com o tempo e as leituras da faculdade ficou mais claro. Ontem, eu era sem terra, porque não tinham o título de propriedade e tinha pouca ajuda do governo para trabalhar. Hoje eu tenho o título e sei da importância da terra com título. A gente ficou muito tempo sem saber o que era agora nós somos assentados de Reforma Agrária. (Entrevistada B)

A citação acima mostra a afirmação de uma identidade de assentado e suas transformações no decorrer do processo de luta e titulação das terras. Quando perguntas acerca dessas questões foram feitas às lideranças, uma delas se situa por meio da construção histórica da luta, e das suas diferentes variáveis que foram se configurando de acordo com a conjuntura, se pautando no geral de que:

Nós fomos sem terra até a época que não tínhamos título, isso aqui era ocupação, agora que podemos colocar como assentamento ou assentados. A gente não tinha titulação, ainda se encontrava em regulamentação. Já estava tudo certo e encaminhado por muito tempo, mas os atrasos com a burocracia, o fim da zona rural, a falta de interesse político dificultou muito. Hoje em dia, somos assentados, mas ainda é muito difícil pro povo daqui entender isso, só quem participa sabe bem o que é. Muita gente saiu, muita gente entrou e se perdeu um pouco da história da luta.

A fala dessa liderança diz muito sobre a construção da imagem de assentado e assentamento. A questão de ter o título da terra é o fator levantado para a colocação. O que também nos chama atenção é a falta de espaços sociais do Assentamento que se encontram como espaços de socialização coletiva. Existe uma construção coletiva do que é ser assentado, mas que as diversas mudanças e saídas trouxeram dificuldade de desenvolver uma identidade coletiva, fazendo com que se perdesse a história, conforme mostra um trecho da entrevista dessa mesma liderança, que expressa que: “Quando cederam os lotes da Associação, perdemos espaços de encontro e troca da comunidade. Daí o pessoal ficou cada um com seu lote e não se interessava muito nas questões coletivas”.

A questão coletiva é sempre apontada como uma das dificuldades e se dá como grande desafio para essa nova etapa enquanto assentados. Para isso, o surgimento de novos espaços de socialização de caráter coletivo pode começar a dar uma nova dinâmica e chamar a atenção de

mais famílias junto para a participação coletiva e amalgamar uma identidade coletiva de assentados. Ao mesmo tempo, a identidade de assentados se apresenta em um sentido territorial frente ao bairro, como nos aprofundaremos no próximo capítulo. As falas dos entrevistados trazem uma possibilidade de se observar uma nova etapa que se emerge em suas vidas, que seria a saída da figura de sem-terra para a de assentado-- isso mediante a posse definitiva da terra, do recebimento da titulação.

Essa etapa que se inicia é de fundamental importância para o processo formativo e valorativo da história de luta. No entanto, é um momento que possibilita o surgimento de novas organizações e representações da vida social. O termo “Assentamento” já era cunhado por muitos dos entrevistados, principalmente em seu dia a dia, mas sempre mencionavam que ainda se encontravam em processo de regulamentação. Com a nova etapa, a luta ganha outros objetivos e a permanência se torna estável. Por exemplo, a estufa é o primeiro espaço coletivo a ser construído pós-titulação de terras. Ela ganha nova conotação para o trabalho em conjunto e iniciativas de formação sobre as relações de trabalho, troca e sociabilidade entre eles, na consolidação da figura de assentados.

De todo modo, podemos identificar os principais espaços de socialização que leva ao processo de constituição das sociabilidades entre os assentados. Mas é preciso pensar a necessidade de produzir espaços coletivos que promovam ampliação de uma unidade de identidade e de um projeto político para toda a comunidade. Não se pode esquecer que os assentamentos são universos sociais complexos e extremantes dinâmicos, motivados pelas diferentes vivências de cada um de seus atores. Com o surgimento de novos espaços sociais no território do Assentamento, há possibilidade da construção de novas formas de organização e de cooperação entre os indivíduos e as famílias (Castro, 1994).

É perceptível a importância dos espaços identificados como os principais lugares de encontro, trocas e de formação de laços que se configuram em Marapicu para que houvesse a sustentação da luta pela terra e o desenvolvimento de uma unidade política interna. É necessário elencar o papel fundamental do grupo que está à frente da associação; atribui-se a eles o fato da continuidade da luta e de espaços sociais que proporcionam as trocas, conflitos e as diferentes formas de sociabilidade que esses espaços promoveram e promovem no surgimento de uma unidade política, social e cultural, partindo de um arranjo complexo, diversificado de relações sociais entre os atores.

2.3-“Cada um por si e Deus por todos”: Ação e Oração

Nessa unidade, pretende-se analisar a religiosidade e a sociabilidade no Assentamento Marapicu. O título definiu-se mediante a fala de um dos assentados a nos relatar os decorrentes casos de violência e desunião da comunidade, onde muitos buscavam resposta na fé para resolver a conjuntura desse momento.

Temos que pensar que a religião espontaneamente já forma grupos sociais que vão estreitando seus laços em diferentes níveis da vida cotidiana e que deles vão indo além dos dogmas religiosos, implicando nas relações sociais e na atuação política. Ferreira (2005) salienta que a religião desenvolve novas formas de sociabilidade, atreladas às relações religiosas e políticas, que se dão mediante o viver de normas e representações sociais que vão de acordo com as orientações das perspectivas teológicas de cada congregação. Essa autora mostra que as novas formas de sociabilidade surgem a partir da conversão do indivíduo, em que se assume um conjunto de valores e normas da vida social, onde se tem por base as orientações lúdico religiosas evangélica/protestante, que se configuram como valores e qualidades morais nos quais “o Homem de Deus deve portar com mansidão, honestidade, integridade, pureza em tudo que se refere à verdade, à paz e à ordem.” (Idem, p.25, 2005)

Em muitos casos, essa nova identidade social que emerge nos atores, após a conversão, leva uma ruptura com todos os outros laços de sociabilidade que se mantinham anteriormente, havendo, assim, uma construção de novos laços e inserções em novos grupos sociais. Quando se analisa essa questão por meio da realidade de um Assentamento Rural de Reforma Agrária, podemos perceber que há outras delimitações sobre a vida religiosa, motivada pela diversidade de atores e suas diferentes histórias de vida. Observa-se isso mediante o caso estudado nessa dissertação. Em sua maioria, os assentados de Marapicu são de diferentes igrejas protestantes, mais especificamente do seguimento dos pentecostais. Existem também pessoas de outros cultos, como católicos e espíritas.

A expressão mais forte na construção de uma relação coesa socialmente em nível de vivência religiosa acontece por meio da ação política do ecumenismo. Essa perspectiva é um caminho que direciona as formas de vivência entre as famílias, para que possa ocorrer maior coesão na vida política e social do Assentamento. A sociabilidade “ecumênica”, isto é, a vivência

em bem comum entre as diferentes religiosidades, é fundamental no desenvolver de lugares como os assentamentos, pois a diversidade que os marcam é propícia ao conflito e à luta pelo poder.

A formação de laços entre os diferentes é essencial na construção do respeito e a convivência harmônica entre os mesmos na junção de um objetivo maior, que é a conquista da terra e nela permanecer. Em Marapicu, o que podemos observar como sociabilidade ecumênica são as reuniões da Associação, dos cursos de formação e de qualquer atividade festiva. Um exemplo é o fator ritualístico da reunião, como base para construção dos laços ecumênicos da comunidade.

Comerford (1999) ilustra bem essa questão sobre as reuniões; mediante essas, entende-se melhor a elaboração de símbolos coletivos e as múltiplas concepções de mundo dos dirigentes, as origens do grupo social e as bases em que foram fundadas suas estruturas enquanto grupo político e movimento social. Para tanto, observa-se como acontece a organização das reuniões para produção das representações ecumênicas dentro campo simbólico da vida cotidiana dos assentados.

As reuniões em Marapicu se utilizam de uma metodologia básica, tendo uma média de 8 a 12 assentados, mais os visitantes, em que todos ficam em círculo, sem distância entre a mesa e os membros participantes, existindo sempre uma oração de abertura. A oração é um elemento chave para a abordagem, evocar sempre ao ecumenismo devido a grande diversidade de grupos religiosos aos quais participam as famílias do Assentamento. As falas das orações de abertura das reuniões do Assentamento sempre tocam em fatores ecumênicos, como o “respeito às outras religiões”, a vivência pacífica entre os diferentes, fugindo de uma concepção que “discrimina” os que eles colocam como “cristãos”, os convertidos ao protestantismo, e não “cristãos”, aqueles que assumem outras religiosidades ou não participam. As iniciativas ritualísticas também têm função estratégica na dinâmica da sociabilidade interna do Assentamento, o papel do respeito e da coexistência entre os diferentes, sem que haja preconceitos e disputas dentro do grupo, onde todos são tidos como iguais.

A emergência do ecumenismo no Assentamento denota uma ação política junto à Igreja Católica, mediante a Comissão Pastoral de Terra (CPT), que atua de maneira solidária e intensa na luta das famílias assentadas desde a ocupação e, especialmente, no contexto da determinação da extinção das zonas rurais do município. Entende-se, então, que o fator religioso é uma forma de sociabilidade dos assentados e uma aliança política histórica às lutas do Assentamento.

Já existiram casos de estranhamento ou de rejeição da proposta do ecumenismo religioso por parte de alguns dos assentados. De toda maneira, estes se caracterizaram em ações isoladas, voltadas por questões de pouca compreensão e entendimento da proposta.

As reuniões no Assentamento não se limitam a uma condição de encontro decisório, mas também de um ato ritualístico de confirmação de princípios e formas de sociabilidades internas do Assentamento, de maneira a ratificar a coexistência entre os diferentes credos, sempre enfatizando o combate à intolerância religiosa. Como menciona Comerford (1999), as reuniões também expressam as orientações políticas e a história da organização do grupo. Elas demonstram a ação da CPT na articulação das lutas e agregação de valores da vida em comum dos atores sociais.

Observa-se essa construção na resposta de um dos assentados que foi perguntado sobre como a comunidade de sua igreja ajuda o Assentamento quando este passa por algum problema de ordem política e social: “Essas coisas de política e luta, aí é com o Padre Geral, os irmãos da igreja oram pela gente, para que Deus ajude a resolver esses problemas.” (Entrevistado D). Essa resposta mostra a função política de uma entidade religiosa que atua nas lutas e a atuação lúdica de outra congregação. Como se pode observar através da fala do entrevistado D, as representações políticas e visão religiosa se confluem, tendo a CPT como organização representante da luta, na figura do Padre, atuante nas demandas e formação dos grupos que se articulam para enfrentarem as demandas sociais. Já a “Comunidade Evangélica” como representação de que o caminho pode ser resolvido, também, através da fé, da condição da intervenção divina nos desdobramentos da luta social.

No Assentamento Marapicu, há múltiplas formas de sociabilidade religiosa que os atores assumem em suas vidas cotidianas; caracterizam representações de um universo de luta social e fé. Os atores que articulam a construção ecumênica estão no processo político interno, que é o grupo que atua na Associação, como eles mantêm uma configuração social de abertura e ação para e com as famílias. Tendo por base os relatos das entrevistas, compreende-se que há dificuldade do grupo das congregações evangélicas/protestantes em aceitarem quem vem de fora, somente acolhendo o que eles reconhecem como cristãos ou como “irmãos”, como se “O povo daqui aceita melhor quem é cristão; dos de fora eles têm medo, têm medo de autoridade e de participar de política.” (Liderança do Assentamento).

A citação acima mostra o ponto de vista de grande parte da comunidade, que tem medo da atuação política da representação junto às autoridades de diferentes entidades sociais. Ferreira (2005) argumenta a respeito das relações entre protestantismo e política na lógica dos assentamentos. Em seu estudo, ela pode perceber que grande parte dos assentados protestantes detém uma ideia de política como ambiente sujo, que corrompe a dignidade do cristão. Em um sentido maior, a política é vista como um espaço de briga, imoralidade e sendo um não lugar para os homens de Deus. A autora, supracitada, comenta que são sistemas condicionados a princípios, valores e normas que vão ordenando a dinâmica social dos grupos que ali vivem. Isso é perceptível em Marapicu, na construção das identidades sociais das famílias de assentados em suas construções de vidas.

Existe orientação focada dentro de valores e diretrizes bíblicas que vão sendo montadas mediante olhar político e religioso, dos quais surge uma diversidade de interpretações sobre passagens bíblicas que podem ou não fundamentar a atuação dos homens de Deus junto à política eleitoral, partidária e comunitária. Há diferenciação entre a atuação do indivíduo na vida social do grupo religioso e na vida social do movimento. O ator convive com esses arranjos de relações que interagem e promovem sua maneira de ver e pensar o mundo, com a ação social e oração para transformação de sua realidade social, mas que influenciam diretamente nas determinações de suas estratégias de ação e sobrevivência.

No período entre o final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, havia cultos e missas no Assentamento Marapicu a cada 15 dias. Os cultos e missas eram feitos em dois lotes, um em frente ao outro, reunindo um número significativo de pessoas da região de Cabuçu, sendo assentadas e pessoas do Bairro Aliança e outras localidades. Os cultos eram ministrados pela igreja Assembleia de Deus, pois um dos assentados é integrante desta e grande incentivador desse tipo de atividade. As missas eram ministradas por padres ligados à CPT, que atuavam na comunidade da Baixada Fluminense.

Contudo, o período em que se encontra dadas relações é marcado por inúmeros atos de violência que ocorreram às famílias que moravam nos lotes. Houve roubos, espancamentos, desaparecimento de pessoas e, com isso, o medo se instaurou na comunidade de modo geral. Com tantos incidentes de violência, atitudes foram tomadas. Houve chamadas para a polícia e saída dos sítios. Muitos preferiram sair e ir morar nos bairros ao redor, de diferentes maneiras: alugando casas, indo morar com parentes ou até mesmo comprando casas com a venda do sítio.

Quando perguntados sobre a reação da comunidade frente a esses problemas e as formas de organização coletiva que se poderia ter para o enfrentamento da violência, um dos entrevistados expressa que:

Aqui o povo num é de briga. Cada um pensa muito no seu. Todo mundo aqui é cristão e num pode se meter com essas coisas. Sabe que aqui a maioria é evangélico e num gosta dessas coisas de enfrentar, prefere ir embora e ficar orando. Aqui é aquele negócio: Cada um por si e Deus por todos! Quem podia sair saiu, quem não podia, como a gente, ficou e correu o risco. Porque não tínhamos condições de sair. Mas nunca aconteceu nada aqui conosco.
(ENTREVISTADO B)

A afirmativa traz a questão da identidade evangélica como um dos fatores que levaram a uma opção de não enfrentamento, ou melhor, a busca de alternativas sem conflitos com a marginalidade que estava ameaçando-os. Outro fato é a questão de colocar a individualidade de cada um nesse momento; houve desunião, falta de solidariedade, que são fatos comuns na dinâmica dos assentados em condições convencionais.

O fator religioso é apresentado em muitas das entrevistas como elemento dessa desunião e das opções de enfrentamento adotadas. Ela é posta para justificar um perfil que se coloca de mansidão e de que ações mais efusivas poderiam ser transgressões que não se enquadram na moralidade e na ética do cristão protestante. A visão religiosa é um processo de interpretação de mundo e prática social no universo protestante, principalmente nas vertentes pentecostais mais tradicionais. Os atores assumem uma perspectiva conservadora e extremante rígida em termos de conduta e doutrinas, que impedem qualquer tipo de transgressões desse conjunto de normas. Muitas das famílias de Marapicu, de acordo com observações feitas em entrevistas, constituem uma visão fechada e presa a dogmas religiosos que se fecham aos grupos sociais do mesmo, tendo muitas ressalvas a tudo que se encontra externamente a eles. A intervenção divina foi vista como saída para a situação de violência que se encontrava o Assentamento Marapicu.

Já a representação da CPT na comunidade traz consigo uma imagem de divindade que se expressa em outra dimensão de comoção com o divino, na qual se assume uma perspectiva de Deus que auxilia na luta, passando uma condição de existência sagrada, uma compreensão sobre as lutas dos oprimidos em busca de justiça frente à desigualdade social (OLIVEIRA, 2009). Os mediadores, como a CPT, e a vivência religiosa de universo pentecostal são projetos de diferentes composições ideológicas e teológicas que se configuram dentro das relações do Assentamento em diferentes expressões nas sociabilidades internas.

Desta maneira, essas sociabilidades internas podem ter uma expressão religiosa, não somente na forma de um grupo, mas na vivência, respeito e comunhão entre os diferentes e a coexistência entre os mesmos na cotidianidade do Assentamento. Essa condição se apresenta como ambígua quando se passa a olhar por meio das ações dos assentados com relação aos problemas de ordem externa que afetaram a comunidade por alguns anos. A ordem começa a se expressar quando as opções de ação não são mais de convivência e de unidade, mas quando deixam de ser uma projeção de ações individuais regidas pela perspectiva religiosa.

Têm-se duas condições de sociabilidade religiosa que se arranjam em Marapicu: a instrumentação na organização da vida social e política das famílias a um convívio ecumênico, respeitoso e atuante nas demandas sociais. Essa relação marca a história da luta e construção do território. E, a partir dos eventos de violência, se expressa outra condição, que é a falta de unidade, através das opções orientadas por um universo moral e ético do protestantismo que rege a sua maioria um sentido individual de cada família, que se configura como a outra expressão de sociabilidade religiosa.

Todo esse debate traz o reflexo sobre as relações entre o coletivo e indivíduos no jogo de interações e distanciamento, de acordo com as estratégias adotadas pelos atores, vide cada situação que marca as diversas conjunturas históricas, tanto do grupo social ao qual fazem parte, quanto de si mesmos. A solidariedade, em sentido geral, ganhou nessa configuração social uma projeção mais lúdica do que em formas de ações efetivas, onde podemos ver que os “irmãos” oram para que Deus ajude nos desafios, mas, ao mesmo tempo, a outra projeção de solidariedade que se expressa mediante a atuação dos mediadores, na ação direta dos atores, “com o auxílio de Deus”.

Tudo isso compõe uma expressão dialética dos laços que se constroem coletivamente e as perspectivas e projetos de mundo que se encontram frente a uma realidade social composta de desigualdades e contradições. Vivenciando a condição de ser parte de um movimento social e de uma construção doutrinal religiosa enquanto indivíduo, que lhe fazem conviver com convergências e divergências de suas perspectivas de mundo, o fenômeno religioso assume forma de desenvolvimento individual e coletivo dos atores que compõem o assentamento (DINNIZ JR, 2007), formando redes de sociabilidades que vão além das relações internas, ao mesmo tempo em que individualizam o coletivo e expressam estratégias de sobrevivência de cada indivíduo de acordo com cada evento.

Em suma, a relação entre sociabilidade e religião em Marapicu pode ser percebida mediante duas dimensões: a da ação e da oração, em que a ação se passa por meio da representação ecumênica no processo de construção coletiva da unidade comunitária e da atuação de organizações como a CPT. E a oração: mediante a religiosidade de cada indivíduo e doutrinas que compõem a congregação à qual faz parte, elaborando todo o seu universo social.

2.4- Sociabilidade e Trabalho

As unidades anteriores focaram a visão de sociabilidade geral, abarcando as relações em sua amplitude, que podem ser usadas em qualquer situação. Para tanto, o debate de sociabilidade e trabalho traz consigo uma diferenciação das origens das formas de sociabilidade que se instituem dentro das relações humanas.

Essas formas de sociabilidades que se diferenciam são postas pelas construções de Castel (1998) quando observa as sociabilidades primárias e secundárias. Para ele, sociabilidade primária se dá a partir da família, da vizinhança e de outros laços que não necessitam de mediação; são laços que se dão face a face, em que o sistema de regras ligam diretamente os “membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependências sem a mediação de instituições específicas”. (p.78). Onde fazem parte de um conjunto de representações societárias, que se estruturam no seio do indivíduo inserido desde o seu nascimento como uma rede de obrigações e normas sociais.

Já a sociabilidade secundária se expressa no universo da mediação. É sempre partindo de uma lógica de assistência, de auxiliar os atores ou da intervenção dos mediadores no fomento e articulação dos laços, da formação tanto individual quanto coletiva. De certa maneira, eles vêm para suprir os déficits aos quais a sociabilidade primária não consegue solucionar por si só, ou vazios deixados pela mesma.

A sociabilidade secundária só pode ser realizada em lugares específicos, que sejam marcados pelas comunidades para que possam ser assistidas pelas instituições mediadoras que atuam junto a elas. Dialogando as três expressões da sociabilidade a partir dos elementos postos nesse capítulo, é perceptível que os espaços de socialização delimitados são lugares de promoção da sociabilidade secundária. É neles que ocorrem os grupos de formação e as reuniões da comunidade, sempre mediados por alguma organização ou pela representação da Associação.

Os cursos de formação ganham caráter de assistir as dificuldades e aprimorar os conhecimentos técnicos sobre o uso da terra, dos mercados e a própria qualidade de vida das famílias em nível de renda e saúde. Pode-se pôr a “sociabilidade ecumênica” como um processo desenvolvido junto à assistência da CPT dentro da história de luta do Assentamento e na convivência social das famílias assentadas, efetivamente na dimensão da tolerância religiosa dos diferentes grupos sociais que convivem em Marapicu.

A sociabilidade primária é vista nas relações mediante os fluxos nas vias de acesso ao Assentamento e principalmente na vivência da comunidade “do outro lado do Rio”, onde há uma forte relação de vizinhança com o Bairro Aliança, por causa de sua localização; pelas barreiras geográficas, que impedem um contato efetivo com o interior do Assentamento; e por muitos dos assentados morarem ou terem parentes próximos lá.

Para esta unidade, é interessante utilizar as sociabilidades primárias e secundárias para entender as relações de trabalho e sociabilidade, por meio da família e dos cursos de formação, mais especificamente o FITOCAM, como um lugar de encontro para assistir aos assentados em atividades que fomentem a produção de renda e melhorias na qualidade de vida. Outro que se encaixa nessa perspectiva é a Escolinha Agroecológica, que ficou por alguns anos no Bairro Aliança, mas que atendia na abrangência das populações de agricultores de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense com a inserção do ideário agroecológico aos que se interessassem. Hoje, ela se encontra no centro de Nova Iguaçu.

Indo na direção de uma construção de sociabilidade e trabalho no contexto de uma dinâmica territorial de um Assentamento de Reforma Agrária próximo à área urbana, a principal unidade produtiva e social que agrega as diferentes relações que sustentam essas bases do território é a família.

A família, no caso, na expressão de agricultura familiar, a base de produção é o que dá sentido de orientação ao conjunto de rede de relações sociais que abrange além dos limites da unidade doméstica (CARNEIRO, 2008). É o arranjo das interrelações entre parentesco e trabalho, em que a família não pode ser reduzida somente a uma unidade produtiva, mas sim, como unidade de diversidades de formas de sociabilidades entre os diferentes indivíduos que a compõe.

Nos estudos sobre agricultura familiar, sempre há um domínio da visão produtivista da unidade familiar, como um conjunto técnico de exploração da força de trabalho familiar, sendo agrícola ou não, como uma equipe de trabalho. A unidade familiar é à base de entendimento da

lógica de atuação dos indivíduos e por meio ou a partir dela. Eles orientam seus valores, ações e projetos dentro e fora dos domínios familiares e ao mesmo tempo como unidade de produção.

Embora a estruturação de família não se apresente sempre de maneira rígida e tradicional, ela pode se configurar como flexível, plástica e possível de incorporar novos valores e desenvolver novas percepções e práticas (CARNEIRO, 2008). Principalmente, em um mundo cada vez mais dinâmico e mutável, ditado por diferentes ordens culturais e sociais que atingem os indivíduos desigualmente e em um sentido alienador, que vai de encontro cada vez mais com a heterogeneidade de relações do mundo globalizado e de uma hegemonia de uma cultura urbano-industrial.

Nesse caminho de analisar a unidade familiar, mais especificamente a agricultura familiar, com um olhar voltado para os assentamentos, o lote, além de se configurar como um espaço produtivo, também é um espaço de moradia e reprodução da vida social. Então, são condições que se complementam em suas lógicas produtivas e de sociabilidade.

Quando se parte para uma escala do real como a do estado do Rio de Janeiro, que é marcado pelo alto índice de urbanização, e de uma concentração da metrópole fluminense, onde se territorializaram grande parte das ocupações de terra, como apresentado no primeiro capítulo, pode-se apresentar como um cenário que tende a uma diversidade de atividades econômicas que cada vez mais diminui a importância da produção agrícola estadual. Essa realidade socioespacial é apreendida por meio da análise de Alentejano (1997), que mostra que há uma forte tendência das famílias assentadas a buscarem trabalho em atividades não agrícolas de maneira a complementarem as suas rendas. Essa tendência pode ser compreendida como o fenômeno da pluriatividade, que é onde membros das famílias de agricultores que habitam o meio rural; optam por atividades não-agrícolas, mas que mantém a moradia no campo e uma ligação produtiva em muitos dos casos e um modo de vida do espaço rural (SCHNEIDER, 2009).

Todas as relações de atividades pluriativas que existem dentro dos assentamentos do estado do Rio de Janeiro já são arranjos históricos que se construíram no processo de ocupação, ao qual a figura dos sem-terra na época era dos trabalhadores das periferias, tanto de origem urbana quando de origem rural, de uma heterogeneidade de origem desses atores.

O estudo de Alentejano (1997) observa o fenômeno da pluriatividade nos assentamentos fluminenses e apresenta a justificativa que não é pela questão da origem dos atores sociais, mas pelas dificuldades de reprodução das famílias em seus lotes, pelas péssimas condições

ambientais, falta de apoio governamental, baixos preços agrícolas etc. As famílias buscam a pluriatividade para complementação de renda, já que não são dadas as condições básicas para continuidade de trabalho e sobrevivência como agricultores familiares. Nos casos analisados pelo autor, ele observa que as famílias que mantiveram as atividades somente na agricultura conseguiram estabelecer mercados ou estão apoiadas por outras fontes de renda, como aposentadoria. Com isso, daria condições de estabilidade para permanecer na terra, sem a necessidade de buscar outras atividades.

Trazendo essa compreensão para a realidade socioespacial de Marapicu, como uma das expressões da problemática da terra e das condições de reprodução social das famílias assentadas do estado do Rio de Janeiro, Marapicu reflete essas demandas e tendências à pluriatividade.

Como mencionado anteriormente, as famílias de Marapicu, em sua maioria, não moram nos lotes, devido aos recorrentes incidentes de violência, pelas condições de infraestrutura precárias e outras demandas que foram apresentadas. Muitas dessas famílias optaram por morar nos bairros ao redor do Assentamento para terem melhores condições de vida e segurança. Em sua configuração geral, são poucas as famílias que vivem da terra, e muitas vivem de atividades diversificadas não-agrícolas, que podem ser na Região da Baixada Fluminense ou na cidade do Rio de Janeiro.

Muitos dos jovens evitam ir para o trabalho na roça e preferem buscar a vida profissional fora do Assentamento, e veem o lote como um sítio que dos pais e eles não se colocam como parte. São poucos jovens que moram no Assentamento, onde foram identificados como moradores somente dois. Um nunca teve vontade de envolvimento com a terra e hoje atua em atividades fora do Assentamento.

O outro que foi identificado mantém um pequeno roçado no lote da família, mas pretende sair do Assentamento, e coloca que: “Eu nasci e cresci aqui, mas quero ver outras coisas, fazer faculdade. Eu só vi desgraça aqui, nada vai para frente”. Esse apontamento demonstra o desejo de saída, um olhar que se volta para a história de vida da família assentada, em que o jovem não vê futuro na atividade como agricultor, pela falta de infraestrutura e apoio para o desenvolvimento da atividade agrícola. Nas entrevistas feitas com esses jovens, sempre é posto a busca de uma vida melhor fora do Assentamento, devido às condições nas quais vivem, e às adversidades que se construíram durante os anos. Esses desafios marcam todo o conjunto de assentados e jovens rurais amplamente, que é o desafio de permanecer na terra e não serem submetidos às condições

precárias e excludentes a que suas famílias vivem. Eles buscam condições dignas de vida, de renda e cidadania.

Mantendo o olhar sobre as relações de sociabilidade e trabalho no Assentamento a partir do jovem que mantém uma roça, as entrevistas e nos relatos informais trouxeram à tona algumas estratégias dos assentados, e mais especificamente desse jovem, para que se possa manter suas lavouras sem ampliar o custo.

O principal fato que o *jovem que mantém uma roça* expõe é o da parceria, não no sentido de concessão de terra, mas na parceria no sentido de solidariedade em nível de trabalho. Essa parceria que ele coloca é justamente a partir de laços de vizinhança e amizade com outros assentados, principalmente com os que moram no Assentamento. Ela consiste no fato de que, duas vezes na semana, ele e o seu vizinho se ajudem em suas lavouras, tanto no roçado quanto na colheita, para diminuir o trabalho e não precisarem contratar alguém para ajudar. São dois agricultores que não têm condições de pagarem diaristas e que, com isso, firmaram uma parceria de trabalho, de uma solidariedade e união frente às dificuldades de manter a lavoura.

Tais ações se configuram como uma forma de suprir as limitações da unidade familiar. São relações que se configuram dentro de uma lógica de reciprocidade por meio das relações de vizinhança e amizade. No entanto, fica clara a condição individual dessa relação, no sentido de que se perdeu uma construção coletiva, que dava-se anteriormente no que muitos relataram e que se faz como nome da associação, a ideia de Mutirão. Ele como um sentido coletivo de atuação da comunidade justamente para alavancar o trabalho nos lotes e ampliar os laços entre as famílias.

Diferentemente dos Mutirões analisados por Candido (2009) no livro “Parceiros do Rio Bonito”, onde o mutirão é uma condição de solidariedade da comunidade dos Bairros Rurais Paulistas, em que se juntava a um universo lúdico religioso, como um fator que seria uma obrigação com Deus ajudar o próximo. Os “Mutirões” de Marapicu e Campo Alegre aconteciam como iniciativas políticas, de desenvolvimento de um ideário coletivo, que aos poucos foram se perdendo, para construção de uma unidade social frente aos desafios para permanecer na terra..

São duas dimensões sobre as concepções diferentes de Mutirão que vão se configurando nas relações de sociabilidade desses grupos sociais, mas mantendo uma mesma forma de sociabilidade básica, que é a solidariedade entre os pares e vizinhos. As duas confluem no sentido da solidariedade e, principalmente, no vetor comum que eram ações limitadas somente à escala local, não saindo do “Bairro Rural” e, no caso, do “Assentamento”.

Dessa perda do Mutirão em Marapicu, é perceptível o forte processo de individualização, em que cada vez mais os assentados se posicionam em torno de si mesmos, saindo de uma construção coletiva. A parceria, como situado acima, é, de certa forma, uma reprodução de uma prática isolada que se transformou como predominante na vida cotidiana dos assentados. No entanto, a parceria é um processo que se dá como forma de sociabilidade primária, surgindo dentro das relações de vizinhança, amizade e principalmente de solidariedade entre dois assentados. Ela é uma ação que surge da necessidade de ajuda mútua, na qual os assentados se identificam com as mesmas demandas e a parceria se dá como uma estratégia para sobrevivência dos lotes.

Mas, em um sentido comunitário, por assim dizer, há outras expressões que podem ser vistas como proposta para o desenvolvimento do Assentamento e especificamente dos lotes, para que haja também uma construção de relações de solidariedade.

No início dessa unidade, foi posto dois grupos de formação como exemplos de sociabilidade secundária, que foram o FITOCAM e a Escolinha Agroecológica. Eles têm o papel fundamental de auxiliar e formar as famílias sobre o uso de técnicas que combinem baixo custo, consciência ambiental, cidadania e produção de renda. A Escolinha Agroecológica foi uma iniciativa feita entre EMATER-RJ e a CPT para difundir e aperfeiçoar os agricultores da Baixada Fluminense em geral sobre as bases de um modelo de produção agroecológica que respeita as características de cada lugar e, principalmente, faz uma proposta de valorização de uma agricultura sem uso de defensivos agrícolas, mas a proposta de uma interação entre homem e natureza que respeita o uso consciente sem depredação.

O funcionamento da Escolinha se deu por cerca de três anos no Bairro Aliança no CIEP, que foi um espaço cedido pela diretoria da escola junto à Associação de Marapicu, tendo aulas regulares uma vez ao mês e trocas de experiências e vivências com outros produtores do estado mediante articulação agroecológica. A sua principal contribuição a Marapicu foi o desenvolvimento de uma consciência agroecológica a boa parte das famílias do Assentamento, construindo referências sobre relações homem-meio e a preocupação com a qualidade dos produtos, e os efeitos dos defensivos agrícolas em toda cadeia produtiva, que afeta o produtor e o consumidor.

Ela desenvolveu junto aos agricultores um conjunto de responsabilidades entre produtores e seus mercados e seus produtos, em um ideário de uma alimentação saudável a partir de modelo

agrícola, no caso o agroecológico, que não promova uma degradação ambiental, mesmo sendo em uma área degradada - pelo contrário, havendo uma revitalização de áreas inapropriadas para produção. Por outro lado, não são todas as famílias que adotaram o modelo agroecológico como base; muitas ainda estão em processo de transição ou só acompanharam as aulas para ter noção de como implementar tal modelo.

A Escolinha também pode ser um espaço de encontro entre os outros, ou melhor, entre os diferentes grupos de agricultores e promotora da troca de experiências sobre os tipos de plantios e mudas e, essencialmente, uma troca de experiências sobre as histórias de lutas dessas famílias. Havia um momento de socialização entre eles, que trocavam amplamente conhecimentos sobre produção, plantio e fomentadora de princípios como amizade e solidariedade entre os agricultores.

Alguns dos assentados de Marapicu reproduzem essas práticas no dia a dia do Assentamento, quando promovem trocas de mudas e sementes, para fomentar a reciprocidade e a solidariedade junto às famílias. Muitos reclamam que isso poderia acontecer com maior frequência e que são poucos que têm interesse em ter esse tipo de hábito. É importante observar que o curso de formação envolve uma série de práticas e meios que afetam a unidade familiar, mudando a lógica produtiva e incentivando as práticas de princípios de convivência social e reciprocidade dentre eles.

A Escolinha Agroecológica é um lugar de maior amplitude, pois atinge diferentes trabalhadores rurais e promovendo a construção de laços entre os mesmos e uma troca de experiências das diferentes realidades que cada um traz consigo. Já o FITOCAM se dá como um grupo mais internalizado onde a participação é somente dos assentados de Marapicu. O grupo dos Fitoterápicos de Marapicu surge da necessidade das famílias do Assentamento de desenvolverem atividades que promovessem renda a baixo custo para elas. O grupo precede a Escolinha, pois ele foi formado no início dos anos 2000, enquanto a Escolinha é de 2006.

O FITOCAM, a princípio, surge pelas demandas das mulheres, sendo então um grupo somente de mulheres voltados para o ensino de como fazer produtos fitoterápicos, em geral a baixo custo, e utilizando-se matérias-primas cultivadas nos lotes. O grupo funciona uma vez ao mês, tendo diferentes cursos para o preparo de produtos e manejo de ervas. Há uma grande troca de experiências sobre como usar e o que deu certo ou errado; a troca é muito valorizada e é, acima de tudo, um momento de encontro de boa parte da comunidade. Com o passar dos anos, o

grupo foi abrindo espaço para que os homens também participassem dos cursos, abrindo o grupo antes só de mulheres para todos da comunidade. No entanto, a abertura só ficou para as famílias do Assentamento, não podendo participar nenhuma pessoa que fosse do Bairro ou que não tenha relação com o movimento de agricultura. Ele tem uma definição mais fechada, é um grupo para Marapicu em que a comunidade tem uma grande participação, mais até que na reunião da Associação, sobre a qual nas entrevistas explicitavam que:

Na reunião da Associação, o pessoal discute muito, ficam brigando, falando de problemas. No FITOCAM, a gente conversa, é mais tranquilo, aí o povo que num foi na reunião tem os informes, acaba sendo uma extensão da reunião. No FITOCAM, dá mais gente que a reunião da Associação. (ENTREVISTADO M.)

Nesse sentido, o FITOCAM é um espaço de encontro de relações de amizade e festejo para a comunidade. Nele, se encontra um momento de relações mais próximas e de convívio mais ameno. A fala acima expõe a visão do desinteresse, de certo modo, pela vida política do Assentamento e de como muitos preferem só uma participação no grupo de forma mais tranquila, sem que haja conflitos e debates sobre os rumos do movimento e das lutas em geral.

O que se pode extrair desses dois grupos são as implicações de seus processos formativos nas formas de sociabilidades das famílias ou, como colocados nas formas de sociabilidades primárias, elas mudam as lógicas produtivas e, principalmente, acrescentam um conjunto de valores e ideais que vão além das construções individuais e familiares que também podem se expressar no formato de uma economia de troca recíproca. Essa economia pode ser percebida não somente na produção de produtos fitoterápicos para o mercado, mas para troca entre os assentados. Isso se dá através do fato de que, quando um assentado quer um produto, por exemplo, um sabonete, ele dá a matéria-prima ou troca por outro produto para aquele que produz, podendo ser uma urina de vaca (usado como defensivo) por aqueles que têm gado, ou matérias primas para produção artesanal.

Com isso, vai se desenvolvendo uma economia de trocas recíprocas entre os mesmos, onde sempre se compõe trocas por matéria-prima para produção de fitoterápicos, artesanatos ou a troca por produtos que não haja nos lotes dos interessados. Essas trocas já mostram formas de relações produzidas sob as influências dos cursos de formações nos indivíduos e as interrelações entre os mesmos. Então, a sociabilidade secundária afere diretamente na sociabilidade primária, inserindo nas construções técnicas em um sentido de trabalho, estritamente, mas novas formas de

relações de trabalho que se voltam para a valorização dos saberes e das solidariedades entre os pares.

A individualidade das famílias e a desmobilização coletiva ainda é um vetor que assola as lideranças e vida política do Assentamento, fora outros pontos como a questão da pluriatividade, que é uma tendência predominante nas famílias assentadas. Ela possibilita uma melhor complementação de renda familiar devido às péssimas condições que marcam a dinâmica socioespacial do Assentamento, que ainda busca alternativas para resistir a toda adversidade que o marca e, principalmente, a luta por melhores condições de trabalho e investimento em políticas eficazes para o campo.

As relações entre sociabilidade e trabalho vão muito além da concepção produtivista e adentram no campo simbólico onde se encontram com as matrizes dos valores familiares e individuais e suas interrelações. Tendo por base o caso de Marapicu, as formas de sociabilidade e trabalhos se confluem a partir das estratégias familiares e dos projetos individualistas, mas com forte influência dos cursos de formação na inserção de valores coletivos que se reproduzem nas interações entre os atores envolvidos. Essas interações transcendem as bases das famílias e chega a diferentes lugares, justamente pela diversidade de vida, tanto de trabalho quanto social, e moradia em que se encontram os assentados em diferentes escalas de ação que têm por base os indivíduos e seus laços que vão sendo compostos nas escalas e suas diversas biografias.

Essa unidade buscou observar as relações de trabalho e sociabilidade na vida cotidiana do Assentamento Marapicu, tentando observar interações entre unidade familiar e os cursos de formação, e implicações nas formas de sociabilidade entre os indivíduos, as famílias e a comunidade como um todo.

De toda forma, esse capítulo teve por objetivo analisar as relações internas que se desenvolvem em Marapicu, identificando as diversas formas de sociabilidade que se expressam nos diversos Marapicus que existem nesse território.

Não simplesmente uma visão do local pelo local, mas uma elaboração voltada para entender as formas de relação que se configuram em diferentes geografias que se arranjam nesse lugar chamado Marapicu que, como qualquer lugar, detém toda uma lógica de singularidades e particularidades de se relacionar com o mundo, pertencimento e sentimentos próprios. Cada lugar se expressa a sua maneira, as distintas totalidades e o interagir com as suas múltiplas escalas.

Todavia, procurou-se compreender as relações internas e as implicações de fatores externos que levaram a novos arranjos da vida cotidiana dos assentados, observando os principais eventos relatados que mudaram as dinâmicas do lugar na elaboração de um panorama sobre espaço, tempo e relações sociais internas.

No próximo capítulo, serão analisadas as relações de sociabilidade entre Bairro e Assentamento, focando em uma condição de proximidade e distância dessas duas espacialidades, que se diferem e ao mesmo tempo se complementam.

CAPÍTULO III

ONDE COMEÇA O ASSENTAMENTO E TERMINA O BAIRRO?

“(...) as relações concernentes ao espaço são, por um lado, apenas, a condição e, por outro, o símbolo das relações entre os seres humanos.” George Simmel

O presente capítulo busca analisar as relações de sociabilidade e territoriais entre assentados de Marapicu e a área urbana, mais especificamente, o recorte do Bairro Aliança, compreendendo os laços construídos entre assentados e moradores do Bairro. Para entender esse processo, é necessário buscar em Haesbaert (2004) a condição de que todas as relações sociais implicam em uma interação territorial, que ocorre no entrecruzamento de territórios, que envolve fenômenos de multipertencimentos e superposição territoriais. Esses fenômenos são definidos pelo autor como multiterritorialidades, ou seja, a capacidade de transitar e ser diferentes territórios e territorialidades.

Nas interações Assentamento-Bairro, um elemento importante de entendimento dessa dinâmica é a sociabilidade de vizinhança, pois ela é a forma mais elementar e capilar de formação de laços ou, como Simmel (2010) propõe, uma das formas lúdicas de *sociação* entre os atores. A vizinhança, para Park (1979), é uma forma de sociabilidade que surge naturalmente entre os atores a partir do sentimento de pertencimento local e de sua vida cotidiana, através de uma existência que parte da proximidade física e social entre os moradores de cada lugar. Entretanto, não é necessário que haja uma formação de laços de sociabilidade entre os atores por estarem próximos; é possível que essa proximidade se restrinja apenas à condição física e não seja associativa.

Já a condição de território e vizinhança pode ser vista nos trabalhos de Candido (1971) e Queiroz (1973), quando abordam os bairros rurais paulistas, definidos como organizações de vizinhança e de relações interpessoais, pautadas pela necessidade de ajuda mútua atendida por práticas formais e informais. Eles servem de base para o entendimento das interações e formações multiterritoriais entre Assentamento e Bairro. Contudo, são processos de construções diferentes dos bairros rurais paulistas, mas que se aproximam justamente por essa condição das relações de vizinhança.

Diferentemente dos Bairros Rurais, o Assentamento Marapicu e o Bairro Aliança, são dois territórios concebidos pelo ordenamento territorial das esferas governamentais, há o entendimento das fronteiras físicas, mas serão analisados por meio da condição de limites, que são, de acordo com Menezes (2000), como um lugar de comunicação entre os territórios que ultrapassam as delimitações oficiais através das representações socioespaciais de cada um e suas interações.

Para observar melhor essas relações entre esses diferentes atores, têm-se como ponto de partida Elias e Scotson (2000), em seu livro “Estabelecidos e Outsiders”, no qual os autores trabalham a questão do poder de uma comunidade já estabelecida e suas interações frente a novos grupos sociais que ali alocaram-se. O ponto principal é a compreensão das mesclas desses dois grupos, suas interdependências e antagonismos que resultam em um conjunto de relações particulares e universais.

Trazendo a abordagem de Elias e Scotson (2000) para o entendimento da realidade dos assentados de Marapicu e suas interações com os moradores do Bairro. E também para apreender o papel fundamental do Bairro na história da construção territorial do assentamento, a interdependência e diferenciações entre os mesmos. Através de suas interações constroem uma multiplicidade de identidades territoriais, que em muitos dos casos se posicionam tanto como assentados ou como moradores do Bairro. Construindo formas de sociabilidades tão próximas, mas ao mesmo tempo tão distante a partir de diferentes representações de cada um, desenvolvidas como produto desses laços.

É perceptível, no entanto, que, dentro do universo de interações entre os moradores do Bairro e as famílias assentadas, há uma relação de unidade dentro de um conjunto de diversidades. Isto se dá devido ao fato de que Bairro e Assentamento encontram-se e diferenciam-se em muitos sentidos: no uso e ocupação do solo, nas práticas políticas, nas inserções dos recursos públicos. Mas aproximam-se em outras práticas cotidianas, que podem ser as trocas mercantis, os laços de amizade e os problemas sociais, como falta de infraestrutura básica, violência e os problemas ambientais. Efetivamente, essa unidade se dá pelo fato de ambos estarem alocados no mesmo contexto de uma realidade socioespacial segregada e periférica da metrópole. Dessa forma, eles fazem parte de todo um contexto do processo de desenvolvimento urbano-industrial que marcou e marca a urbanização brasileira, em que foi produzida de maneira

desigual e concentrada em suas escalas de produção do espaço capitalista. Ele ganha contornos universais e particulares na realidade de cada *Lugar*, no caso, o estado do Rio de Janeiro.

Como visto no primeiro capítulo, no estado do Rio de Janeiro, o Assentamento Marapicu é produto do processo de luta pela terra no estado. Essa luta é reação e resistência contra a lógica de desenvolvimento que se impõe à classe trabalhadora, tanto do campo quanto da cidade. Em um Brasil que viveu e vive um processo intenso de crescimento urbano e metropolitano combinado com o desenvolvimento da modernização conservadora no campo, que amplia a concentração fundiária e, principalmente, intensifica as políticas agrícolas voltadas para o agronegócio, sendo este um dos principais contribuintes para o PIB nacional. Com isso, “a cidade e o campo vão refletindo o modo como se realiza a inserção do Brasil no quadro da economia mundial, onde a metrópole aprofunda sua centralidade em relação a um território mais amplo.” (CARLOS, 2004, p.9).

Dadas dinâmicas observadas a partir da realidade do estado do Rio de Janeiro ficam perceptíveis pela forte relação entre a urbanização e a emergência da luta, em que grande parte dos conflitos se concentram no espaço metropolitano, onde os atores envolvidos eram de origem urbana ou de origem rural e moradores da periferia metropolitana, mais conhecida como Baixada Fluminense.

O Bairro Aliança é também produto desse processo. Contudo, este bairro não surgiu do processo de luta, mas de políticas habitacionais pouco efetivas que estavam atreladas a todo um panorama da questão urbana nacional e regional. O Bairro surge como um conjunto habitacional do extinto BNH e sendo produto da dinâmica dos loteamentos que caracterizou e caracteriza a urbanização no Município de Nova Iguaçu durante a primeira metade do século XX até sua história mais recente, sem infraestruturas básicas: de transporte, saneamento básico e muros nas casas. Além disso, antes de as casas serem entregues para a população, elas foram invadidas, tanto por grileiros quanto por sem-tetos, o que configurou-se como invasões isoladas sem objetivos políticos, diferentemente do Assentamento, mas que evidenciavam a questão habitacional, ou melhor, a questão urbana.

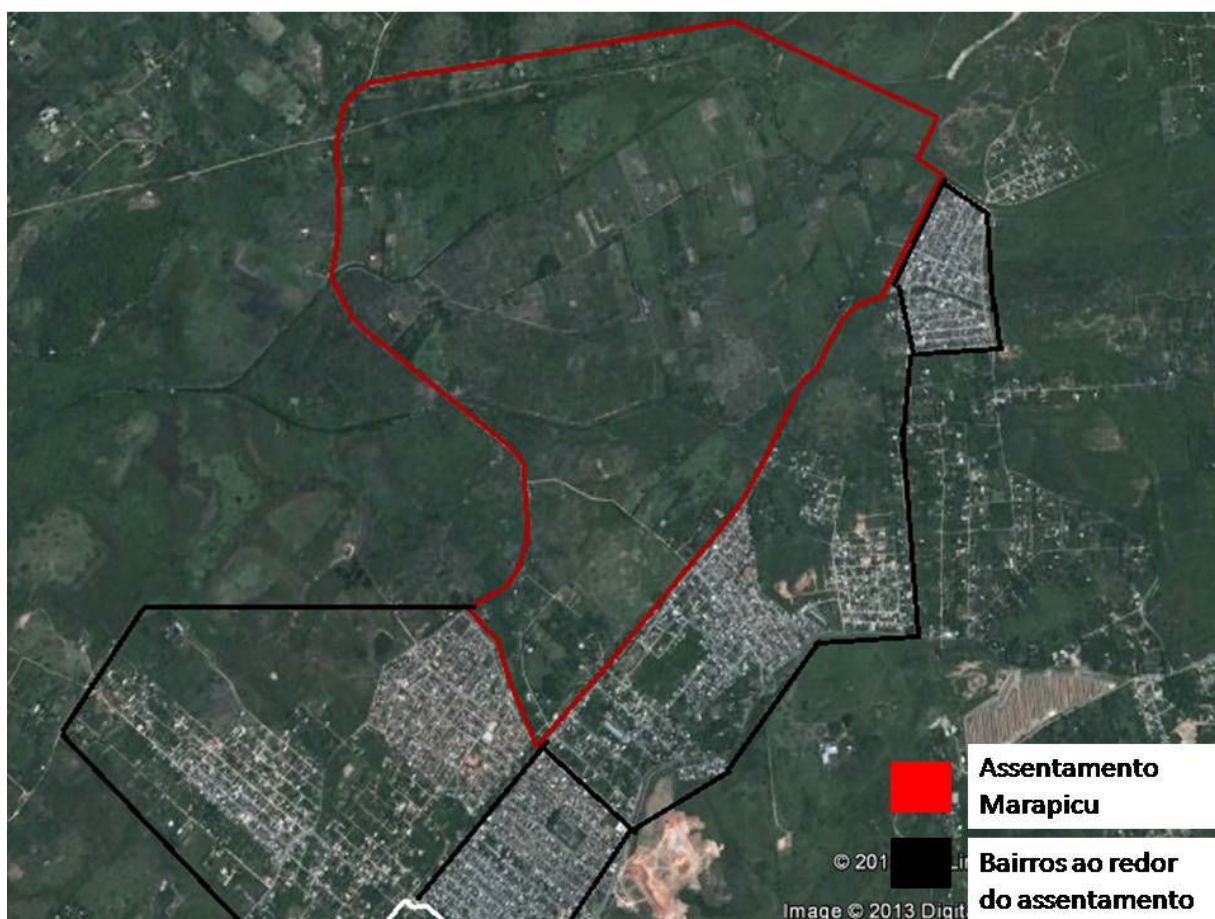
Em um olhar mais geral, Bairro e Assentamento formam um par dialético que assume uma configuração de existência de mescla entre duas realidades distintas, que se arranjam socioespacialmente como produto contraditório da lógica de desenvolvimento capitalista,

vivendo a mesma geografia, mas sendo diferentes geografias que se inter-relacionam dentro de suas vidas cotidianas.

3.1. O Entorno

Para entender um conjunto de relações de um *Lugar* é necessário conhecer sua organização e arranjo socioespacial. Para isso, é importante tratar do entorno do Assentamento e os limites, que são áreas de confluência das interações socioespaciais e as construções simbólicas do que se pensa como Assentamento e Bairro, como poderá ser observado nas figuras a seguir.

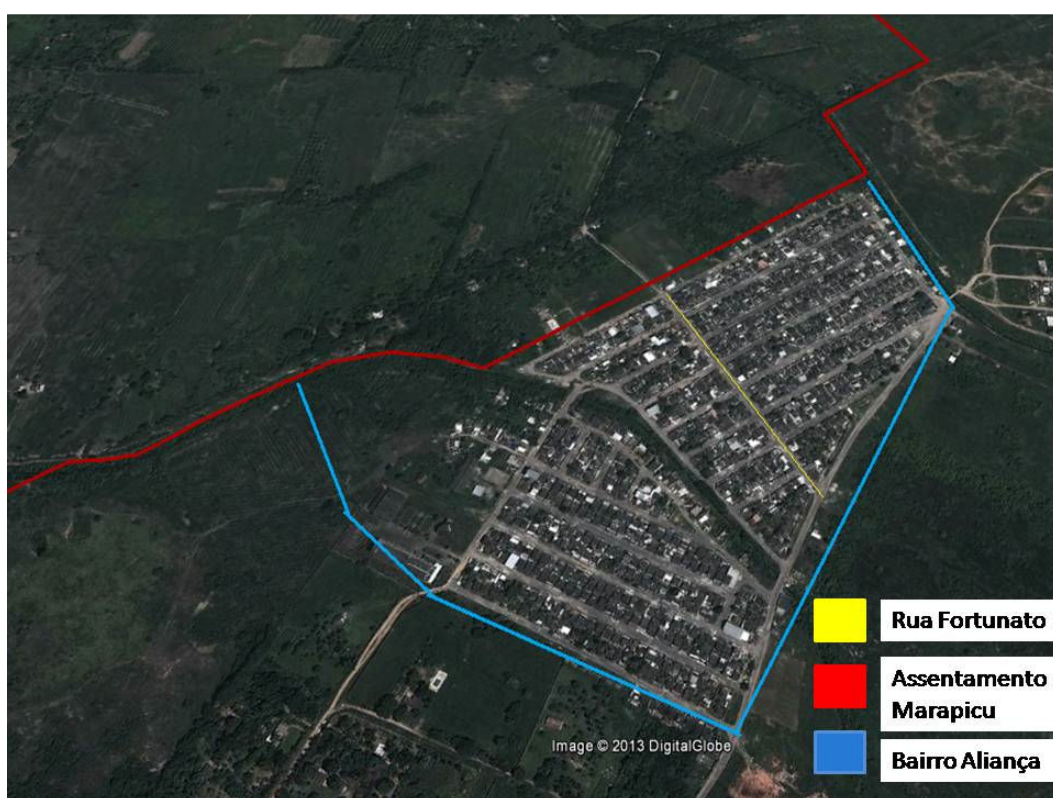
Figura 9
O ENTORNO DO ASSENTAMENTO MARAPICU



Fonte: Google Earth, 2013. Adaptado pelo autor.

A figura 9 demonstra todo o entorno do Assentamento Marapicu, que é composto por uma série de bairros que formam produtos dos loteamentos que marcaram o processo de urbanização da Baixada Fluminense e, principalmente, o Município de Nova Iguaçu. Muitas das famílias do Assentamento moram nos Bairros que o circundam, pois migraram de Marapicu devido a questões referentes aos eventos de violência que afligiram o Assentamento por um período. O principal bairro dentro das dinâmicas de fluxos dos Assentados em seu dia a dia é o Bairro Aliança, que foi um dos primeiros loteamentos dessa localidade a ser feito e ocupado durante os anos de 1980. Este bairro precede o Assentamento.

Figura 10
BAIRRO ALIANÇA



Fonte: GOOGLE EARTH, 2012. ADAPTADO PELO AUTOR.

A Figura 10 apresenta o Bairro Aliança em suas definições e sua principal área de confluência, que é a Rua Fortunato. Ao lado do Bairro, pode-se observar a delimitação da área do

Assentamento Marapicu que, durante o período de ocupação, teve como ponto de chegada o “Aliança”, como sendo a única área possível para se ter acesso e circulação à outras localidades na época e até hoje.

Figura 11
BAIRRO ALIANÇA E ENTRADAS DO ASSENTAMENTO MARAPICU.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2012. ADAPTADO PELO AUTOR.

A Figura 11 é a delimitação do Bairro Aliança e as Principais áreas de acesso ao Assentamento Marapicu.. Ela demonstra todo um conjunto de área de fluxo dos assentados no Bairro e, principalmente, as entradas principais de Marapicu, que são por onde se tem acesso à parte interna do Assentamento e à Rua Fortunato, principal via do Bairro. É nela que se

encontram todo o comércio, boa parte das igrejas e grande parte da comunidade assentada e moradores do Bairro.

Os principais espaços sociais de encontro entre assentados e moradores do Bairro são: a Rua Fortunato, por ser a principal via de circulação, o Posto de Saúde da Família, localizado também na Rua Fortunado, e a Escola Estadual, que está do outro lado do Bairro, na última rua transversal da principal no sentido oeste.

Foto 9
RUA FORTUNATO



Rua Fortunato do Bairro Aliança, Nova Iguaçu, RJ, 2012. Fotografia de V. Tinoco.

Foto 10
POSTO DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO BAIRRO ALIANÇA



Posto de Saúde da Família do bairro Aliança, Nova Iguaçu, RJ, 2013. Fotografia de V. Tinoco.

O posto de saúde do Bairro Aliança foi colocado na antiga casa onde ficava a Associação de Moradores do Bairro, que hoje não existe mais. O Posto foi implantado no início dos anos 1990, junto com a luz e a água em toda região de Cabuçu.

Foto 11
ESCOLA ESTADUAL DO BAIRRO ALIANÇA



Escola Estadual do Bairro Aliança, Nova Iguaçu, RJ, 2013. Fotógrafo, V. Tinoco.

O colégio estadual do Bairro Aliança é a única escola de ensino médio que cobre os bairros dessa localidade. Ela mantém uma parceria com a Associação de Marapicu, concedendo salas para cursos para os agricultores e também auxílio aos alunos nos projetos políticos pedagógicos da escola, como a visita dos alunos ao Assentamento e atuação dos agricultores junto às turmas no combate à dengue na comunidade.

A imagem a seguir, foto 12, mostra a única linha de ônibus que passa pelo Bairro, que recebe o nome do mesmo. Ela vai até o centro de Nova Iguaçu, deixando os passageiros ao lado da linha de trem, passando por toda a região de Cabuçu.

Foto 12
ÔNIBUS BAIRRO ALIANÇA



Única linha de ônibus do Bairro Aliança, Nova Iguaçu, RJ, 2013. Fotografia de V. Tinoco.

Esse é um panorama de toda a organização socioespacial do Bairro Aliança e de alguns de seus principais espaços sociais. Outros pontos foram mapeados; porém, devido à falta de liberação da comunidade para fotografias e por se mostrarem receosos, preferiu-se manter a privacidade da comunidade.

De certa forma, uma caracterização do Bairro é de fundamental importância para se entender os contextos das relações que se configuram com os assentados.

3.2- O Que Se Entende Por Assentamento e Bairro?

Esta unidade tem por objetivo observar as distinções de Bairro e Assentamento no imaginário social dos atores e agentes envolvidos no universo das relações de sociabilidade entre esses dois territórios. Nessa direção, pode-se ressaltar que ambos compõem em nível local uma relação cidade-campo e urbano-rural.

Observando-se sob esse prisma, trata-se de trazer a compreensão de uma relação assimétrica e desigual, mas não sendo dualista, pelo fato de ser um processo de interação, interdependência e mescla dos atores e agentes que constrói essas espacialidades. É, na realidade, uma relação dialética, em que interagem e influenciam-se em suas dinâmicas, cada um mantendo suas particularidades socioespaciais.

Wanderley (2011) desenvolve uma abordagem sobre o rural como ator singular e coletivo. A autora elabora essa categorização de forma a abarcar as diferentes percepções e interesses de distintos atores sociais sobre o mundo rural. Para ela, o rural deixou de ser o espaço da produção e passou a ganhar novos significados, disputas por seus signos, usos e ocupações.

Trazendo essa concepção para o universo dos assentamentos de reforma agrária, é visível essa construção de diferentes percepções de rural. Em sua definição mais técnica, a condição Assentamento é posta como uma:

Criação de Unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete a fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo a organização social e a vida comunitária.(BERGAMAÇO & NORDER,1996, p.7)

Essa é uma definição da dimensão dos assentamentos como unidades produtivas e como uma lógica de reordenamento territorial. Pode configurar também como uma intervenção do Estatal sobre o território como um projeto de desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Trazendo outras dimensões da categoria assentamento, não somente como espaço de realocação de populações para surgimento de espaços produtivos, é a condição também como rural/ruralidade, mas dentro de um universo de recriação de um rural. O surgimento desse rural

através dos assentamentos se daria não somente a partir de uma delimitação como zona rural, mas da constituição de um imaginário social dos atores que fazem parte dele, que são:

grupos heterônomos quanto à origem urbana e rural (além de outras diferenciações) os assentamentos passam, no decorrer da luta pela terra, por diversas experiências que “urbanizam” seus comportamentos. Ao se fixarem, mesmo em unidades, aquele rural que se cria é um rural diferente, marcado pelas experiências de seus participantes. (...) é uma territorialidade criada como rural, mas apresentando-se como um rural com personalidades diversas de “outros rurais”. (RUA, 2002, p.51)

O rural apresentado pelo autor, através dos assentamentos, demonstra uma diversidade de representações de “outros rurais”, ou seja, dentro dos próprios territórios dos assentamentos, há existência de multiterritorialidades, em que se vivenciam diferentes expressões de identidades rurais, diferentes modos de vida rurais, muitas das vezes urbanizados e urbanos. Assim, construídos e descontraídos que se unificam no rural concebido pelo poder público e vivido dentro da unidade territorial do assentamento em que a identidade comum é ser sem-terra, compreendendo que:

O território de um assentamento é constituído por um grupo de pessoas que vivem no mesmo espaço e que lá vivem não por se identificarem, mas porque se engajaram em um movimento cuja identidade comum é ser sem-terra e cujo objetivo comum é a busca da terra (MEDEIROS, 2009, p.219)

Nesse sentido, o diálogo entre Rua (2002) e Medeiros (2009), leva à percepção de uma expressão do rural dentro dos territórios dos assentamentos rurais. Eles se constituem não somente de personalidades diversas, mas um rural concebido e vivido através das representações da luta e da resistência em que cada indivíduo do movimento representa uma expressão de ruralidade e urbanidade que constituem uma identidade coletiva. São produtos de complexas trajetórias de vida desses trabalhadores sem-terra, que se dividem entre o campo e a cidade, insurgindo-se contra suas realidades desiguais na busca pelo acesso a terra e aos direitos à cidade.

Assim, o rural desenvolvido dentro dos assentamentos é um rural de ruptura com as formas históricas de subordinação e opressão, em que é fruto de uma série de práticas e estratégias que imprimem significações ao seu território. Entretanto, “para entender um movimento construído sobre as bases de uma identidade coletiva, temos que entender os lugares

específicos em que se desenvolvem as ações sociais e onde estas identidades estão construídas e articuladas fisicamente.” (OSLENDER, 2002, p.3), compreendendo seus projetos políticos e demandas através das problemáticas de seus territórios e das diferentes estratégias desenvolvidas dentro das dinâmicas de suas diversas realidades socioespaciais.

O Assentamento Marapicu constitui uma expressão do rural concebido pelo poder público (no caso, a prefeitura de Nova Iguaçu), como uma divisão político-administrativa que o caracteriza como uma representação do rural marcado pela resistência na luta pela terra em uma sociedade urbano-metropolitana -- foi considerado dentro do perímetro urbano e retorna para a denominação de rural. Logo, é preciso renascer um rural concebido pelas práticas dos sujeitos que o constroem e, paralelamente, a conquista da terra por aqueles que dela foram excluídos: uma representação de um rural construído pela luta.

Já a definição de bairro também não se prende a uma delimitação político-administrativa da cidade de acordo com os trabalhos de Teixeira e Machado (1986). Para as autoras o conceito de bairro está vinculado a um conjunto de representações referentes a um espaço de pertencimento do indivíduo, que o situa e o diferencia em relação a outros espaços da cidade. Nele, se confere um nome que se dá identidade dentro do espaço urbano.

No entanto, a definição de bairro, em seu sentido geral, é uma construção da cidade onde os moradores que nele habitam se identificam e se sociabilizam, construindo um universo de inter-relações do conjunto público-privado onde se compartilha um estilo de vida em diferentes cotidianidades, em que os moradores se reconhecem como semelhantes, fazendo parte do mesmo lugar. Segundo Almeida (2011), os moradores transformam o bairro em um grande espaço privado através de suas relações, que se tornam públicas somente para os que fazem parte dessa vida privada.

Nas interações entre os moradores do Bairro Aliança e as famílias de Marapicu, compõe-se uma relação pública e privada de acordo com a inserção na vida cotidiana de cada umas dessas espacialidades, mas, dentro da história do Assentamento, o Bairro é um elemento de importância para sobrevivência e resistência na luta pela terra.

O Bairro é um instrumento nas estratégias de luta e resistência pela terra, devido à grande proximidade entre esses dois lugares. Fica claro que o território do que se é concebido como “bairro” é instrumentalizado na luta, pois é através dele que os assentados reivindicam suas demandas e é a partir dele que as famílias assentadas acessam seus direitos à cidade (saúde,

educação, moradia), mesmo que de forma precária, além de o Bairro se configurar como uma localidade para o escoamento da produção e de acesso ao Assentamento.

A relação Bairro-Assentamento expressa-se como um exemplo de relação cidade-campo de proximidade e ao mesmo tempo de distanciamento, pelo fato de as estratégias elaboradas pelas famílias assentadas se ratificarem como rural, mas que vivem a dinâmica do Bairro. Essa proximidade configura as desigualdades socioespaciais em que o campo, no caso o objeto ao qual esta sendo estudado o Assentamento Marapicu, configura-se como a periferia da cidade, em que tais interações entre esses processos constituem estratégias territoriais de trânsito entre o território urbano e o território rural, construindo identidades que se afirmam rural, como forma de conquistar o reconhecimento por parte do poder público. Mas na luta cotidiana vivem no Bairro e trabalham no Assentamento, cujas estratégias surgem a partir do que se concebe como rural pelo poder público, ou melhor, surgem através de compreenderem o que seria o rural instituído pelo Estado.

Dentro desse contexto, há também um conjunto de representações que os diferenciam como limites de suas relações e um universo de privacidade que se constitui entre essas duas espacialidades. Podem ser sinalizados pontos como o fato de a população do Bairro Aliança conhecer como Mutirão e não como Assentamento. Outro ponto que pode ser colocado nessa relação é a forma como os assentados expressam esses limites, o que seria a maneira de delimitação do que entendem como Bairro, que é posto como “Lá fora”. Dada delimitação tem como um sentido de externalidade ao Assentamento, como algo que é fora da dinâmica do território ou do lugar. É uma representação de uma imagem de algo que se encontra presente, mas de maneira distante.

E adentrar em uma relação público-privado do *lugar*, o que é público no dia-dia e privado de seus vínculos, em sua diferenciação frente aos outros lugares aos quais lhe fazem referência e vivência em sua vida cotidiana, sobre as formas como são percebidos Assentamento e Bairro nos imaginários dos atores que vivem, produzem e são produzidos por essas duas espacialidades.

Ao longo dos trabalhos de campo, sempre era perguntado para algum assentado se os moradores do Bairro Aliança o conhecem como “Assentamento”, tendo uma resposta afirmativa. Por outro lado, algumas pessoas do Bairro Aliança que foram perguntadas se conheciam o “Assentamento” sempre respondiam não saber do que se estava falando e nem sabiam dizer se tinha ou não um Assentamento Rural próximo. No entanto, quando se fazia referência como

Mutirão, o termo era logo reconhecido, pois trata-se de um lugar que compõe a história e a vivência cotidiana dos moradores do Bairro. De acordo com um dos assentados entrevistados:

O pessoal do Bairro vê com o meu olho. Eles vê como eu falo pra eles, pelo menos os daqui do meu lado. Alguns acham que isso aqui é só fruta. Mas muita gente do Bairro sabe que isso aqui é Assentamento. Isso aqui é Assentamento Rural, da Agricultura familiar, não é o Mutirão. Um pessoal pergunta como se faz para ter a terra- e eu falo que a gente num pode vender-que eles têm que procurar alguém que quer repassar ou ceder o lote. Mas que primeiro tem que ver na Associação para ver se pode. Para ver se pode fazer com a terra, ver se o INCRA deixa. (ENTREVISTADO D)

Essa é uma posição de um assentado que vivencia as múltiplas realidades de Bairro e Assentamento, como posto no capítulo 2. Dentro dessa afirmação, é compreendido o campo de representação dos atores que vai sendo desenvolvido junto a relações de vizinhança e amizade. O ENTREVISTADO D situa um novo momento da dinâmica territorial de Marapicu, não mais como Mutirão, agora como Assentamento. É uma posição de afirmação de uma identidade concebida dentro do discurso público e do grupo dirigente com o reconhecimento e delimitação do território de forma oficial que, na dinâmica cotidiana, aos poucos vai sendo percebido e reconstruído nos imaginários dos atores sociais. A citação do ENTREVISTADO D está mais relacionada a toda uma rede de sociabilidades de que ele faz parte, tanto do Bairro quanto de outras localidades próximas, ou seja, a todos os atores envolvidos em sua vivência cotidiana de vizinhança, amizade, etc.

Mesmo assim, por mais que os assentados afirmem que os moradores do Bairro saibam que existe um Assentamento Rural, a imagem do Mutirão é o elemento mais presente nas representações simbólicas desses grupos sociais. Isto se dá, pois o Mutirão é a referência na história e na vida cotidiana dessas famílias; ele é um lugar que está próximo ao Bairro e com o qual sempre tiveram um relacionamento de vizinhança.

O mais interessante das visões que se compõem o Mutirão foi a percepção de uma das responsáveis pela escola estadual do Bairro, quando perguntada se conhecia o Assentamento, a entrevistada logo afirmou que não, “o que eu sei é que tem o Mutirão e que assentamento próximo ao Bairro não tem.” Sendo questionada pelo pesquisador, a responsável retrucou seu posicionamento e ratificou a fala: “Olha, eu conheço isso tudo aqui. E não sei de Assentamento nenhum por essas bandas!”

No entanto, o mais importante nessa conversa foi como a entrevistada trouxe uma definição do Mutirão, como: “um lugar de agricultores e que já moram ali por perto há muito tempo”, expondo um entendimento desse lugar como um espaço produtivo, um meio rural onde os trabalhadores do campo moram e trabalham. Fica clara, assim, a condição de relação com a terra e o modo de vida da população vizinha conhecida como Mutirão de Marapicu.

Um aspecto que se destacou em muitas dessas conversas e entrevistas foi a forma como os entrevistados percebiam o “Mutirão” (Assentamento), como algo distante, que faz parte do dia a dia do Bairro, mas que não tem influência dentro dessa vida privada de modo significativo. Por mais que algumas figuras como o ENTREVISTADO D tenha uma importância na história do Bairro, visto como um dos antigos, pelo fato de ser um dos primeiros a ir morar no Barro, o Assentamento é um espaço periférico, onde o Mutirão, a partir do observado nas conversas com os moradores do Bairro, foi sempre posto como uma área vizinha, próxima, com a qual se tem um bom convívio.

A condição de uma representação de Marapicu como um espaço periférico no imaginário dos moradores do Bairro também pode ser expressa como um lugar escuro, como um lugar que se dá medo à noite pelo fato de não haver luz. A fala de um dos entrevistados revela esse medo, como pode ser observado em: “Isso aqui à noite fica um deserto total. Lá no Bairro, eles morrem de medo disso aqui à noite. Eles dizem que isso aqui é perigoso. Mas perigoso é lá!” (ENTREVISTADA B).

Nessa fala, é possível identificar o medo que se configura em torno do Assentamento como um espaço escuro, fora das “luzes da cidade”, como uma área em que não é viável se andar durante à noite por causa da falta de iluminação. Por outro lado, a fala traz uma concepção do Bairro sob a visão de um dos Assentados, que seria o medo que se tem da violência que marcou, como eles denominam, o Aliança. O Bairro Aliança sempre, na dinâmica da cidade, foi conhecido, ou mal falado, como um Bairro violento. Foi recorrente, em todas as entrevistas, a imagem de violência que marca o Bairro Aliança, retratado como um lugar de criminalidade, onde ocorreram muitas tragédias.

Essa imagem está atrelada a todo um contexto da periferia que, em sua maior parte, é marcada por históricos de violência e segregação que afetam tanto Bairro quanto Assentamento em suas interações dialéticas. Essas interações produzem um conjunto de representações sob cada

um desses territórios e suas diferentes dinâmicas. Eles são percebidos de diferentes formas e concepções que se atrelam a seus laços de vizinhança.

Cada um desses atores constrói um conjunto de representações do espaço, tendo como partida as construções societárias que carregam em suas histórias e, ainda, os laços que foram construídos dentro da dinâmica do lugar. Todo esse imaginário vai surgindo através dos limites que são os espaços sociais de encontro e surgimento desses símbolos que compõem as imagens, feitas pelos atores sociais que fazem parte dessas espacialidades. Eles estão em constante processo de produção, reprodução e sendo produzidos por essas relações socioespaciais.

3.3. As Relações de Sociabilidade entre “Assentamento” e “Bairro”.

Esta unidade tem como objetivo entender as relações de sociabilidade que se constituem entre os moradores do Bairro e do Assentamento e as multiterritorialidades que configuram as identidades dos assentados, dentro do jogo social das realidades cotidianas dos atores envolvidos. Em um jogo de reconhecimento, conflitos e diferentes formas de sociabilidades, que se expressam entre as interações desses territórios.

A história dessa relação entre Bairro Aliança e Assentamento Marapicu sempre foi posta como “pacífica”, havendo ocorrência de alguns fatos, no sentido de violência, que afetaram os assentados dentro de todo um histórico de convívio com a área urbana. Os fatos que foram marcados como de violência estão relacionados a um processo mais amplo de segregação socioespacial e reterritorialização de grupos marginais fugidos da cidade do Rio de Janeiro. Esses grupos assumiram uma postura de abuso e exploração sob as pessoas que ali moravam e ainda moram. Isso será desenvolvido ao longo deste capítulo.

No período da ocupação de Marapicu, o Bairro encontrava-se totalmente sem infraestruturas básicas; muitas das casas não tinham muros e muitas outras casas haviam sido invadidas por moradores de diferentes localidades da Baixada Fluminense. Em umas das entrevistas feitas durante o campo, um dos hoje assentados, morador do Bairro desde o “início”, relata que, quando ocorreu a ocupação da Fazenda Adutora, a população não sabia o que estava acontecendo:

O Bairro quando eu cheguei ele era novo. Quando eu cheguei não tinha água, luz, etc. Quando chegou a luz caía sempre. Eu sou do Bairro do lado do Mutirão. Eu vi um monte de gente de enxadão e Picareta. Aí eu falei: “Mulher, vamos embora que o exército chegou!” (ENTREVISTADO C)

A fala faz alusão ao primeiro momento da ocupação da Fazenda que hoje é o Assentamento. A representação da ocupação e o desconhecimento do que estava acontecendo naquele momento de ocupação e as condições estruturais do Bairro ficam bem expressas. Muitos dos moradores não tinham conhecimento do que estava acontecendo naquela época. Porém, havia outros moradores que tinham alguma noção do que estava ocorrendo, pelo fato de terem amigos, parentes e conhecidos que estavam em Campo Alegre. No entanto, muitos entendiam tratar-se de algo relacionado ao boato que se espalhava de que “O Brizola estava dando terra.”, estando referente a um contexto de conflitos, abertura política e emergência nos anos de 1980 dos movimentos sociais brasileiros e suas demandas.

A história de relação entre os atores sociais desses territórios começa de forma um pouco turbulenta, por assim dizer. O primeiro incidente ocorrido foi o roubo dos Mourões da fazenda, que estavam sendo usados para dividir os sítios. “O pessoal do Bairro começou a roubar os Mourões do Mutirão.” (ENTREVISTADO D)

Já uma das lideranças na época da ocupação apresenta a reação do Mutirão frente essa ação dos moradores do Bairro:

No início nós tivemos um pequeno problema, porque a fazenda era toda cercada com Mourões de Braúna. E aqui o pessoal não tinha organizado as casas, era tudo sem muro. Então, quando eles viram a ocupação começaram a roubar os Mourões. Aí nós juntamos um grupo e fomos aqui (Bairro) pegar de volta os Mourões. Dava para saber, porque os Mourões eram todos marcados. E onde a gente encontrava e tirava. Aí a gente dizia: “Nós viemos tirar os nossos Mourões.” Não houve muitos conflitos, com o tempo o pessoal foi se integrando, até no início nós fizemos feira em algumas ruas. (LIDERANÇA DO ASSENTAMENTO.)

Esse foi um dos primeiros movimentos de sociabilidade entre os dois grupos vizinhos. Como a própria liderança fala, com o tempo, as pessoas foram se integrando em seus cotidianos e formando seus laços de sociabilidade. O ENTREVISTADO C conta em suas falas desse processo de aproximação e construção de laços que foram surgindo entre o pessoal do Mutirão e o do Aliança através de sua inserção junto ao Mutirão:

Eu vi o pessoal do Mutirão e comecei a falar com eles. Pedia Bambu para as pipas que eu fazia para vender e perguntava se eu podia trabalhar no roçado como diarista para eles. Virei amigo deles. Como eu era amigo e trabalhava no Mutirão, eu via o pessoal do Bairro mexendo lá, eu falava pra num entrar nos lotes. Eu via com fruta e perguntavam onde arrumou.

A fala do Entrevistado C é emblemática do surgimento da sociabilidade entre moradores do Bairro e as famílias do Mutirão, atuando como um morador do Bairro e também sendo amigo das pessoas do Mutirão. Com o tempo, ele vai mostrando que foi surgindo um conjunto de relações próximas entre os atores desses dois territórios, que podem ser apresentados de acordo com as relações de trabalho, trocas recíprocas (no caso do bambu para pipa) e, principalmente, a questão da vizinhança e cuidado com as questões do Mutirão, mesmo não sendo de lá. Isso mostra o surgimento de um laço de cuidado, um laço de pertencimento e sentimentos junto ao Mutirão.

Com o passar dos anos, há ampliação dos laços entre esses grupos sociais nas diferentes conjunturas históricas que marcaram os mesmos. Foram sendo construídos hábitos dos moradores do Bairro para com o Mutirão. O que se pode ver, não somente na fala do Entrevistado C, mas também das lideranças e de outros entrevistados, que são os outros interesses que foram surgindo de acordo com o tempo e formas de ações que os “urbanos”, como dito por uma das lideranças, praticaram e praticam na comunidade do Assentamento.

Essas formas de ações podem ser descritas no sentido de o Assentamento ser uma área de escape do Bairro, a intensa presença dos “passarinheiros” que são figuras frequentes nos lotes, de maneira consentida por alguns assentados e tratada como abusiva por outros. Isto se dá, pois muitos desses passarinheiros entram sem permissão para capturar pássaros, roubam, estragam a produção (pisando, montando armadilhas etc.). Com isso, gera-se, de certa forma, um conflito no cotidiano e nas relações de cada uma das áreas, como pode ser observado a seguir:

Às vezes eu vejo uma rapaziada e alguns passarinheiros vêm para ver aqui o que tem. Eu sei que eles fazem e eu falo: “aqui não, aqui é minha área.” Muitos me veem no Bairro e nem falam comigo, já sabem que eu num gosto deles e que eu sei qual é a deles. (ENTREVISTADO R)

A expressão do distanciamento e os hábitos construídos por uma parcela da população do Bairro, como mexer na lavoura, por diferentes motivos, da caça de pássaros, são um conjunto de

fatores que afetam o convívio e criam uma série de conflitos e delimitações que vão sendo impostas no dia a dia desses atores.

Além do problema dos passarinhos, uma condição que pode gerar, por assim dizer, mal estar na convivência de Moradores do Bairro e Assentados ocorre na época da fruta, período de chuvas que é também momento de colheita das árvores frutíferas dos lotes. Muitas das famílias mantêm as árvores frutíferas em seus lotes não com o objetivo de venda, mas como parte de suas hortas, como complementação de sua alimentação. Nesse período, há, de acordo com os entrevistados, maior incidência das desavenças entre os moradores do Bairro e as famílias assentadas. Segundo uma entrevistada, “na época das frutas é um inferno. Eles vêm tudo aqui pedir. Todo mundo aqui pedindo, mas o que me aborrece é quando não é época da fruta eles passam por mim e nem falam comigo.” (ENTREVISTADA B)

As tensões ganham outros contornos, que vão além da questão de atingir as lavouras, mas o ponto de não ter uma reciprocidade entre assentados e moradores do Bairro, ou melhor dizendo, não há consideração e muito menos um reconhecimento por parte daqueles que são beneficiados com a “fruta”. A condição da consideração, a expressão de sorrisos, cumprimentos entre os mesmos pode demonstrar os laços e o respeito entre os pares. O fato de não cumprimentar e virar o rosto, na visão da ENTREVISTADA B, apresenta-se como um ato de tensão, que leva a uma dissociação entre os atores.

As colocações dos Entrevistados acima sempre vão de encontro a diferentes atos de tensões que podem ser consideradas também como conflitos dentro do universo de interações desses atores sociais frente aos seus vizinhos. Birnbaun (1995) observa, através da proposta analítica de Simmel, os conflitos, como uma das formas de construção de laços entre os indivíduos, na qual o conflito opõe e reúne os indivíduos simultaneamente. Essa dualidade entre conflito e reunião entre os indivíduos é, de certa forma, íntima, pois se dá através de seus sentimentos, que levam à dissociação das relações de convivência para relações de ódio, inveja, desagrado. Dada observação entende que o conflito pode quebrar os laços de sociabilidade entre os atores sociais envolvidos. No entanto, ele forma outras expressões de laços desses atores que estão baseadas no conflito entre os mesmos. Desse modo, as tensões podem ser postas como elementos geradores de laços, ainda que se trate de uma ação de quebra de outras formas de sociabilidade.

O roubo encaixa-se na condição de conflito na vida cotidiana dos assentados, sendo algo comum nas relações de Marapicu. É recorrente ouvir deles que “a gente planta, mas sabendo que tem que deixar a parte do ladrão.” Muitas das vezes, trata-se de pequenos furtos que ocorrem nas lavouras, que podem ser de moradores do Bairro e dos próprios Assentados. Nas diferentes histórias contadas sobre roubos no Assentamento, algumas chamaram bastante a atenção. Principalmente o posicionamento sobre determinadas questões que vêm das circunstâncias do furto, que podem ser vistas, primeiramente, em uma das histórias do ENTREVISTADO C, que conta um fato que trata da interação entre Bairro e Assentamento:

Ano passado, eles começaram a roubar muito de mim. Eu descobri que o ladrão do aipim era do Mutirão. Isso eu descobri quando eu fui perguntar para rapaziada do Bairro, mas num sabiam dizer quem era. Aí eu descobri quem era do Mutirão quando um amigo meu do Bairro me perguntou se alguém andou mexendo no meu aipim. O meu amigo ficou sabendo que andaram me roubando e veio falar comigo. Porque aí ele me contou que suspeitou de um cara do Mutirão que trocou com ele um celular por 30 caixas de aipim. O meu amigo juntou as coisas quando o cara do Mutirão disse para ele que num tinha essa produção toda, mas que dava um jeito. Imagina só que esse cara era de um lote próximo do meu e quem me contou é o meu vizinho ao lado da minha rua.

A história por si só já traz todo um conjunto de tramas de laços de vizinhança que compõem os conflitos entre os assentados e as relações de convivência com a área urbana, no qual o roubo é do próprio vizinho de lote, mas, em sua maioria, eles são feitos por alguns assentados. O que fica perceptível é a importância dos laços e da fofoca para demonstrar a interação entre esses dois territórios, que se mesclam e contrapõem. O ato de furtar veio de dentro do Assentamento e a descoberta veio de fora, no caso do Bairro. Esse conhecimento e vivências dos atores demonstram, também, outras expressões da relação humana que podem ser percebidas no convívio cotidiano desses atores sociais. A vizinhança, como situado acima, é uma das formas mais íntimas de sociabilidade, em que há um conhecimento da vida do outro, mesmo que não seja de maneira direta.

Há determinados casos de roubo que ganham um significado diferente: continuam sendo furtos, mas encaixam-se em um sentido de permissão, por saber das condições do outro, como observado na fala do entrevistado: “Às vezes eu deixo que roube, porque eu sei que passa fome ou come muito mal.” (ENTREVISTADO D). Essa permissão, ou saber do roubo e deixá-lo ocorrer, não por medo, mas por conhecer a condição do outro, passa por caminhos que se cruzam com a ética e, principalmente, a solidariedade. A afirmativa do Entrevistado D traz uma série de

representações da convivência com o urbano e de ser ao mesmo tempo parte desse lugar. São casos específicos em que essa “permissividade” em relação ao roubo acontece junto aos assentados, mas é uma condição que se apresenta dentro de um universo de laços de vizinhança e solidariedade que só podem ser concebidos quando há um conhecimento da realidade do outro.

O roubo é um elemento de conflito dentro do dia a dia, mas também pode ser uma ação de desespero frente às condições de segregação e desigualdade socioespaciais às quais as famílias assentadas e moradores do Bairro estão inseridos e onde a luta é cada vez mais pela sobrevivência. Por outro lado, o roubo não deixa de ser um fator imoral e antiético, pois se constitui como um furto direto e prejuízo ao furtado. No universo de relações, pelo menos no estudado na presente pesquisa, ele é uma questão ambígua e multiterritorial, quando visto pelo ângulo de dois atores que mantêm laços de pertencimento e sentimento com os dois lugares.

O Entrevistado C, assim como o Entrevistado D, é morador antigo do Bairro Aliança. Ambos acompanharam de perto todo o processo de formação do Mutirão e, principalmente, as transformações do Bairro, pois ambos já moravam lá antes da ocupação. Como citado no capítulo 1, o Bairro é fundado anos antes da ocupação de Marapicu; ele é datado do início dos anos de 1980. O que se define hoje como Assentamento é de 1985. Assim, pode ser posto que as invasões dos posseiros no Bairro Aliança marcaram o período de fundação do Bairro.

O fato é que esses dois entrevistados vivem uma condição múltipla dentro dos laços de sociabilidade entre os dois territórios, pois moram no Bairro e têm lote no Assentamento, mantendo uma vida muito ativa nos dois lugares. Em muitos momentos, identidades sociais de assentado e morador do Bairro se digladiam e, a partir disso, os conflitos e tensões que vêm à tona e entram em choque com uma série de hábitos e interações entre os assentados e o “urbano”, que são explicitadas nas relações entre os próprios assentados.

Tem um problema que eu num gosto de falar, porque eles acham que eu quero mandar aqui dentro e lá fora. Claro que isso só chega ao meu ouvido por terceiros. A água que muitos usam no Assentamento vem de gatilho. Mas esse gatilho acaba com a água de algumas casas do Bairro. E fora que gato de água é roubo. A luta pela água e luz no Bairro deu muito trabalho. Lá fora (Bairro) a gente paga água e aqui dentro é gato. Aquela água que ali fora lutou indo pra reunião, falando com político, onde a gente tinha que controlar a água, era difícil. Aí hoje que conseguiu água pras casas tem que pagar a mais por causa deles que fazem gatilhos!(ENTREVISTADO D)

O relato traz consigo uma série de elementos que constroem as interações socioespaciais tanto internas ao Assentamento quanto ao Bairro, pelo fato de elucidar a condição do roubo em suas múltiplas dimensões e consequências aos territórios. O conflito é vivido na relação interna do Assentamento justamente porque um dos atores envolvidos mora no Bairro e assume essa problemática do gatilho de água como ilícita e, mais ainda, motivada por prejudicar algumas casas que estão próximas ao Assentamento. Outro ponto, desenvolvido no capítulo 2, é a questão da falta de infraestrutura no Assentamento e os graves problemas ambientais que o cerca, como os rios poluídos, em que o lençol freático também se encontra poluído, a falta de equipamentos para montagens de poços mais profundos e a necessidade de grande quantidade de água que a agricultura exige.

A questão trazida pelo Entrevistado D é um condicionante para entendimento das interações entre os dois lugares, pois carrega a história de luta do Bairro junto às necessidades básicas, a conquista do direito à cidade com a chegada da luz, água e asfalto e, ao mesmo tempo, o prejuízo tomado por algumas famílias tanto na conta de água quanto no sentido de ficar sem ela, motivados pelo roubo por meio de ligações clandestinas de algumas famílias do Assentamento.

Defender o Bairro frente ao Assentamento constrói tensões internas entre os assentados, mas essas tensões demonstram a proximidade e a distância no imaginário simbólico dos atores dos dois territórios, ocasionado por um jogo de interesses e necessidade e, principalmente, a construção de uma mescla de antagonismos, a dependência infra-estrutural do Assentamento para com o Bairro. Essa dependência está diretamente relacionada às questões ligadas ao direito à cidade e ao direito ao uso de todo o parque urbano, que, mesmo em condições precárias, está no Bairro.

Fica claro que essa trama de relações multiterritoriais, que vão além das fronteiras do político-administrativo, são limites simbólicos que promovem convergências e divergências produzidas por um jogo de relações de sociabilidade entre os diversos atores envolvidos tanto de Bairro quanto de Assentamento, e o entorno de maneira geral.

Em suma, a unidade trabalhou a condição da sociabilidade tendo por base os conflitos e tensões tanto de Assentamentos com moradores do Bairro quanto com os assentados, pelo fato de o conflito ser algo latente nas interações e nas histórias dos entrevistados. Mesmo assim, é necessário ratificar que há um convívio pacífico entre esses atores em sua vivência cotidiana, que

são tensionadas por uma série de impasses construídos no processo de interação desses atores sociais no decorrer da história e das temporalidades de cada um desses lugares.

3.4- Tão Próximos, Mas, ao Mesmo Tempo, Tão Distantes.

Nesta seção, pretende-se compreender as formas de diferenciação dos assentados frente ao Bairro em suas práticas e na construção do fortalecimento das relações internas. Dada diferenciação, não somente, na condição de trabalho e uso do solo, mas estando ligada ao processo de afirmação da identidade de assentados.

A diferenciação de indivíduo frente ao outro é uma questão de polarização e afirmação de uma identidade social, que no caso estudado em um primeiro momento seria de sem-terra e agora como assentados, mas sempre posta como os do Bairro e do Mutirão. Por mais que vivam o mesmo contexto socioespacial, muitas das famílias do Assentamento morem na área urbana, as diferenciações começam na delimitação urbano-rural por parte dos assentados. A distinção dos assentados começa logo quando se situam como rurais que vivem próximos a uma área urbana, de maneira a ratificar uma ruralidade no espaço metropolitano, com o objetivo de reconhecimento de seu território e sua inserção em programas voltados para as políticas de agricultura nas diferentes esferas governamentais.

A questão da diferenciação é muito mais complexa dentro do conjunto de relações que se construiu entre assentados e moradores do Bairro. Muitas das identidades confundem-se de acordo, também, com o posicionamento dos atores segundo os seus interesses, como pôde ser visto na unidade anterior. Por outro lado, na abordagem de outras unidades deste capítulo, há uma construção de diferenciação entre o Bairro e o Assentamento, conhecido como Mutirão, em que tais diferenciações são produzidas pelas interações sociais entre esses atores, que promovem a emergência de um imaginário social dos mesmos sobre o que é o Mutirão e como é a vivência no seu dia a dia. Pode-se apoiar pelos exemplos como um lugar escuro, lugar da “fruta”, o espaço de escape e as diversas formas de percepção dos moradores do Bairro sob os seus vizinhos “rurais”.

Já as lideranças do Assentamento abordam o Bairro e muitos dos assentados como “lá fora”, “os urbanos”. São colocações que diferenciam e situam como concebem suas visões do Bairro. Podendo ser o mesmo, para eles, o lugar das compras, um espaço da comercialização e da vivência diária (caso morem lá ou estejam de passagem), ou nas localidades ao redor. O Bairro

Aliança é, obrigatoriamente, o lugar de passagem para os assentados, o mesmo não sendo o Assentamento para os moradores do Bairro. Todos os encontros e relações se dão de forma pública no espaço da rua, mais especificamente na Rua Fortunato (Fotos 9 e 10), onde estão localizados a entrada principal do Assentamento e o ponto de ônibus, as mercearias etc.

A distinção entre esses dois lugares desenvolve-se na inserção das esferas públicas dentro dos projetos de desenvolvimento local implantados pelos órgãos competentes, mas a primeira diferenciação que vai se estruturar nessa relação pode ser vista através das inserções das famílias do Assentamento no Posto de Saúde, que é de uma forma diferenciada.

O Posto de Saúde do Bairro Aliança é voltado para linha de política pública de Saúde da Família, que é feito por uma metodologia de trabalho voltada para particularidade de cada território de sua responsabilidade. As famílias assentadas se inserem no Posto via credenciamento da Associação Mutirão de Marapicu, justamente pela representação e apontamentos dessa particularidade de serem trabalhadores rurais e terem uma via de representação política. De certa maneira, é complicado dizer se os assentados ganham algum privilégio direto com essa inserção. Pode haver alguma facilidade, mas de acordo com o que foi pesquisado junto ao posto, não há muitas mudanças no acompanhamento das famílias rurais para as urbanas, pelo menos no tangente à localidade. No entanto, pode ser visto que há certa facilidade na marcação de consultas, pois todas são enviadas por uma lista de requerimento da Associação, em que há um dia específico de atendimento para eles. Com isso, não é necessário esperar no posto para fazer a marcação. Muitas famílias que não moram no Assentamento e nem no Bairro são atendidas no Posto de Saúde da Família do Aliança, pois muitos dos bairros onde as famílias do Assentamento moram não há postos de saúde. A partir dessa possibilidade, eles recebem encaminhamentos médicos para tratamento em outros hospitais ou no próprio PSF do Bairro.

Outra questão que pode ser apresentada como uma dissociação junto ao Bairro é referente ao FITOCAM. Como foi apresentado no Capítulo 2, os Fitoterápicos de Marapicu é um grupo fechado entre os próprios assentados, podendo ter participação de visitantes que sejam convidados de instituição e uma vez ou outra do Bairro. Essa delimitação se deu através dos debates internos da própria organização do projeto e que foi posta para votação. As lideranças explicam os motivos pelos quais preferem que os “urbanos” não participem desses cursos, no sentido de que:

Fazer visita eu até acho saudável. Eu num concordo é que você pegue pessoas daqui de fora e inclua dentro de um projeto da área rural. Isso eu acho que não é bom. Porque primeiro nos temos um pessoal do Bairro, daqui do Aliança, que mesmo que diga que fulano é gente boa, sempre tem um probleminha que algum conhecido vai mexer no sítio. São coisas distintas, por exemplo, se a gente faz um projeto de agrofloresta e aí eu vou e incluo uma pessoa daqui, mas os projetos dos sítios são individuais. Você num acha que é um pouco fora de sintonia, se ainda existisse os espaços coletivos seria saudável, mas assim individual é complicado. Porque quando a gente faz um projeto, quem patrocina não vai querer financiar coisas de fora. Para você ter alguém aqui dentro, nesses projetos, no mínimo, ele tem que estar ligado a alguma instituição. Como é que a gente vai justificar um urbano em um projeto, se ele não é vinculado à instituição nenhuma. Não pode ser associado da Associação Rural, não é ligado à Articulação. Num tem como você garantir essa pessoa nos projetos. Você fazer essa interação, pode ter o urbano tranquilamente numa palestra, mas atuando dentro do projeto é complicado. Aqui do Bairro nós temos é visita da escola com os projetos pedagógicos deles, para trabalhar coisas sobre o campo, problemas da saúde e outras coisas, mas a escola vem com objetivo e representação.

Duas problemáticas se apresentam nessa afirmativa, a primeira seria aquela relacionada às relações com os moradores do Bairro, onde há um conjunto de hábitos, já citados, que desagregam e promovem tensões entre assentados e os urbanos. Esses hábitos que são comuns dos atores do Bairro vão dando limites às relações de interações dos assentados com os mesmos. Já o segundo ponto é a questão da falta de representação política do “urbano”. Ainda que haja atores interessados em participar dos projetos, eles não poderiam, de acordo com a liderança, pelo fato de não estarem representados por alguma instituição, principalmente, que atua nas demandas voltadas para agricultura “urbana” ou outras redes de produtores.

O outro, o urbano ou os Moradores do Bairro, é visto como fora dos padrões das organizações sociais, das exigências dos projetos e sem representação institucional. Essa, segundo Rinouer (2000), é uma abordagem de exclusão do outro, motivada por todo um processo histórico de relações sociais marcadas por violações de condutas que mudaram a sociabilidade desses indivíduos para movimentos mais cautelosos. É uma maneira de também desenvolver uma forma de proteção da identidade coletiva, pois quase tudo que é de fora pode atrapalhar o processo de organização interno.

Esta é uma perspectiva bem forte em Marapicu, justamente devido à falta de mobilização por parte das famílias. É bastante comum não participarem das reuniões, sempre prezando pela iniciativa individual. E, hoje, com uma estrutura básica consolidada, é necessário preservá-la para que não se perca, como aconteceu ao longo de sua história. O medo da perda dessa unidade básica que se construiu e dirigiu as demandas e os projetos vigentes levam a uma série de ações

que excluem o outro, no caso, os moradores do Bairro. O FITOCAM, o curso de FLORESTA e APICULTORES são importantes momentos de encontro, por ratificarem e ampliarem os laços internos entre os assentados de maneira geral. Eles intensificam o convívio desses atores, não somente na dinâmica da vizinhança ou da vivência política, mas também da construção unitária no sentido de uma identidade comum que atualmente não é ser mais sem-terra, mas de assentado de reforma agrária, agricultor familiar e agroecológico.

Além disso, o outro pode ser negado ou excluído da dinâmica política do Assentamento e continua presente, por mais que os atores se distanciem em suas práticas, interesses e relações em determinados momentos, o outro, o Morador do Bairro, continua presente nesse universo de relações internas do território de Marapicu. Isto se dá devido ao fato de que há moradores do Bairro que possuem lotes do Mutirão, justamente como os casos expressos pelo Entrevistado D, de questionamento do gatinho de água e trazendo todo o histórico da luta do Bairro pelo direito à cidade.

Dado panorama traz um ângulo diferente, que é a fragilidade da identidade, mesmo que no plano individual frente ao coletivo, onde as demandas do Bairro e seus conflitos são levados para o interior do Assentamento. Essa interiorização, ampliando os laços de sociabilidade e, por mais que as tensões dentre eles levem a formas de exclusão de suas dinâmicas internas, o Bairro estará internalizado no universo simbólico e identitário de Marapicu.

No entanto, esses dois territórios são próximos, mas tentam se apresentar como distantes um do outro, ao convocarem a dinâmica da dialética como forma de reciprocidade e confrontos de uns com os outros.

3.5. Os Assentados e os “Ditos donos da área”

A violência é uma das marcas da história dos assentados e dos moradores do Bairro ao longo de toda a sua convivência, não havendo como diferenciar os abusos e explorações que os atores sociais desses territórios viram sob as ações das marginalidades que ali se instalaram nos anos de 1990 até início de 2000, quando inúmeros casos de roubos, assassinatos, desaparecimento de pessoas e outras barbaridades foram sendo realizadas, principalmente no Assentamento.

Houve seguidos casos de roubos com espancamento das vítimas no Assentamento Marapicu, o que fez com que grande parte das famílias que ali moravam saíssem para outras localidades, como os bairros ao redor, ou abandonassem os seus lotes. Tudo isso aconteceu no momento de chegada de um grupo de marginais fugidos da cidade do Rio de Janeiro, que se instalaram no Bairro e em outras áreas da Baixada e assumiram o controle territorial de determinados lugares dessa região. Foram ocorrendo inúmeros casos de roubos nos lotes ocasionados pelo que os entrevistados puseram da seguinte forma: “Eles achavam que o pessoal daqui tinha dinheiro, só porque tinha um pedaço de terra. Eles vinham, pegavam o gado ou os animais tipo porco para fazer churrasco, achavam que isso aqui era diversão.”. Com os diversos incidentes de violência acontecendo tanto no Bairro quanto no Assentamento, as incursões da polícia nessa localidade eram frequentes.

Tal frequência dos confrontos da polícia com os “Ditos donos da área”, termo cunhado pelos entrevistados, acarretavam tiroteios no Bairro e que chegavam a Marapicu, tendo ocorrido situações de balas perdidas, relato fornecido pela Entrevistada B: “Um dos assentados foi acertado por uma bala perdida. Foi uma bala de um tiroteio que teve entre os policiais e bandidos dentro do Bairro e que veio aqui pra dentro.”

O conflito direto não se limita ao território do Bairro, afetando toda a dinâmica territorial do Assentamento. Os seguidos acontecimentos de roubos, por sua vez seguidos de agressão, faziam com que as lideranças de Marapicu chamassem a polícia com frequência tanto para socorrer quanto para segurança das famílias do Mutirão. Essas recorrentes chamadas das forças policiais afetavam diretamente a ordem estabelecida pelos “Ditos donos da área”, que começaram a promover ameaças às lideranças e também com interesses de se apropriarem de alguns lotes do Assentamento.

O caso mais grave de ameaça e também de mudança de paradigma frente a essas forças pode ser visto pelo relato de um dos entrevistados que sofreu com as ameaças desses grupos que se estabeleceram no Bairro:

Me mandaram um aviso, que eu tinha que sair daqui. Uma pessoa veio falar comigo, ela falou: “Mandaram você sair daqui agora! Vim aqui para tirar você daqui, porque senão você vai morrer!” Olha, eu tinha acabado de chegar, fiz uma trouxa de roupa e saí logo, com o pé todo sujo de lama. Peguei o ônibus para Nova Iguaçu e de lá peguei outro para casa da minha irmã. Cheguei lá toda descabelada, sem falar nada. Fiquei lá terça, quarta e quinta, sem falar nada. Aí eu saí com os meus sobrinhos para passear e encontrei um senhor, que me disse:

“Olha, o Senhor mandou te dizer que ninguém te vê, volta para tua casa!” Aí no sábado minha sobrinha me chamou para ir na igreja e fiquei pensando se voltava ou não. O pastor falou do salmo Isaías 33 e que me deu coragem para voltar. Nisso, a EMATER já tinha arrumado um lugar pra mim ficar, enquanto a poeira num baixasse. Mas nem fui, voltei logo para Nova Iguaçu. Primeiro fui para igreja Matriz, aí lá eu conversei com o pastor e contei tudo que aconteceu. Depois voltei para minha casa. Depois que eu voltei, fiquei desesperada com toda essa violência comigo e com o povo daqui (Assentamento). Eu tomei uma decisão, que o pessoal daqui falou que era coisa de maluco, que foi marcar uma reunião com o Bandido dito dono da área. Mandeí um recado para ele, confirmou, e aí marcou num sábado na sede da associação, ele não veio. Ele tinha uma namorada que morava na minha rua e eu sabia que horas ele saía da casa dela. Então, no outro dia, às 6 da manhã eu fui lá para a porta dela. Quando ele abriu o portão, deu de cara comigo. Perguntei logo para ele: “Por que você num foi na reunião lá no Mutirão?” Aí ele respondeu: “Não, acabou não dando para ir. Mas, depois eu conversei com a senhora”. No dia seguinte, mataram ele. Eu nem sabia que o cidadão tinha matado uns bandidos rivais e ainda estava devendo um arrego para a polícia. Daí as coisas melhoraram, diminuíram muito os assaltos aqui dentro. Quero que fique claro que eu num fui acordar nada com ele, eu fui conversar com ele, para parar com toda essa violência que estava acontecendo aqui dentro. Mesmo assim, eu passei um tempão sem andar nas ruas que eles ficavam, andando por outros lugares para eles não me ver. (Entrevistada M)

Sem adentrar no universo lúdico religioso da entrevistada, a questão maior colocada é a forma de poder e a questão do enfrentamento que se posicionam frente a dadas circunstâncias às quais estão inseridos os assentados em seu dia a dia. A violência é vista como algo comum ao cotidiano da estrutura das periferias urbanas, a ação de conversar com o “Dito dono da área” quebrando toda a imposição desses grupos e abordando o convívio entre os mesmo nas mínimas condições de respeito e limites de atuação.

Isso se configura como uma quebra total da hegemonia do grupo que se estabeleceu nessa localidade, mas não sendo um acordo, mas um diálogo entre opostos para que pudessem ter um convívio. No entanto, estabeleceu-se essa relação com o “dono da área”, pois ele foi executado por todo o sistema de relações que se estabelecem na trama de arranjos que a violência traz consigo.

Nessa unidade, volta-se para apresentar a condição social que integra Bairro e Assentamento, em que há convivência, pelo menos em uma determinada época, com a subordinação à violência em seu sentido mais explícito de domínio de grupos marginais que tomaram conta desses territórios. Isto mostra que, por mais esses atores se diferenciem e se

aproximem dentro de suas vidas cotidianas, a questão social é o elemento chave para que haja uma integração, uma complementação no conjunto das realidades.

O que esse capítulo tentou trazer é o contínuo diálogo entre lugares que se diferenciam pelo uso e ocupam e que se encontram na proximidade física e dentro de todo um contexto social que os afligem em diferentes dimensões de suas existências enquanto campo e cidade, urbano e rural. Eles são parte da mesma realidade segregada da periferia metropolitana, produto do avanço do desenvolvimento capitalista e sua reprodução no espaço desigual e contraditório levando à constituição não de uma dualidade entre essas duas dimensões, mas da mescla, em que cada um mantendo suas particularidades e que surgem limites que são lugares de diálogo, convergência e divergências entre eles (Menezes, 2000).

Para tanto, por mais que se separe, por mais que se unam, por mais que se diferenciem, as representações através das interações entre Assentamento Marapicu e Bairro Aliança transcendem as fronteiras físicas estabelecidas pelos agentes ordenadores dos espaços, onde essas duas espacialidades constroem fronteiras simbólicas que são também rompidas a cada momento, por serem produtos contínuos e descontínuos de uma realidade dinâmica das interações socioespaciais e multiescalares que vão sendo percebidas e concebidas como um par dialético de interações desses atores e seus diferentes campos de ação em suas vidas cotidianas.

CONCLUSÃO

Edgar Morin, em uma de suas visitas ao Brasil, citou a seguinte frase de T. S. Eliot: “No meu fim está o meu começo”. Essa é uma fonte de inspiração significativa para o desfecho dessa dissertação. Na realidade, não se tem como objetivo trazer uma conclusão definitiva sobre o processo social analisado. O que se busca aqui é a proposta da emergência de novas questões sobre as formas de sociabilidades entre o Assentamento Marapicu e o Bairro Aliança e, fundamentalmente, sobre os desafios das famílias assentadas.

Dentro da construção proposta deste trabalho dissertativo, a nível teórico-metodológico, voltou-se para uma compreensão multidisciplinar, que teve por base diálogos entre os campos da Geografia, História, Sociologia e Antropologia, em alguns momentos. Mas a ênfase maior está voltada para a inter-relação entre espaço, tempo e relações sociais, em que há uma complexidade em cada processo e a dialética que compõem essa construção de diferentes dimensões do real e suas dinâmicas da totalidade.

O primeiro capítulo abordou a construção histórica e geográfica do Assentamento Marapicu e todo o contexto que envolvia a sua configuração socioespacial, que o delimita como assentamento rural próximo à área urbana. Ele é produto do processo de urbanização em suas diferentes escalas de produção e o surgimento dos conflitos de terra na região da Baixada Fluminense. Observa-se a forte relação dos conflitos de terra e a urbanização do Estado do Rio de Janeiro, o intenso processo de concentração metropolitana, atrelado à produção do espaço da região da Baixada Fluminense e do território do município de Nova Iguaçu. Toda essa composição levou a um arranjo socioespacial específico do lugar conhecido como Marapicu.

No segundo capítulo procurou-se compreender as relações de sociabilidade que existiam dentro do território que é concebido como espaço do Assentamento. Outro passo foi analisar o conjunto de relações de sociabilidades internas, que passaram por inúmeras mudanças no decorrer da luta, da consolidação do território – enquanto espaço produtivo e de vida dos trabalhadores que ali ocuparam – e do desenvolvimento de uma identidade coletiva como: sem-terra, agricultor familiar e morador do Bairro. Tais mudanças foram ocasionadas pela desconstrução dos espaços sociais como os lotes coletivos da Associação, e a perda desses espaços dá início a um processo de desmobilização do que era conhecido como Mutirão de Marapicu, perdendo toda uma unidade coletiva que existia desde os tempos da ocupação.

Anos depois, com o surgimento de um grupo que assume a liderança do Assentamento, retoma-se, em parte, todo um projeto coletivo de desenvolvimento do Mutirão e luta pela regulamentação fundiária. Porém, eventos que marcaram a cotidianidade das famílias de Marapicu deram outros contornos ao dia a dia. Tais contornos estão ligados à saída das famílias dos lotes, devido aos acontecimentos como assaltos seguidos de atos de violência.

Dadas circunstâncias vão dificultando a consolidação coletiva e cada vez mais vai ganhando terreno a individualização dos atores envolvidos na dinâmica territorial de Marapicu. A dificuldade vai se compondo atrelada à falta de espaços sociais, que possibilitem o encontro e a formação de laços, já que muitas das famílias que participaram da ocupação começavam a deixar o Assentamento, criando uma rotatividade de famílias nos lotes e o desinteresse dos assentados pela vida política e social do Assentamento. Este processo levou à perda da história da luta e o isolamento dos assentados dentro de seus lotes e de suas casas. Mas com o tempo e a retomada de alguns projetos coletivos, a individualidade é amenizada através dos cursos de formação como o FITOCAM, APICULTORES, etc. Eles possibilitam o encontro e as trocas recíprocas entre os assentados, promovendo a formação de laços de sociabilidades que vão além da vizinhança, proporcionando, aos mesmos, um conhecimento maior de uns sobre os outros.

Isso é fundamental para o desenvolvimento de uma identidade, não mais de sem-terra, mas de assentado, agricultor familiar, que fortalece a continuidade da luta de permanecer na terra. Com a titulação das terras regulamentada, ganha importância o surgimento e consolidação dos espaços sociais dentro do Assentamento, para que se possa dar continuidade às demandas que ainda persistem e as que virão.

A segunda etapa, ou pode-se dizer, o segundo capítulo, foi voltado para entender essa dinâmica da sociabilidade interna das famílias de Marapicu, em sua projeção cotidiana, buscando perceber o que se pode compreender como unidade coletiva e os desafios de sua constituição de maneira contínua.

Já o terceiro capítulo teve como foco a relação com o Bairro Aliança, essencialmente o papel do Bairro dentro da dinâmica do Assentamento. A importância do Bairro para a existência e, principalmente, para a resistência das famílias de Marapicu, foi de caráter fundamental. Por mais que seja uma construção de laços de sociabilidade, que se arranja com a lógica da sociabilidade de vizinhança entre os atores desses dois territórios, o acesso à infraestrutura básica, ser um canal de escoamento da produção e permitir que muitos assentados possam morar em

áreas próximas, que se localizam ao redor do assentamento, o Bairro possibilitou que houvesse uma continuidade da produção e permanência nos lotes.

Porém, as condições socioespaciais que cercam tanto Bairro e Assentamento, que estão dentro de um contexto de uma periferia urbano-metropolitana, levam a uma dificuldade para o desenvolvimento sustentável do Assentamento, por assim dizer. As condições ambientais que cercam ambos são péssimas em nível de salubridade, como foi mostrado ao longo da dissertação, fora as condições sociais referentes à violência e a segregação junto ao parque urbano do município de Nova Iguaçu.

É um emaranhado de situações que levam a um determinado arranjo social que possibilita o surgimento de inúmeras formas de sociabilidade entre esses dois lugares. No entanto, perceber-se que o Assentamento tem maior dependência do Bairro, do que o oposto. As famílias de Marapicu necessitam do Bairro para dar continuidade na luta pela permanência na terra.

Efetivamente, pode-se dizer que, hoje, Marapicu se configura como Assentamento Rural justamente por ser próximo ao Bairro Aliança. Obviamente que não se coloca isso como fator essencial e determinante, mas que as condições de proximidade junto ao Bairro facilitaram com que a luta continuasse frente à dispersão que se configurou dentro do Assentamento por muitos anos.

Atualmente, diante de um horizonte de possibilidades, pode-se situar alguns desafios que serão travados de diferentes maneiras, tanto conflituosas quanto pacíficas, entre assentados e moradores do Bairro e até mesmo questões que afetaram aos dois. Serão desafios que exigirão um conjunto de articulações solidárias de caráter interno para o Assentamento e quanto às questões que terão que dialogar com os moradores do Bairro, para que possam continuar sua existência dentro da dinâmica territorial do município de Nova Iguaçu.

O que pode ser situado como um desafio interno para famílias de Marapicu é a consolidação da sodalidade entre os assentados. A *sodalidade* é a capacidade de manter a coerência e coesão dos grupos sociais e as redes que os compõem. No caso de Marapicu, é a manutenção e coerência enquanto movimento social, para que não se perca sua história de luta com a renovação dos assentados e o envelhecimento das lideranças. Mais um fator que pode agregar à importância da sodalidade é o fortalecimento enquanto grupo social, intensificando os laços de sociabilidade, para que se possa consolidar como um empreendimento de reforma agrária e espaço produtivo em uma área de forte tensão especulativa. Para que isso aconteça, é

necessária a solidificação de espaços sociais dentro Assentamento, a constante luta por investimentos em projetos para agricultura familiar, ampliação dos mercados e estender seus laços a outras redes de mobilização social.

Estes são desafios fundamentais para essas famílias. Mas a importância de articular laços políticos junto aos moradores do Bairro será de significativa relevância na conjuntura política que se projeta com a eleição de Nelson Bournier para Prefeitura do município de Nova Iguaçu. Isso se configura como um dos desafios, pelo fato desse grupo político ter dado fim às zonas rurais do município e que teve no último pleito eleitoral, no ano de 2012, como plataforma política, a implantação do Parque Industrial de Nova Iguaçu.

O Parque Industrial, segundo a proposta de governo, será instalado na região de Cabuçu, próximo a Campo Alegre e Marapicu. Ele afetará toda a condição socioespacial desse local, podendo causar impactos ambientais que podem alcançar a bacia do Rio Guandu, que abastece o município do Rio de Janeiro.

É uma nova luta que surge para os assentados de Marapicu, nesse novo momento como uma zona rural e como assentamento de reforma agrária. Para isso, vão necessitar do apoio dos moradores do Bairro, pois é uma questão que afeta a ambos e que coloca em risco a continuidade de seus modos de vida e da qualidade ambiental dessas duas espacialidades. Com isso, há necessidade do aprofundamento de uma relação solidária entre assentados e moradores do Bairro e da Região da Baixada Fluminense, para que possam lutar frente a tais demandas, que aferem diretamente a questão urbana e a questão agrária regional fluminense, ganhando contornos mais complexos diante de uma lógica de desenvolvimento urbano-industrial, desigual e segregadora que se impõe via poder local, mas que está atrelada a um jogo de escalas da produção capitalista do espaço.

Em suma, essa dissertação teve como objeto empírico um assentamento rural próximo à área urbana, onde se buscou entender as formas de sociabilidade entre assentados e moradores do Bairro, apresentando os ônus e bônus dessa proximidade com o urbano. A proximidade do Assentamento à área urbana é facilitadora para comercialização da produção e acesso ao parque urbano, mas ao mesmo tempo afeta a dinâmica interna do território do mesmo, devido às redes de sociabilidade que foram surgindo no decorrer do tempo, que implicaram na convivência cotidiana interna e com o Bairro e os diferentes eventos que marcaram a ambos ao longo de sua história.

O fim dessas linhas é a apresentação do começo de novas e velhas lutas que serão os desafios das famílias de Marapicu dentro de sua vida cotidiana, na empreitada contínua pela sobrevivência como rural, como trabalhadores rurais e urbanos e principalmente como senhores de seus destinos em seus diferentes laços de sociabilidade multiterritoriais que transcende à dualidade urbano-rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R.. *O Futuro das Regiões Rurais*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS - Editora, 2003. v. 1. 149 p.
- ALCÂNTARA JÚNIOR, J. O. . O conceito de sociabilidade em Georg Simmel. *Ciências Humanas em Revista (UFMA)*, São Luís, v. 3, p. 31-40, 2005.
- ALENTEJANO, P. R. R.. *Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: Repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1997, 199p.
- _____. *Reforma Agrária, Território e Desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2003. 376 p
- _____. O que há de novo no rural brasileiro?. *Terra Livre*, São Paulo, v. 15, p. 87-112, 2000
- _____. A Evolução do Espaço Agrário Fluminense. *GEOgraphia* (UFF), Niterói, v. 13, p. 49-70, 2005
- _____. Luta Por Terra e Reforma Agrária no Rio de Janeiro. *Revista Fluminense de Geografia*, Niterói/RJ, v. 1, n. 1, p. 109-124, 2002.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; MEDEIROS, L. S. de ; LEITE, S. P. ; BENEDETTI, A. C. ; SOUZA, I. C. de .Luta Por Terra e Assentamentos Rurais no Rio De Janeiro. In: Leonilde Servolo de Medeiros; Sérgio Pereira Leite. (Org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. 1 ed. Porto Alegre: EDITORA UFRGS.
- ALEXANDER, Jeffrey. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 37, junho de 1998.
- ALMEIDA, Alexandre Paz. Sociabilidade, cotidiano e vizinhança em um bairro popular de João Pessoa/PB. *RBSE. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* (Online), v. 10, p. 338-353, 2011.
- .ALVES, D; NUNES, R. Atlas dos Conflitos Fundiários Rurais do Estado do Rio de Janeiro. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*, Porto Alegre, 2010.
- Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu*. Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente Puc-Rio. ano 2004. 200 p.. Disponível em: www.nima.puc-rio.br/projetos/novaiguaçu/livro

BAGLI, P. *Rural e Urbano Nos Municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: Dos Mitos Pretéritos às Recentes Transformações*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente da UNESP, 2006, 207 p.

_____. *Ação e Reação: Contradições das Novas Territorializações e territorialidades*. Publicações NERA, 2005, 7 p.

BASTOS, Elide R. *Ligas camponesas*. Petrópolis, Vozes. 1984.

BERGAMASCO, S. M. P. P. ; NORDER, L. A. C. . *Assentamentos Rurais*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. v. 1. 87p .

BIRNBAUM, P. Conflitos. In: Boudon, R. (org.) *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

BOMBARDI, Larissa Mies. O Bairro rural como identidade territorial: e especificidade da abordagem do campesinato na geografia. *São Paulo*, n 01, jul/dez. 2004.

BOUDON, R. (org) *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

BOURDIEU, P. et al. La construction del objeto. In: _____. *El ofício de sociólogo. Pressupostos epistemológicos*. Madrid: SigloVientuno Editores, 1975.

BUTH, F. A Reconstrução do Território a Partir de Assentamentos Rurais: O Caso do Assentamento Ramada– RS. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 2, p. 152-172, ago. 2006.

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Livraria Duas Cidades, 1971.

_____. As formas de Solidariedade. In: WELCH, C.A. et al (org) *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo. Ed. UNESP. Brasília, NEAD, 2009.

CAPRILES, A. H., PACIFICO, A., TINOCO, V.. Os Planos Diretores (1997-2008) da Cidade De Nova Iguaçu: Uma Análise Do (Re) Ordenamento Territorial Do Município e a Questão Rural. In: *ANAIS do XX Encontro Nacional de Geografia Agrária-Territorialidades, Temporalidades e Desenvolvimento no Espaço Agrário Brasileiro*. Francisco Beltrão-PR, 2010. p.1118 – 1131.

CARLOS, A. F. A. .A Questão da Cidade e do Campo. Teorias e Políticas. *Mercator*, Fortaleza-CE, v. 5, p. 8-13, 2004.

_____. *Espaço Urbano*. 1a.ed. São Paulo-SP: Labur Edições/GESP, 2007. v. 1. 123 p.

_____. *O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2004. v. 1. 154 p.

_____. *A Condição Espacial*. 1. ed. São Paulo-SP: Contexto, 2011. v. 1. 160p.

_____. *O lugar no/do mundo*. 1. ed. São Paulo-SP: Labur Edições/GESP, 2007. v. 1. 74p.

CARMO, R.M. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. *Sociologia*, ano 11, no. 21, jan/jun, p. 252-280, 2009.

CARNEIRO, M. J. . Do rural como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: Carneiro, Maria José. (Org.). *Ruralidades Contemporâneas. Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, v. 1, p. 23-50.

_____. Em que consiste o familiar da agricultura familiar?. In: Costa, L.F.C.; Flexor, G.; Santos, R.. (Org.). *Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X - Edur, 2008, v. 1, p. 271-290.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petropolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTRO. E. G.. Entre o rural e o urbano: dimensões culturais dos assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1995.

CAVALHO, A. V. De. Alguns elementos para a análise dos pronunciamentos do episcopado brasileiro no período de 1945-1964. PAIVA, V. (Org.) *Igreja e questão agrária*..1 ed. São Paulo: Loyola, 1985. v. 1. 280 p.

COMERFORD, J. C. . *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. v. 1. 406p.

_____. *Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. v. 1. 154p

DINNIZ JR, J.A. *Religião e MST: Estudos dos Batistas da Congregação Monte Sião no Assentamento "Antonio Conselheiro II" na Região do Pontal do Paranapanema*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo. 2007. 151f.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FARIAS, M. F. L.. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: Vera Lúcia Botta Ferrante; Dulce Consuelo Whitaker. (Org.). *Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília e São Paulo: MDA e Uniará (co-editor), 2008, v. 11, p. 151-170.

FERNANDES, B. M.. *MST: Formação e Territorialização*. 2. Ed.- São Paulo: Hucitec, 1999. 275p.

_____. Reforma Agrária no Governo Cardoso e no Governo Lula: Desafios da Geografia Agrária. In: Medeiros, R. M. V.; Falcade, I.. (Org.). *Tradição versus Tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, v. , p. 171-188.

FERREIRA, S.L. *Lideranças religiosas e lideranças políticas em um assentamento rural*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2005. 186 f.

GOHN, M. G. M. *Teorias dos Movimentos Sociais-Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 6a.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. v. 1. 382 p

_____. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 1a.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. v. 1. 150 p.

GOLDFARB, Y. . Do Campo à Cidade, da Cidade ao Campo: O Projeto Comunas da Terra e a Questão dos Sujeitos da Reforma Agrária. *Agrária* (São Paulo. Online), v. 5, p. 1-30, 2006.

GRAMSCI, A. “Alguns pontos de referência preliminares”. In Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luis Sérgio Henriques (orgs) *Cadernos do Cárcere*, vol. 1 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

_____. “Breves notas sobre a política de Maquaivel”. In Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luis Sérgio Henriques (orgs) *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

GRYNSZPAN, M. . Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros; Maria Ignez Paulilo. (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições dilemas e conquistas, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRRJ. Dissertação de mestrado. 1987.

HAESBAERT, R. .Ordenamento Territorial. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 26, p. 117-124, 2006.

_____. *O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v. 1. 400 p.

_____. Identidades Territoriais: Entre a Multiterritorialidade e a Reclusão Territorial (ou: do Hibridismo Cultural à Essencialização das Identidades). In: Araújo, Frederico; Haesbaert, Rogério. (Org.). *Identidades e Territórios: Questões e Olhares Contemporâneos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Access, 2007, v. 1, p. 33-56.

_____. *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999a. 178p.

_____. *Espaço e Política*.-Belo Horizonte 1 ed. Editora UFMG, 2008.

_____. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991. 145 p.

LEITE, S.P.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.S.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. P. . *Impactos dos Assentamentos: Um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2004. v. 1. 391 p.

_____. Seis Rápidos Comentários Sobre Seis Equívocos A Respeito Da Reforma Agrária No Brasil.. *Revista NERA (UNESP)*, v. 9, p. 18-30, 2006.

LEITE, S.P.; ÁVILA, R.V. .*Um Futuro Para O Campo: Reforma Agrária E Desenvolvimento Social*.. 1. ed. Rio de Janeiro: Vieira &Lent, 2007. v. 1. 180 p.

MACEDO, Marcelo Ernandez. As ocupações de terra no Rio de Janeiro na década de 1980. In: *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro, 2009.

_____. Entre a violência e a espontaneidade - reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. *Mana* (UFRJ. Impresso), Museu Nacional, v. 11, n.2, p. 473-497, 2005.

MARAFON, G. J. ; OLIVEIRA, D. B. da S. de. Analise da politica de assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro: O caso do assentamento associação mutirão da conquista - Valença - RJ.. In: *XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 2006, Fortaleza -cd-rom. p. 1-20

MARTINS, José de Souza . *A Sociabilidade do Homem Simples*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. v. 1. 172p .

_____. **FRONTEIRA** - *A degradação do Outro nos confins do humano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996. v. 1. 190 p.

MARQUES, M. I. M.. A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês. *Revista NERA (UNESP)*, v. 11, p. 57-67, 2008.

_____. Entre o Campo e a Cidade: Formação e Reprodução Social a Classe Trabalhadora Brasileira. *Agrária* (São Paulo), v. 3, p. 170-185, 2006.

_____. A questão agrária hoje e os desafios do Governo Lula. *Agrária* (São Paulo. Online), São Paulo, v. 1, n. 1, p. 37-54, 2004.

_____. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95-112, 2002.

MARX, Karl. *O dezoito de Brumário de Luis Bonaparte*. Expressão Popular. São Paulo, 1ed, 2008.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

MEDEIROS, L. S. de. *Reforma Agrária no Brasil. História e Atualidade da Luta Pela Terra*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (coleção Brasil Urgente), 2003. v. 1. 104 p.

_____. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: Miguel Carter. (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. 1ed. São Paulo: Editora da Unesp, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford e Nead/MDA, 2010, v. 1, p. 113-136.

MEDEIROS, R. M. V.. Território, Espaço de Identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). *Territórios e territorialidades - teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, v. 1, p. 217-227.

MELUCCI, Alberto. *A Invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENEZES, Marluci. . Do espaço ao lugar. Do lugar às remodelações sócio-espaciais. Rio de Janeiro, UERJ, *Horizontes Antropológicos*, a. 6, n. 13. 2000.

MIRANDA, L. I. B.. Planejamento em Áreas de Transição Rural-urbana: Velhas Novidades em Novos Territórios. In: *XIII ENANPUR- Planejamento e Gestão do Território - escalas, conflitos e incertezas*, 2009, Florianópolis.: UFSC.

MOREIRA, R. J. .*Terra, Poder e Território*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1. 360p.

MOREIRA, Rui .Espaço e Contra-Espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil, do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: Marcio de Oliveira. (Org.). *Território, Territórios - ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2a.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, v. 1, p. 43-71.

MOTA, D. M.. *Trabalho e sociabilidade em espaços rurais*. Fortaleza: Banco do Nordeste; Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005.

NOVAES, R. *De Corpo e Alma. Catolicismo, Classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro, Graphia, 1997.

Novicki, V.A. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola, 1983/1987*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1992.

_____. Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987). In: Medeiros, L. et al.. (Org.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. 1 ed. São Paulo: EDUNESP, 1994, v. 1, p. 69-86.

_____. Recuperando o indivíduo no movimento dos sem terra: o caso fluminense (1983 – 1987) *Estudos Sociedade e Agricultura*, 5, novembro 1995: 58-72.

OLIVEIRA, A. U. . *Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária*. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. 184p.

_____. (Org.) ; MARQUES, M. I. M. (Org.). *O Campo no início do Século XXI: território devida, de luta e de construção da justiça social*. 1ª. ed. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004. 372 p.

OLIVEIRA, D. B. S. *Análise da política de assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro a partir da gestão das diferentes esferas governamentais*. Dissertação em Geografia, UERJ, ano 2008, 230p.

OSLENDER, Ulrich. Espacio, Lugar y Movimientos Sociales: Hacia Una Espacialidad de La Resistencia. *Script Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Universitat de Barcelona, vol.VI, núm. 115, 1 de junho de 2002.

Ozório, Elaine Cristina. *O processo de (re)produção do espaço urbano na cidade de Nova Iguaçu-RJ : (1990-2007)*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2007. 93p.

PAIVA, V. (Org.) *Igreja e questão agrária*. 1 ed. São Paulo: Loyola, 1985. v. 1. 280 p.

PARK, Robert Ezra. . A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In, Velho (Org). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara. 1979.

PAULINO, E. T. .Geografia Agrária e Questão Agrária. In: MANÇANO, B.M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J.C.. (Org.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 01, p. 339-351.

PIMENTA, S.D.C. Identidade em Trajetória: Gênero e processos emancipatórios na Reforma Agrária. p.150-174. In Woortmann, E. F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R.(Org) Margarida Alvez: *Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. IICA. 1 ed. Brasília. 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W.. *Os (des)caminhos do Meio Ambiente*. 10ed.- São Paulo: Contexto, 2002. 148p.

_____. A Geograficidade do Social: Uma Contribuição Para o Debate Metodológico Sobre Estudos de Conflito e Movimentos Sociais na América Latina. *Revista Eletrônica Associação de Geógrafos Brasileiros- Seção Três Lagoas*. Três lagoas- MS, v.1, p.5-26 ,nº3, ano 3. Maio de 2006.

_____. Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: Pequena Contribuição Crítica ao Atual Modelo Agrário/Agrícola de Uso dos Recursos Naturais. *INTERthesis* (Florianópolis), v. 1, n. 1, 2004.

_____. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: O Caso do MST. *Observatório social de America Latina*, Bueno Aires, v.16, p.23-34, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

RICOEUR, P. Identidades Frágil: respeito pelo outro e identidade cultural. In *Congresso da Federação Internacional da Ação dos Cristãos Para Abolição da Tortura*. Praga. 2000.

ROMANO, J. O. . Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In: Leonilde S. Medeiros. (Org.). *Assentamentos Rurais: uma perspectiva multidisciplinar*. 01ed.São Paulo: UNESP, 1995, v. 01, p. 102-108.

RUA, J. Urbanidades no Rural: O Devir de Novas Territorialidades. *Campo Território Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, ano 2006.

_____. Urbanização em Áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro.. In: Glaucio José Marafon; Marta Foeppel Ribeiro. (Org.). *Estudos de Geografia Fluminense*. 1 ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobookltda., 2002, v. 1, p. 43-70.

_____. Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro. In: Gláucio José Marafon; Marta Foeppel Ribeiro. (Org.). *Estudos de Geografia Fluminense*. 1 ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook ltda, 2002, v. 1, p. 27-42.

RUSCHEL, V B.. *Pátria livre, meu roçado: sociabilidade e configuração social em assentamentos rurais*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia-UNICAMP. Campinas, SP ,Tese, 2010.

SABOURIN, E. P.. *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. v. 1. 272p .

_____. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond Universitaria, 2009. v. 1. 328p.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado, Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia*. 1 ed. São Paulo: Hucitec. 1988.

_____. *A Urbanização Brasileira*- 5.ed.- São Paulo: Edusp, ano 2005,174p.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2008.

SAUER, S.. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. v. 1. 190 p.

SCHNÄDELBACH, C. V.. *A Noção da Ruralidade e a Construção Identitária de Agricultores Em Um Meio Citadino: O Caso da Vila Nova e Arredores – Porto Alegre/Rs*. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, ano 2004, 139p.

_____. *A Pluriatividade na Agricultura familiar*. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 256p .

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo Carvalho; MACEDO, Marcelo Hernandez .Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. *Dados* (Rio de Janeiro), v. 51, p. 107-142, 2008.

SILVA, T. T. (Org.) *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*.. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 1. 133 p.

SIMMEL, G. *Questões Fundamentais da Sociologia*. 35 Ed.- São Paulo: Zahar, ano 2010, 120pg.

SIMÕES, M. R.. *A Cidade Estilhada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense*. 1. ed. Mesquita: Editora Entorno, 2007. 300 p.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, . Mestrado em Antropologia Social. UFRJ.1992. 180 p.

SOUZA, M. L. de. O Território: Sobre Espaço, Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: Castro et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. *A Prisão e a Ágora: Reflexões em Torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632 p.

_____. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 194 p.

_____. Planejamento integrado de desenvolvimento: natureza, validade e limites. *Terra Livre*, Curitiba, v. 10, p. 123-139, 1994.

_____. Ativismos Sociais e Espaço Urbano: um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice. (Org.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, v. II, p. -.

_____. Território do outro, problemática do mesmo? O princípio da autonomia e a superação da dicotomia universalismo ético versus relativismo cultural. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, v. , p. -

TEIXEIRA, M.P.V; MACHADO, R.M.. Conceito de Bairro- Unidade Popular ou Técnica? *Anuário do Instituto de Geociência da UFRJ*. 1986.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 1 vols.

_____. *Tradicion, Revuelta y Consciencia de classe*. Barcelona, ed. Critica, 1979.

THOMAZ JÚNIOR, A. *Geografia Passo-a-Passo: Ensaio Crítico Dos Anos 90*. Santiago de Compostela: Editorial Centelha, 2005. v. 1. 176 p.

TINOCO, V. Assentamentos Rurais e a Agroecologia: Uma Proposta de Educação Geográfica In: *Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos,- Crises, Praxis e Autonomia: Espaços de Resistência e de Esperança*. 2010, Porto Alegre.

TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. In *Sociedade e Estado*, vol. 21, no. 1, jan./abril de 2006.

VAINER, C. B. .As Escalas do Poder e o Poder das Escalas: o que Pode o Poder Local?. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, 2002.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo DIFEL 1978.

WANDERLEY, M. N. B. .*O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. 2 ed. Porto Alegre RS: UFRGS, 2011.

Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu do ano de 1997

Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu do ano de 2008

Site da Prefeitura de Nova Iguaçu:

<http://www.novaiguacu.rj.gov.br/>